



PROJETO VIRAVIDA

Uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil

**VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA NA FASE PILOTO
(junho de 2008 a maio de 2010)**

RELATÓRIO TÉCNICO – VERSÃO FINAL

Coordenação: Conselho Nacional do SESI
Consultora: Maria de Fátima Pinto Leal
VIOLES/SER/UnB

Brasília, dezembro de 2010.



Equipes que participaram do processo de validação do Projeto ViraVida

Equipe Central

Jair Meneguelli

Presidente do Conselho Nacional do SESI

Coordenadora Nacional

Cleude Gomes

Assessora Técnica da Coordenação

Marisa Helena Mohedano

Equipe Técnica

Eliane Campos (Pedagoga)

Maria do Carmo Silveira (Assistente Social)

Romerito Carneiro de Lima (Técnico em Educação)

Consultoras

Prof^a Maria de Fátima Leal (Violes/SER/Universidade de Brasília)

Equipe das cidades piloto

Antônio Elísio Celestino Silva

Bruna Braga Lima

Catarina Borges Sabino

Denise Nobre Pontes

Gilson de Medeiros Costa

Gislenne Assis de Araújo

Gleicelene Lima de Abreu

Isabel Cristina da Silva Teixeira

Josilene Soares da Silva

Marcelo Dantas

Maria Oirta

Maria José Andrade

Michael Groarke

Mônica Quintas d'Able Silva

Waldenice Maria Cardoso



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero	34
Gráfico 2: Idade	35
Gráfico 3: Adolescente e jovens X Série	35
Gráfico 4: Escolaridade	36
Gráfico 5: Situação Financeira (salário mínimo) das Famílias	37
Gráfico 6: Instituições articuladas e mobilizadas (nacional)	41
Gráfico 7: Articulação e mobilização, em âmbito local, total de 47 instituições	42
Gráfico 8: Seleção	45
Gráfico 9: Matriculados/Concluintes e Evasão	49
Gráfico 10: Concluintes x certificados x outros	50
Gráfico 11: Panorama geral da inserção no mercado de trabalho	64
Gráfico 12: Inserção no mercado de trabalho por cidade	65
Gráfico 13: Inserção no mercado de trabalho por capital	66
Gráfico 14: Tipos de inserção no mercado de trabalho	67
Gráfico 15: Como utilizaram a bolsa	70



LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização dos Vínculos Familiares	38
Tabela 2: Instituições conveniadas (12)	41
Tabela 3: Instituições conveniadas nas cidades piloto	42
Tabela 4: Cursos ofertados x número de alunos x conclusão x início e término	47
Tabela 5: Panorama geral da inserção no mercado de trabalho	64
Tabela 6: Tipos de inserção no mercado de trabalho por cidade-piloto X Quantidade de adolescentes/jovens	66
Tabela 7: Articulação e Mobilização (Nacional)	80
Tabela 8: Articulação e Mobilização (Local)	82
Tabela 9: Processo de Seleção	84
Tabela 10: Processo Educativo	86
Tabela 11: Inserção no Mercado de Trabalho	90
Tabela 12: Processo de Atendimento Integral e Integrado	92



SIGLÁRIO

- ✓ A/J – Adolescentes/Jovens;
- ✓ AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida;
- ✓ CAGED – Cadastro Geral de Empregados e desempregados;
- ✓ CAPs – Centro de Atendimento Psicossocial, abrigo, bolsa-família, redução de danos e moradia;
- ✓ CAPS/AD - Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas;
- ✓ CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes;
- ✓ CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- ✓ CN – Conselho Nacional;
- ✓ CNI – Conselho Nacional da Indústria;
- ✓ CPF – Cadastro de Pessoas Físicas;
- ✓ CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito;
- ✓ CRAs – Centros de Referência e Atendimento;
- ✓ CREAs – Centros de Referência e Assistência Social;
- ✓ DCS – Departamento de Ciências Sociais;
- ✓ DF – Distrito Federal;
- ✓ DR – Departamento Regional;
- ✓ DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis;
- ✓ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ EG – Escola de Governo;
- ✓ EIT – Empresa Industrial Técnica;
- ✓ ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública;
- ✓ ESCA – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes;
- ✓ ESI – Educação Scalibriana Integrada;
- ✓ FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz;
- ✓ GT – Grupo de Trabalho;
- ✓ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano;
- ✓ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- ✓ MEC – Ministério da Educação;
- ✓ MDS – Ministério do Desenvolvimento Social;
- ✓ MS – Ministério da Saúde;
- ✓ MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;
- ✓ OIT – Organização Internacional do Trabalho;
- ✓ ONG – Organização Não-Governamental;
- ✓ ORG – Organização;
- ✓ Pestraf – Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual
- ✓ PP&A – Políticas, Programas e Ações de Intervenção Social;
- ✓ PR – Paraná;
- ✓ PVV – Projeto ViraVida;
- ✓ RN – Rio Grande do Norte;
- ✓ SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- ✓ SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- ✓ SEMTAS - Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social;
- ✓ SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
- ✓ SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- ✓ SER – Departamento de Serviço Social;
- ✓ SESC – Serviço Social do Comércio;
- ✓ SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;
- ✓ SESI – Serviço Social da Indústria;
- ✓ SETHAS - Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social;
- ✓ SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil;
- ✓ SINE – Sistema Nacional de Emprego;
- ✓ SRT – Superintendência Regional do Trabalho;
- ✓ SUAS – Sistema Único de Assistência Social;
- ✓ SUS – Sistema Único de Saúde;
- ✓ UnB – Universidade de Brasília;
- ✓ Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância;
- ✓ Violes – Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes.



SUMÁRIO

Lista de Gráficos
Lista de Tabelas
Siglário

APRESENTAÇÃO

1. O PROJETO VIRAVIDA (PVV)	09
1.1. O Contexto Social e Político do PVV	09
1.2. Caracterização do Projeto ViraVida	11
2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL	20
2.1. Discussão Metodológica: validação do projeto Viravida	24
2.2. O Processo Avaliativo do Projeto ViraVida	26
2.3. A equipe do projeto	30
3. AVALIAÇÃO DO PROJETO VIRAVIDA (PVV)	34
3.1. Perfil do Adolescente/Jovem Atendido	34
3.2. Articulação e Mobilização	39
3.2.1. <i>Articulação e mobilização em âmbito Local</i>	41
3.3. Processo de Seleção	43
3.3.1. <i>Pré-seleção</i>	43
3.3.2. <i>Seleção</i>	44
3.4. Processo Sócio-educativo	46
3.4.1. <i>Cursos profissionalizantes</i>	46
3.4.2. <i>Resultados dos cursos</i>	49
3.4.3. <i>Educação continuada</i>	51
3.4.4. <i>Atividades complementares</i>	51
3.4.5. <i>Processo Pedagógico</i>	52
3.4.6. <i>Processo de Atendimento Integral</i>	53
3.4.7. <i>Acompanhamento e atenção às famílias</i>	56
3.5. Inserção no Mercado de Trabalho	59
3.5.1. <i>Atividades realizadas enquanto os alunos aguardavam a inserção no mercado de trabalho</i>	67
3.5.2. <i>Acompanhamento da utilização da bolsa</i>	70
4. CATEGORIAS E INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO VIRAVIDA	72
4.1. Violações de direitos	72
4.2. Oportunidades	73
4.3. Participação	74
4.4. Sociabilidade	75
4.5. Sustentabilidade	75
4.6. Análise dos indicadores de baixo e alto desempenho	76
5. MATRIZES DE INDICADORES ESTRATÉGICOS, RESULTADOS E IMPACTOS	79
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	96
FUTURO DO PROJETO	101
REFERÊNCIAS	103
ANEXOS	



APRESENTAÇÃO

O presente relatório documenta a avaliação da fase-piloto do Projeto ViraVida (PVV), implantado e implementado no Sistema S (SESI, SENAI, SEBRAE, SENAC, e SESCOOP), sob a coordenação do Conselho Nacional–SESI, nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Belém durante o biênio 2008-2010, e tem como objetivo criar oportunidades para que adolescentes e jovens em situação de exploração sexual tenham direito à educação e à qualificação profissional, visando sua inserção no mercado de trabalho e inclusão nas políticas sociais.

Tal avaliação assume o propósito de analisar, de maneira participativa, a metodologia utilizada no PVV, apontando seus pontos fortes e fracos, processos, resultados, seus aspectos vitoriosos e dificuldades, e, sobretudo, suas possibilidades e limites para ser aperfeiçoada, ampliada e disseminada em todo o País. É desta maneira que se propõe validar a metodologia do PVV, apontando-se não apenas os aspectos positivos do Projeto, o que marcaria o caráter ideológico da avaliação (inadequado para um trabalho como este, que é amparado no escopo científico da pesquisa avaliativa), mas também seus aspectos negativos.

A opção que se faz por este caminho é central no trabalho aqui apresentado, visto que, para um Projeto que pretende ser ampliado e/ou replicado, a evidenciação de problemas funciona como a construção de um mapa lógico que permite aos formuladores, implementadores e executores reorientar suas atividades, rever práticas e refletir sobre determinadas situações de maneira a aperfeiçoar o trabalho. Associando-se a isto a explicitação dos avanços e sucessos, é possível construir uma visão ampla e nítida do Projeto, permitindo sua legitimação pelos atores envolvidos no Projeto, pela sociedade e o próprio Estado.

Do ponto de vista da relação entre pesquisa avaliativa e políticas públicas (aqui trabalhadas em seu conceito amplo, que compreende o ‘público’ como mais abrangente que o ‘estatal’ e o ‘governamental’), esta opção representa a incorporação da avaliação como etapa intrínseca e seminal das políticas, programas e ações de intervenção social. Esta sinergia entre poder público e academia, desponta no atual panorama político nacional, como uma das principais propostas de modernização e de aperfeiçoamento da atuação pública voltada para a melhoria das condições de vida da população.

Sob esta perspectiva, pretende-se produzir e fornecer evidências para que o Conselho Nacional do Sesi, dialogando com o Governo, a Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, os empresários, a Cooperação Internacional, o Conanda e demais atores políticos relevantes, consolide este projeto-piloto nas cidades acima referenciadas (e também em Brasília, Salvador, Teresina, João Pessoa e Campina Grande, Curitiba e Foz do Igua



onde ele também já foi iniciado), bem como a sua expansão para os estados de Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, dentre outros, transformando-o assim em um 'Programa Específico de Combate à Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens', do Sistema S, integrado à Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e de seu Plano Decenal (2011 – 2020), e à Política Nacional de Juventude.

Este Relatório é composto pelos seguintes capítulos: **'O Projeto ViraVida'**, no qual se procura descrever o PVV em seu contexto sociopolítico e, em seguida, explicitar as dimensões/fases que lhe deram concretude; **'Avaliação de Políticas, Programas e Ações de Intervenção Social'**, introduzido por uma reflexão teórico-política sobre a avaliação com o intuito de definir o referencial com o qual se trabalha. Este referencial é concretizado com a definição dos aspectos que foram avaliados no PVV e a caracterização de seu processo avaliativo (critérios, indicadores, atividades e instrumentos); **'Avaliação do Projeto ViraVida (PVV)'**, no qual se apresenta a avaliação de cada um dos aspectos selecionados e a avaliação global do PVV; **'Categorias e indicadores de monitoramento e avaliação do Projeto Vira Vida'**, apresentação e análise dos indicadores de desempenho; **'Matrizes de indicadores estratégicos, resultados e impactos'**, apresentação e análise dos resultados positivos/negativos, seus impactos e recomendações; e **'Conclusões e recomendações'**, discute as possibilidades de replicação, aperfeiçoamento e expansão do Projeto ViraVida e apresenta recomendações; **'Futuro do projeto'**, apresenta questões importantes para a transformação do Projeto em Programa.



1. O PROJETO VIRAVIDA (PVV)

1.1. O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO PVV

O **Projeto ViraVida (PVV)** representa uma iniciativa inovadora e propositiva do Conselho Nacional do SESI que, em 2008, agendou no Sistema S a temática da exploração sexual de adolescentes e jovens, adotando como referências as normativas nacionais e os Planos e Políticas de enfrentamento às violações de direitos de crianças adolescentes e jovens, em especial, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Neste contexto, o PVV constitui-se em uma iniciativa concreta de engajamento social do empresariado da indústria, comércio e de serviços - setores fundamentais para a economia brasileira – que, ao assumir responsabilidades públicas no enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças Adolescentes e jovens (ESCA¹) no Brasil, revela uma concepção moderna de mundo/sociedade, comprometida em não separar desenvolvimento econômico de social. Perpetra, assim, um importante avanço – de escala internacional - em relação ao proposto no documento do III Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual² que centra suas preocupações no envolvimento dos empresários do setor de turismo³.

Em termos mais diretos, este importante avanço se concretiza quando o Sistema S qualifica e amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, gerando uma real contraposição ao mercado do sexo.

Nesta perspectiva, o Conselho Nacional do SESI, ao implantar o Projeto ViraVida no Sistema S, cumpre também um dos seus objetivos que é o de promover políticas e ações de inclusão social e o Sistema S, ao aceitar o Projeto ViraVida em sua estrutura, consolida o compromisso de compatibilização entre nível de excelência e qualidade de seus produtos com a responsabilidade social.⁴

¹ ESCA é uma relação de mercantilização (exploração e dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais e/ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda). A Convenção 182 da OIT considera a utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; como uma das piores formas de trabalho infantil.

² O Pacto do Rio de Janeiro para Prevenir e Eliminar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 25 a 28 de novembro – Rio de Janeiro, 2008.

³ “Aumento do apoio das empresas do setor de turismo e viagens, ao assinar o Código de Conduta para a Proteção de Crianças da Exploração Sexual em Viagens e no Turismo.”

⁴ Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (URSINI e BRUNO, 2010).



Atendo-se ao âmbito das políticas públicas, o PVV é um projeto que se traduz como uma afirmação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal 8.069/90, criado a partir do Art. 227 da Constituição Federal de 1988 -, que preconiza:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (ECA, Art. 4º, Título I)

Em termos mais específicos, o PVV atende aos artigos 60-69 do capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente ('Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho'). O ECA, dentre outros aspectos, aborda o respeito à condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial dos adolescentes, relacionando-a a capacitação profissional. Para o Estatuto e, portanto, para o arcabouço legal brasileiro, adolescentes têm que estar na escola, podendo realizar atividades laborais especiais que (i) não o impeçam de estudar; (ii) não o sobrecarreguem física e psicologicamente; e (iii) permitam-lhe realizar uma atividade de aprendizado profissional. Para viabilizar estas características, o ECA aperfeiçoa uma tradicional figura jurídico-laboral inscrita na CLT: o aprendiz (Art. 428, caput, parágrafo 1º).

Para concretizar esta situação de aprendiz, o PVV inseriu adolescentes e jovens em programas de aprendizagem, sendo contratados como “empregado aprendiz”. Além disso, suas famílias foram encaminhadas para inclusão em programas de transferência de renda, o que está previsto no inciso II, Art.87 do ECA, que preconiza Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo para aqueles que dele necessitem.

Ainda no que se refere ao ECA, o PVV, desenvolveu ações de atendimento integral e integrado, em consonância com o art. 87, que dispõe sobre as linhas de ação da Política de Atendimento, regulamentadas pelo inciso III do referido artigo, que trata dos Serviços Especiais de Prevenção e Atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligências, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

No que concerne mais especificamente à exploração sexual de adolescentes e jovens, o PVV trabalhou com a compreensão de que este é um fenômeno social, multidimensional,



multifacetado e, de acordo com o ECA e com o Código Penal Brasileiro, uma violação de direitos (artigo 244-A do ECA⁵ e 231-A do Código Penal⁶), constituindo-se, portanto, em um crime.

O PVV também atuou em consonância com a Política Nacional de Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República, ao atender jovens de 19 a 22 anos, buscando prepará-los para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; ampliar o acesso e a permanência na escola; democratizar o acesso ao esporte, lazer à cultura e à tecnologia da informação; e etc.

Ao buscar a educação e a profissionalização para inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, o PVV atendeu, em especial, os Eixos 'Prevenção' e 'Atendimento' do 'Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil'⁷, que tem como objetivo "enfrentar os fatores de risco da violência sexual" e, do ponto de vista das políticas sociais, tem como uma de suas metas "criar e ampliar programas de profissionalização e geração de renda para adolescentes, obrigatoriamente nas áreas de alto risco de exploração sexual comercial". Além desses, desenvolveu também os eixos - Articulação e Mobilização e o Protagonismo Juvenil.

Isto posto, é possível compreender que, no que se refere ao contexto social e político do País, o Projeto ViraVida, integrando direitos humanos e responsabilidade social, reconheceu os adolescentes e jovens em situação de exploração sexual como sujeitos de direitos; reafirmou a importância de se conhecer de forma crítica o cotidiano e a realidade vivida por estes sujeitos, valorizando seu potencial de mudança e sua capacidade criativa para construir socialmente o seu lugar emancipatório.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO VIRAVIDA

O Conselho Nacional do Sesi, para implantação do Projeto ViraVida, baseou-se em estudos e pesquisas, em especial a Pestraf⁸, que apontou Fortaleza, Recife, Natal e Belém como

⁵ Art. 244-A - Submeter criança e adolescente à prostituição ou à exploração sexual, crime que comina pena mais gravosa. Pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa.

⁶ Art. 231-A. Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição. Pena e reclusão de 3 a 8 anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

⁷ A diretriz utilizada para o enfrentamento do fenômeno é o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mais especificamente, os planos estaduais e municipais que foram elaborados e aprovados nas cidades piloto, por meio de seis eixos estratégicos para o desenvolvimento das ações (a) análise de situação, b) articulação e mobilização, c) atendimento, d) prevenção, e) defesa e responsabilização, f) protagonismo juvenil).

⁸ PESTRAF *Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes*, Brasília: Ministério da Justiça/CECRIA (2000); *Metodologia de Intervenção Social e Artística*, Brasília: SEDH/VIOLES-UnB(2003); *CPMI da exploração sexual contra crianças e adolescentes*, Brasília: Câmara Legislativa (2004); *Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, Brasília: SEDH/VIOLES-UnB/Unicef (2004) - VIOLES/UnB; *PESTRAF-Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes*, Brasília: Ministério da Justiça/CECRIA; *Fórum de Protagonismo Infanto-Juvenil*, Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (2006); *Perfil dos Adolescentes que Morreram Cumprimento de Medidas Socioeducativas no DF*, Brasília: Escola Superior do Ministério Público/Comissão Nacional de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF/VIOLES-SER-UnB (2006); *Relatórios do Disque 100 Denúncia*, Brasília: SEDH (2007-2008).



rotas de exploração sexual. Também foram realizadas visitas a estas cidades para definição das mesmas, enquanto cidades-piloto.

Nesta fase, a meta do projeto ViraVida era atender 400 adolescentes e jovens, em situação de exploração sexual, sendo 100 em cada cidade-piloto, nos cursos profissionalizantes do Sistema S, articulados com o SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, SESCOOP, e SENAC, com o **objetivo geral** de:

- Criar um leque de oportunidades produtivas sustentáveis, contemplando a profissionalização e/ou autogestão e o encaminhamento para o emprego, voltados para adolescentes e jovens em situação de exploração sexual; com foco em família, gênero e autogestão; interligada a uma rede de instituições cooperadas, de financiamento, execução e acompanhamento, e ao sistema de garantia de direitos.

Objetivos específicos:

- Criar oportunidades de profissionalização para adolescentes que tenham como suporte noções e sensibilizações acerca do mundo do trabalho e uma etapa inicial de vivências profissionais antes de uma iniciação em uma área específica de qualificação.
- Construir uma dinâmica de profissionalização inserida na formação de uma cadeia de valor participativa, envolvendo os adolescentes, suas famílias e comunidades, concatenada à cultura e às iniciativas já trilhadas em nível local. “Cadeia de valor significa considerar todas as etapas da produção e distribuição que agregam valor a produtos e serviços até o consumidor final” e no caso ora proposto significa agregar também valor social, aliando a profissionalização a noções de autogestão e de expansão das atividades produtivas, possibilitando também a ampliação do público sujeito.
- Priorizar atividades produtivas e profissionalizantes demandadas pelo mercado de trabalho nas áreas de interesse dos adolescentes e jovens, tais como a imagem, a moda, a estética e a beleza.
- Desenvolver e difundir junto ao público-sujeito do projeto noções de empreendedorismo e cooperativismo.
- Aliar ao processo de cadeia de valor, inserir o ideário de ações ambientalmente corretas, pautadas em consumo consciente e socialmente justo.
- Garantir a construção de um processo educativo voltado para formação integral de jovens e adolescentes, priorizando módulos relativos à formação de valores,



sentimento de pertença, estratégias de participação e criação e ocupação de espaços de cidadania.

- Articular a inserção dos jovens interessados na autogestão em projetos de incubação de cooperativas.
- Criar em cada núcleo da cadeia produtiva (criação, produção, divulgação, comercialização) uma Rede de Oportunidades locais, agregando empresas, comunidade e público sujeito para o enfrentamento do problema.
- Criar uma rede de apoio internacional, no que tange parcerias técnicas e financiamento, principalmente entre as nações que aparecem nas listas de turismo sexual.
- Garantir os direitos básicos, tais como Saúde — assistência médica, odontológica, psicológica — e Educação básica aos que necessitem, durante o processo de formação profissional, articulando os governos federal, estadual e municipal.
- Promover campanhas institucionais que contribuam para transformar a imagem do turismo no Brasil (desvinculando-a da liberalidade sexual) e projetando-o como a nação da promoção e proteção de crianças e adolescentes.
- Desenvolver campanhas regionais de conscientização e mobilização popular para o enfrentamento do problema.
- Conceder bolsa de estudo para incentivar e assegurar a permanência dos adolescentes e jovens no projeto.
- Articular-se a empresas parceiras para, ao final do processo de profissionalização, garantir ocupação aos que não tenham como meta a construção de seu próprio negócio.

Público-alvo

- Adolescentes e jovens de ambos os sexos, de 16 a 21 anos de idade, em situação de exploração sexual comercial e/ou de tráfico para fins sexuais, sendo a idade apenas um referencial para a formação de grupos e não um fator excludente.
- Jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade, ou seja, que apresentavam baixa escolaridade, pertenciam às classes populares e traziam em sua história de vida algum tipo de experiência relacionada com trabalho doméstico, abuso sexual, gravidez e uso de drogas.

Universo da pesquisa



(a) O projeto ViraVida foi desenvolvido nas unidades do SESI, em cada cidade piloto de forma articulada com o SESC, SENAI, SEBRAE, SENAC e SESCOOP. O período de realização dos cursos em cada cidade ocorreu em períodos diferentes:

Fortaleza: 30 de junho de 2008 a 11 de fevereiro de 2009.

Recife: 22 de outubro de 2008 a 04 de novembro de 2009.

Natal: 27 de outubro de 2008 a 16 de abril de 2010.

Belém: 09 de fevereiro de 2009 a 21 de maio de 2010.

(b) Equipes locais:

- ✓ Em Fortaleza participaram 69 profissionais, entre psicólogos, docentes de diferentes áreas, assistentes sociais, técnicos administrativos, assessores jurídicos, analista financeiro, pedagogos, designer gráfico, bem como gestores e técnicos das instituições da rede de enfrentamento (vide lista em anexo).
- ✓ Em Recife, participaram 51 profissionais, sendo psicólogos, professores de diversas áreas técnicas, assistentes sociais, pedagogos, assistente, gestores, dentre outros (vide lista em anexo).
- ✓ Em Natal, foram 63 profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, assistente administrativo, professores de diferentes áreas, gestores e outros (vide lista em anexo).
- ✓ Em Belém, foram 39 profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, assistente administrativo, professores de diversas áreas, outros (vide lista em anexo).

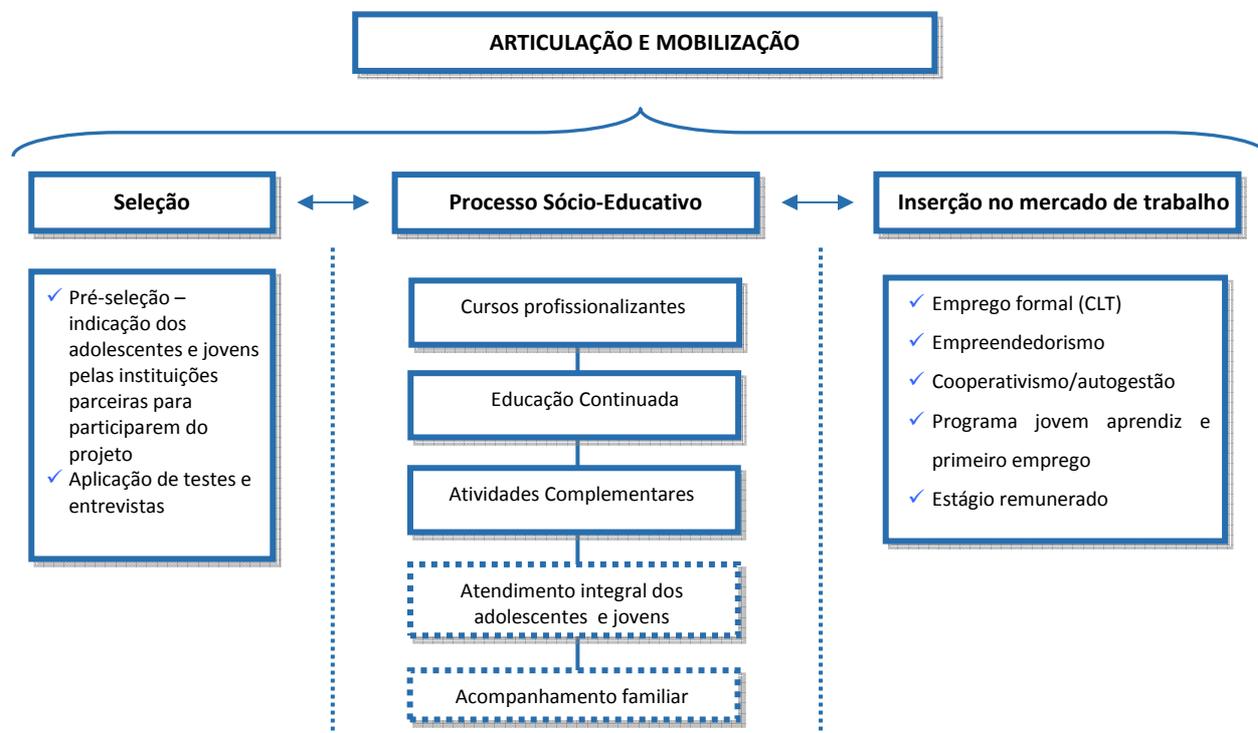
(c) Equipe central:

- ✓ Formada por profissionais com as funções de atuar como articulador político, gestor do projeto, coordenação técnica, assessoria e consultoria, perfazendo um total de 08 profissionais.

(d) O Projeto ViraVida foi desenvolvido a partir de 04 dimensões/fases, de forma articulada dinâmica e permanente. Neste estudo também vamos considerar uma análise dos recursos humanos, não como uma fase, mas como fator importante para o desenvolvimento das mesmas e que deve ser considerado no processo de validação do projeto.



Dimensões/Fases do Projeto ViraVida



Obs.2: as atividades pontilhadas significam que não ocorreram de forma sistemática na fase piloto.

1. Articulação e mobilização: estratégia política adotada para o estabelecimento de parcerias, e adesões, envolvendo instituições governamentais, não governamentais, empresas públicas e privadas, universidades, e com as unidades do Sistema S, visando à realização dos cursos nos diferentes Departamentos Regionais-DRs, a inserção do PVV na rede de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, em âmbito nacional e local (cidades piloto), a inserção no mercado de trabalho e o atendimento integral à clientela do projeto.

2. Processo de seleção: possibilita a inserção dos adolescentes e jovens no projeto, a partir de critérios predefinidos e realização de dinâmicas, testes, entrevistas e outros.

3. Processo sócio-educativo: realização dos cursos profissionalizantes associados com a aula-reforço, encaminhamento para a escola formal, além da realização de atividades complementares (participação em palestras, atividades culturais/lúdicas - dança, música, teatro, eventos, manifestações, passeios, etc.).

Princípios norteadores da proposta pedagógica:



- O aluno é o centro das atenções, sujeito de direitos, autor e mestre da construção de sua autonomia, interventor ativo de seu mundo e da sua história;
- O cuidado e a prioridade de implementação das recomendações do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), promovendo a defesa, a proteção e a garantia dos direitos fundamentais;
- Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (art. 69º, ECA);
- Realização de intervenção social integrada: educação, assistência, saúde, lazer, cultura e esporte;
- Atuação orgânica, dialógica, articulada, construtiva, interacionista e multidisciplinar;
- Pluralismo de idéias, concepções e respeito às diversidades e às especificidades;
- Empenho profissional e pessoal dos educadores, perspectiva solidária, mediação, facilitação e orientação;
- Formação integral por competência (conhecimentos, habilidade e atitudes). Saber: aprender – ser – fazer – conviver.

Para iniciar e finalizar o processo educativo, três grandes eventos são realizados: **seminários de sensibilização** – envolvendo representantes do governo local, diretores dos Departamentos Regionais do Sistema S, parceiros, gestores, dentre outros - **aula inaugural**, com a participação de toda a comunidade do Sistema S local, pais, amigos, Presidente do Conselho Nacional do SESI, das instituições parceiras que encaminharam os jovens e – a **formatura**, que além da comunidade escolar, familiares, e parceiros, conta com a presença da Primeira Dama do Brasil.

3.1. Atendimento integral: resposta às demandas dos adolescentes e jovens em relação às questões de saúde (odontológico, psicológico, médico, social), segurança pública, assistência social e outros, articulado com as redes de proteção e serviços públicos.

3.2. Acompanhamento/atenção às famílias: realizado pelos técnicos (assistentes sociais e educadores sociais) articulados com os parceiros governamentais e não governamentais em âmbito local.

3.3. Bolsa-auxílio: ajuda para as despesas dos adolescentes e jovens, no valor de R\$ 500,00, sendo que 20% são depositados na poupança e entregue no final do curso, para que eles possam iniciar o próprio negócio ou aplicar naquilo que achar conveniente.

3.4. Contrato de Convivência: estabelece os direitos, deveres e penalidades dos alunos, profissionais de docência e técnicos, visando à colaboração, respeito mútuo, iniciativa, liberdade, o aprender a conviver.

4. Processo de inserção no mercado de trabalho: inclusão e acompanhamento dos adolescentes e jovens nas seguintes modalidades - emprego formal, programa Jovem Aprendiz, cooperativa, empreendedorismo, estágio remunerado etc., nos setores da indústria, do comércio e serviços.



Financiamento do PVV: Na fase piloto, todas as despesas referentes ao Projeto ViraVida foram financiadas com recursos do Conselho Nacional do SESI, com apoio do SENAI, SENAC e SEBRAE.

Concepção Metodológica do Projeto ViraVida

A concepção metodológica adotada para realizar o PVV, fundamentou-se no conhecimento crítico da realidade dos adolescentes e jovens em situação de violação de direitos, com foco na exploração sexual; no reconhecimento destes como sujeitos de direitos; na capacidade criativa, e no potencial de mudança, próprios da essência destes sujeitos.

Desta forma, o processo pedagógico do PVV baseia-se na construção participativa dos sujeitos sociais envolvidos, visando desenvolver uma consciência referendada na cultura de direitos e na garantia e defesa do acesso deste segmento à educação, à profissionalização e à inserção no mercado de trabalho (capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 60 e 69).

Este Projeto, portanto, está fundamentado no método dialético, ou seja, para descortinar a situação de exploração sexual vivenciada por adolescentes e jovens é necessário compreender a “natureza interna” e conhecer o sentido real que está por trás das aparências.

Nesta perspectiva, deve possibilitar a compreensão da exploração sexual, como acontece na realidade, e construir novos conhecimentos sobre o fenômeno, as conexões internas, e interpretar como esta se relaciona no conjunto da sociedade, para subsidiar a metodologia⁹ de “ação-reflexão-intervenção”.

A importância de retomar a participação do adolescente e jovem, como sujeitos de mudança de sua própria realidade, baseia-se na necessidade de transformação social do estado latente de violação dos direitos desses sujeitos, visto que nessas últimas duas décadas a questão do protagonismo juvenil não trouxe avanços significativos.

Essa constatação é perceptível quando se observa que crianças e adolescentes não têm centralidade nos espaços de poder das instituições governamentais (tanto no executivo quanto no legislativo), no ambiente familiar e nos próprios movimentos sociais. Seguindo este raciocínio, constata-se que a exclusão social, simbólica e cultural, é uma realidade que historicamente oprime adolescentes e jovens como os que foram atendidos pelo PVV.

⁹ Metodologia é o estudo do método, ou seja, do caminho para chegar a um fim. Caminho pelo qual se atinge um objetivo. Modo de proceder; maneira de agir; meio. (Dicionário Aurélio, pag. 1328)



Desta forma, a metodologia da intervenção social proposta pelo PVV valoriza a tradução das percepções, sentimentos, experiência e saberes de adolescentes e jovens, compreendendo que isto pode contribuir para o alargamento de conceitos, para a inserção consciente e crítica sobre a realidade vivida e para alternativas de enfrentamento das situações de violações de direitos.

Assim, a fala do adolescente e do jovem deve ser o eixo estruturante para compreender o contexto sócio/econômico e cultural em que vivem, suas relações no contexto da sociedade e suas implicações no simbólico. Reconhecendo-os como sujeitos que têm potencialidades para interpretar a realidade de forma criativa racional e intuitiva.

Por esta via, o relacionamento com o adolescente e o jovem não deve ser visto como tutela, mas como uma relação entre sujeitos de direito capazes de construir socialmente o seu lugar emancipatório, numa sociedade desigual e opressora.

Este projeto demonstra, ainda, a importância do trabalho em rede, fundamentado em diagnósticos participativos que indiquem caminhos que levem a intersetorialidade e a integração de programas específicos para o enfrentamento à violação de direitos de crianças e adolescentes.

Em um projeto que envolve uma demanda específica do adolescente e jovem em situação de violações de direito, estes, mais que um **objeto de estudo**, devem ser o **sujeito** capaz de ler, traduzir e criticar o seu próprio lugar de sujeito histórico na sociedade.

A atuação dos profissionais (professores(as), técnicos(as), entre outros) e dos(as) adolescentes e jovens tem que girar em favor da troca de conhecimentos, baseados no diálogo democrático, construídos sobre princípios e contratos revisitados pela urgência de não ausentar questões fundantes que ajudem a compreender a complexidade da relação teoria e prática/intervenção social em relação à exploração sexual.

Para isso, o Projeto é concebido e realizado em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema, nos quais os profissionais e os adolescentes e jovens estão envolvidos de modo cooperativo e/ou participativo.



Cidades piloto onde foram implantado o Projeto ViraVida



- Fase piloto: Fortaleza, Recife, Natal, Belém.



2. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DE INTERVENÇÃO SOCIAL¹⁰

A avaliação de Políticas, Programas e Ações de intervenção social (PP&A) não deve ser praticada de maneira puramente pragmática, como se fosse um conjunto pré-determinado de ‘passos e estratégias’ que podem ser aplicados de maneira uniforme, mecânica, acrítica e a-histórica, a toda e qualquer intervenção.

Buscando superar este senso comum das práticas avaliativas, os avaliadores devem adotar como um de seus pressupostos fundamentais a análise e a compreensão do contexto sociopolítico em que a PP&A avaliada é executada, isto é, estabelecer uma relação entre teoria e prática (práxis).

Neste contexto, a avaliação pressupõe a análise e o conhecimento do funcionamento do Projeto ViraVida, enquanto uma PP&A, e o contexto social em que ele está inserido.

Desta forma, cada processo avaliativo deve ser composto por dois conjuntos de práticas: uma mais abrangente e mais ou menos comum ao conjunto dos processos avaliativos, e outra, que retrata as peculiaridades de cada PP&A, envolvendo o contexto em que esta existe e as relações sociais estabelecidas pelo seu público-alvo.

Ao buscar compreender tais peculiaridades, a avaliação abre espaço para a participação do público-alvo não apenas como beneficiário das intervenções sociais, mas como gerador de conhecimento, protagonista da PP&A e, por isto, também responsável pelos sucessos e/ou dificuldades dos processos e resultados desenvolvidos durante/pela intervenção social.

Investir na avaliação participativa não significa, porém, que o avaliador deva dar menor importância à produção de informações voltadas para a gestão. Pelo contrário: como a avaliação deve contribuir para o aperfeiçoamento, replicação e ampliação da PP&A, deve, também, preocupar-se em produzir evidências para que os gestores possam desenvolver seu trabalho. Produzir tais evidências a partir de um processo que leva em conta o contexto social e que atribui importância às relações sociais torna-se, pois, um importante instrumento de apoio à gestão.

Por outro lado, a avaliação pode ser uma importante ferramenta de gestão na medida em que, ao ser incorporada como etapa transversal e intrínseca de uma PP&A, torna possível - num primeiro momento - o aperfeiçoamento das ações praticamente no mesmo momento em

¹⁰ A primeira parte deste capítulo é baseada no texto “Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Sociais”, de autoria de Marcelo Rasga Moreira e Regina Bodstein. Este texto constitui-se em uma Unidade de Aprendizagem do ‘Curso de Políticas Públicas e Gestão Social’, ministrado na modalidade à distância pelo Departamento de Ciências Sociais (DCS) e pela Escola de Governo (EG), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da FIOCRUZ/MS.



que estas são executadas e – em momentos posteriores - ao apontar as dificuldades e acertos, limites e possibilidades, orientar os gestores em suas próximas atividades.

As práticas de avaliação são, portanto, oriundas das relações entre pesquisa/cotidiano/gestão, entre academia/sociedade/poder público, ocorrendo em um ambiente político que, por natureza, é o campo dos interesses e valores em conflito. Constituem assim metodologia social aplicada que exige dos avaliadores não apenas o domínio metodológico e de técnicas de pesquisa, mas a capacidade de reflexão social e política.

Esta capacidade de reflexão crítica – e, portanto, de auto-crítica - deve ter como um *a priori*, o fato político de que a avaliação de PP&A, tem como objetivo principal aperfeiçoar uma intervenção cujo propósito é superar problemas e desigualdades sociais.

Logo, é possível compreender que a atividade avaliativa, per si, é uma atividade que visa superar a desigualdade e, exatamente por isto, o avaliador deve evitar: (a) criar estratégias e discursos metodológicos tão complexos e intrincados que absorvam os recursos, o tempo e as reflexões dos avaliadores, dos gestores e do público-alvo em torno de sua própria consecução. Esta é uma armadilha (por vezes sedutora, visto que pouco desagradam os financiadores e gera publicações acadêmicas), pois quanto mais se aprofunda neste caminho, mais se afasta do intuito original da avaliação (contribuir para a superação de problemas e desigualdades sociais); e (b) isentar-se de apontar problemas, por interesses e/ou paternalismo, sob pena de, com tal artifício, contribuir para a continuação e piora dos problemas sociais que as PP&A pretendem superar. Por isto, uma das virtudes metodológicas da avaliação deve ser desconstruir para melhor construir. Avaliando de forma transparente, é possível descobrir falhas, erros e inconsistências, permitindo a reconstrução das ações.

Assim, é importante se definir que a **'metodologia de uma PP&A', é compreendida como o conjunto de conceitos/teorias e práticas/processos/atividades que concretizam seus objetivos.**

Validar a metodologia, no caso do Projeto ViraVida, é avaliar seus componentes de maneira isolada e coletiva, considerando o contexto em que é executado. Este esforço dialético de análise e síntese está fundamentado na ética, na coerência teórico-política, na eficiência, na efetividade e na busca pela equidade.

Sob esse prisma, é importante compreender que, para avaliar, é fundamental definir/escolher as questões ou dimensões que serão avaliadas, pois é quase impossível e inútil tentar avaliar todas as dimensões e questões envolvidas em uma PP&A.

Por isto, **definir o objeto da avaliação** (ou seja, aquilo que será avaliado) é um passo fundamental para o avaliador, visto que condiciona não apenas que práticas e resultados sejam



analisados, mas também as próprias estratégias de trabalho do avaliador. Em termos de pesquisa, este movimento é análogo ao célebre ‘recorte do objeto’ de estudo.

Desta forma, no caso do Projeto ViraVida, **o objeto da avaliação** é a metodologia do projeto ViraVida, ou seja, conceitos, princípios e as quatro dimensões/fases de implementação do projeto: a) articulação e mobilização; b) processo de seleção; c) processo sócio-educativo e d) inserção no mercado de trabalho.

A avaliação da metodologia do PVV ocorreu em dois momentos: **durante a operacionalização da PP&A**, permitindo reajustar a execução e a programação em função do aprendizado derivado da sua implementação; e **na finalização da PP&A**, propondo uma comparação entre o planejado e o alcançado, buscando validar a metodologia utilizada, identificar pontos fortes e fracos e apresentar subsídios e evidências para o aperfeiçoamento, replicação e ampliação da PP&A.

Para validação da metodologia do Projeto ViraVida, foram utilizados três tipos de avaliação: avaliação de processo, de resultados e de impactos. Na avaliação de processo estuda-se a forma como os serviços ou intervenções foram realizados. É planejada para descrever o que está acontecendo, envolvendo três perguntas básicas: O que está sendo feito? A quem está sendo feito? Como está sendo feito? (Sessions¹¹)

Os resultados das avaliações de processo são, em geral, descritivos e incluem detalhes do que acontece de fato quando a intervenção é realizada, sendo extremamente útil para explicar como e porque um programa “funciona” ou não. Ou seja: este é o tipo de avaliação que mais valoriza o trabalho dos profissionais envolvidos e mostra também as falhas e equívocos cometidos.

Contudo, a avaliação de processo não pode demonstrar se um programa está sendo realmente efetivo, o que demanda uma avaliação de resultados, evidenciando até que ponto um programa/projeto/ação consegue produzir os resultados desejados e atingir os objetivos declarados. Esta não deve ser confundida com a avaliação de impacto, que focaliza os efeitos finais generalizados de um programa sobre uma população-alvo mais ampla, o que pode exceder os participantes diretos do programa.

Para operar este modelo faz-se necessário a criação/utilização de indicadores, que no entender de Cardoso¹², são construções teóricas elaboradas para se compreender melhor a realidade. São o que, no jargão sociológico chama-se de ‘um constructo do avaliador’, ou seja,

¹¹ VIDE REFERÊNCIA

¹² VIDE REFERÊNCIA



uma mediação entre teoria e evidência empírica que tem como objetivo construir/apresentar informações sintéticas que, de maneira prática e rápida, expressem as tendências de um fenômeno social que se pretende acompanhar e medir.

De maneira mais clara, indicadores recortam certos aspectos da realidade sobre a qual a PP&A avaliada intervém, expressando-os a partir de uma definição elaborada pelo responsável pela ação (ou pela avaliação), com o objetivo de torná-la mensurável.

Os indicadores são costumeiramente trabalhados por meio de aportes metodológicos quantitativos, que permitem sua expressão em termos de taxas, coeficientes, razões etc. Estes têm tendência ao corte sincrônico da realidade, orientando resultados, facilitando a comparação e a generalização.

Isto, contudo, não significa que indicadores não possam assumir cunho qualitativo, sendo expresso por meio de 'categorias explicativas' que sistematizam os dados levantados. Nestes aportes, valorizam-se os enfoques mais descritivos dos indicadores e, por conseguinte, propõe-se uma mensuração (cujo sentido é "dar dimensão") do comportamento dos aspectos que são avaliados no Projeto. Têm limitações para fazer comparações, permitindo respostas longas, detalhadas, variadas e não padronizadas, o que limita a generalização.

É importante destacar que os aportes quantitativos e qualitativos podem e devem ser trabalhados em conjunto e em perspectiva, pois sua interação agrega um conjunto de informações mais qualificadas, praxis vital para a avaliação do PVV.

Assim, os indicadores de avaliação do PVV são: (i) **indicadores de resultado e de impacto** que, ao explicitarem evidências empíricas, propiciam medidas de eficiência, eficácia e impacto sócio-político-econômico, contribuem para a continuidade, a mudança de rumo ou o fim do projeto; (ii) **indicadores de processo** que caracterizam as ações/atividades desenvolvidas pelo PVV, criando espaços de reflexão e troca de experiências; e (iii) **Indicadores de Sucesso da Ação Comunitária** que evidenciam mudanças no comportamento do público-alvo: mudanças de atitudes, conscientização de direitos e deveres, formação de fóruns e espaços de colaboração, participação em questões menos imediatas e mais controversas, maior número de atividades e eventos recreativos, de esporte e lazer, auto-estima melhorada, participação voluntária em atividades do programa etc.

Assim, a avaliação pode garantir a replicação e a ampliação de PVV, viabilizando que não haja repetição dos erros cometidos na fase piloto, o aperfeiçoamento das atividades realizadas e a criação de novas alternativas para atender às demandas do público-alvo.



2.1. DISCUSSÃO METODOLÓGICA: VALIDAÇÃO DO PROJETO VIRAVIDA

A avaliação do Projeto ViraVida tem como **objeto** a sua metodologia e como **objetivo** a validação da metodologia utilizada na fase piloto do projeto, desenvolvido no período de junho 2008 a maio de 2010.

Em termos gerais, validar a metodologia de um determinado projeto é analisar os conceitos, processos e ações que nele foram trabalhados, com o intuito de verificar se estas três dimensões foram coerentes. Portanto, o primeiro passo de uma validação é a compreensão da relação entre teoria e prática (práxis) que embasa e concretiza o projeto a ser analisado. Esta análise envolve:

a) a identificação dos conceitos, processos e procedimentos do Projeto. É importante perceber que “conceitos” referem-se à concepção de mundo e, mais especificamente, à concepção que o projeto tem sobre a problemática que intervém e os sujeitos envolvidos.

Por seu turno, “processos e ações” referem-se às atividades que foram desenvolvidas no projeto, isto é, tanto em seu aspecto implementador (os esforços feitos para colocar o Projeto em prática) quanto executor (as ações desenvolvidas pelo Projeto).

Quando falamos dos esforços e das ações, estamos falando também das Equipes. Assim, analisar a composição, as competências, dificuldades e práticas das equipes faz parte da validação.

b) Uma vez analisados os conceitos, processos e ações, faz-se necessário relacioná-los aos objetivos do Projeto para verificar se há coerência (interna), isto é, os conceitos, processos e ações têm relação direta com os objetivos? Podem contribuir para que estes sejam atingidos?

c) Em seguida, processos e ações são analisados por meio de indicadores que permitem aferir em que medida eles contribuíram para que os objetivos tenham sido (ou não) atingidos, o que confere à validação um caráter externo, visto que os indicadores e seus parâmetros são construídos a partir do modelo avaliativo desenvolvido pelo autor da validação.

d) Assim, a validação é interna, quando busca a coerência entre objetivos, conceitos, processos e ações, e externa, quando busca, por meio de parâmetros, identificar em que medida os objetivos foram atingidos.

Nessa perspectiva, o primeiro passo do processo avaliativo do Projeto ViraVida foi o de identificar e caracterizar o contexto sociopolítico dos adolescentes e jovens que são atendidos pelo projeto.



Para analisar este contexto sociopolítico, os referenciais teóricos utilizados fundamentaram-se, por um lado, nas macrovisões das Normativas Nacionais (Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente), que consideram a criança, o adolescente e o jovem como sujeitos de direitos, e, por outro, nas microvisões das ações institucionais para a intervenção junto a estes sujeitos, respeitando as identidades locais, a diversidade, a transversalidade e a descentralização.

Fundamentou-se ainda, no conhecimento crítico da realidade dos adolescentes e jovens em situação de violação de direitos, com foco na exploração sexual; no reconhecimento destes como sujeitos de direitos; na capacidade criativa, e no potencial de mudança, próprios da essência destes sujeitos.

Desta forma, a construção participativa dos sujeitos sociais envolvidos foi a base do processo pedagógico do PVV, visando desenvolver uma consciência referendada na cultura de direitos e na garantia e defesa do acesso deste segmento à educação, à profissionalização e à inserção no mercado de trabalho (capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente Art. 60 e 69).

Para validar a metodologia do PVV faz-se necessário ainda, analisar o processo e as ações que foram desenvolvidas na sua fase piloto: (i) articulação e mobilização; (ii) Processo de seleção; (iii) Processo sócio-educativo; (iv) Inserção no mercado de trabalho.

Serão apresentados também, neste relatório, dois capítulos referentes à equipe do projeto e ao perfil dos adolescentes e jovens atendidos.

A avaliação do processo ocorrerá da seguinte forma: primeiro, se descreve as dimensões/fases, apresentando as informações qualitativas e quantitativas necessárias para a explicação de cada uma, em seguida, estas explicações são analisadas por meio dos indicadores.

Os indicadores trabalhados são quantitativos e qualitativos, visto que se busca uma ampla explicação avaliativa do PVV para cada etapa e à medida que for necessário, processos, resultados e impactos. Estes indicadores serão apresentados por meio de matrizes avaliativas (uma para cada dimensão/fase) nas quais os resultados obtidos pelos indicadores utilizados serão comparados por meio dos referenciais teóricos do PVV. Esta comparação irá gerar dois conjuntos de indicadores: (i) de baixo desempenho e (ii) de alto desempenho.

Cada matriz avaliativa será analisada em seu próprio conjunto, viabilizando que se apresente uma avaliação concreta para cada dimensão/fase do PVV. A avaliação conjunta dos resultados dessas dimensões propiciará a avaliação geral do Projeto ViraVida.



Cada Matriz, além de permitir a análise, vem acompanhada de recomendações aos gestores.

Para avaliação de desempenho do PVV, serão utilizadas as seguintes 'Categorias Explicativas': (i) '**Violação de Direitos**', que se traduz a partir de cenários de violências associadas, ferindo a proteção integral de adolescentes, conforme prevê o ECA/90 – Livro I, Parte Geral Título I e II, das Disposições Gerais e dos Direitos Fundamentais, respectivamente; (ii) '**Oportunidades**', compreendidas como ferramentas de acesso aos direitos sociais, disponibilizados pelas políticas sociais, em âmbito público e privado. Ex.: resgatar a auto-estima, promover e acompanhar a frequência regular na escola, ofertar cursos profissionalizantes, inserir no mercado de trabalho e etc.; (iii) '**Participação**', que significa o exercício da expressão dos valores, necessidades e criatividade dos adolescentes (protagonismo), considerados fundamentais para o exercício da cidadania; (iv) '**Sociabilidade**', que emerge das relações entre os sujeitos no convívio com outros sujeitos, grupos e classes sociais, numa dada sociedade, fundamentada pela ética e pelo civilizatório. A sociabilidade permeia todas as outras categorias, refletindo-se em várias modalidades de ações de enfrentamento; e (v) '**Sustentabilidade**', neste projeto, a sustentabilidade é a capacidade que o adolescente e o jovem concluintes do PVV têm de se sustentar e se manter após sua saída do projeto, contribuindo para sua autonomia.

2.2. O PROCESSO AVALIATIVO DO PROJETO VIRAVIDA

A avaliação do Projeto Vira Vida foi realizada no período de outubro de 2009 a outubro de 2010, por solicitação do Conselho Nacional do SESI.

A estratégia utilizada para validação da metodologia do Projeto ViraVida foi a avaliação participativa e democrática, o que viabilizou uma maior interação com as equipes (Técnica Central e das Cidades Piloto), possibilitando a validação da metodologia de forma coletiva, fator importante para a legitimidade do processo.

Desta forma, à medida que conhecia as ações desenvolvidas pelas equipes de Fortaleza, Recife, Natal e Belém, discutia com a Equipe Técnica Central as modificações/correções/ inovações no processo, visando à solução dos problemas vivenciados no cotidiano.

O trabalho de avaliação teve início em outubro de 2009, quando em Fortaleza duas turmas já haviam concluído (março de 2009) e três cursos estavam em fase de encerramento. Em Recife, todas as turmas já haviam concluído (novembro de 2009). Em Natal, duas turmas já



tinham concluído (novembro de 2009) e quatro ainda estavam em curso e, em Belém, todas estavam em curso (vide Tabela 4).

Assim, o processo de avaliação ocorreu durante a execução do PVV, permitindo reajustar a execução e a programação em função do aprendizado derivado da sua implementação, e na finalização do PVV, viabilizando uma comparação entre o planejado e o alcançado, buscando validar a metodologia utilizada, identificar pontos fortes e fracos e apresentar subsídios e evidências para o aperfeiçoamento, replicação e ampliação do PVV.

Conhecendo o projeto

Para compreender a concepção do projeto ViraVida, sua implantação e implementação no Sistema S, foi realizado um levantamento de todos os documentos sistematizados pelas equipes-piloto, visando conhecer os fundamentos teórico-metodológicos (conceitos, princípios, metodologia), processos e ações.

Os documentos analisados foram: Projeto Básico de Implantação do ViraVida; Seleção e Recrutamento; Articulação de Parcerias e, por último, o livro do ViraVida que traz a sistematização de todo o projeto, na sua fase piloto, organizado pela consultora, na fase piloto, Profa. Dra. Glória Diógenes, da Universidade do Ceará (maio/2010). Também foi realizado um levantamento sobre o Sistema S para compreender como o Projeto VIRAVIDA se insere e interage com esse Sistema.

A análise e a contextualização da proposta do Projeto VIRAVIDA foram realizadas em relação à Política de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Plano Decenal 2011-2020), o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Infanto-Juvenil, as recomendações do III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Política Nacional de Juventude, dentre outros.

Foram realizadas várias reuniões com a Equipe Técnica Central Projeto ViraVida no Conselho Nacional do SESI para conhecimento do Projeto, suas demandas, sobretudo, para entender o que pretendiam avaliar e com que objetivo. Essas informações subsidiaram a elaboração da proposta de validação da metodologia, apresentada e aprovada pelo Conselho Nacional do SESI.

A partir dessa proposta, começaram as visitas às cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Belém. Em Fortaleza e Belém foi possível conhecer a equipe de professores, técnicos, gestores e administrativos do PVV. Em Recife, a visita coincidiu com o período em que os cinco cursos já haviam sido concluídos, impossibilitando reunir toda a equipe. Em Natal, também não foi



possível reunir todos os professores, mas apenas alguns componentes da equipe técnica e gestores do projeto.

Os objetivos dessas visitas foram: (i) conhecer pessoalmente as equipes e (ii) verificar como desenvolveram/estavam desenvolvendo os conteúdos programáticos dos cursos; as dificuldades enfrentadas nas diferentes fases do projeto; o nível de informações que tinham sobre o PVV, a clientela atendida e o fenômeno da exploração sexual.

As visitas possibilitaram um maior entrosamento com as equipes piloto e o conhecimento de suas experiências, em síntese, o que estava acontecendo na prática, e que não estava sistematizado nos documentos. A realidade era mais rica em termos de dados do que aqueles registrados.

Outra observação importante é que as equipes dos estados, embora tivessem recebido o mesmo treinamento, apresentavam um desnivelamento de informações e de compreensão do projeto como um todo, assim como sobre o fenômeno da exploração sexual. Além disso, a maioria dos profissionais não tinha experiência em trabalhar com adolescentes e jovens em situação de violação de direitos, em especial, exploração sexual.

Esse desnivelamento de informações ocorreu tanto dentro da mesma equipe como entre as equipes das diferentes capitais. As possíveis causas poderiam ser a constante mudança de profissionais, apontada pelos coordenadores, e a falta de capacitação continuada sistemática das equipes.

Com relação ao agendamento das visitas, a grande dificuldade foi compatibilizar as agendas em função do período de conclusão dos cursos, das aulas e de algumas dificuldades locais. As visitas foram apenas de um dia, em cada capital.

Como a expansão do PVV começou antes do término do processo de avaliação da fase piloto, isso permitiu que, ao participar da capacitação técnica das novas equipes da fase de expansão, falando sobre a temática da exploração sexual, tomasse conhecimento de como ocorreu o treinamento pedagógico das equipes, na fase piloto.

Desta forma, não foi realizada uma avaliação do processo pedagógico, entretanto foi realizada a leitura do documento “Orientações pedagógicas para a inclusão social e profissional do educando”, produzido por Romerito Carneiro de Lima, Técnico em Educação do SESI/SENAI/DR/DF.

Outra questão importante é que os adolescentes/jovens e suas famílias não participaram desta avaliação para a validação da metodologia do PVV. Também não foi avaliada a estrutura do SESI/SENAI onde funcionou o projeto ViraVida na fase piloto.



Construção de Instrumentais

Para conhecer e avaliar as ações desenvolvidas pelas equipes da fase piloto, foram elaborados dois instrumentais, em função de que ainda não havia o livro com a sistematização de todas as etapas do projeto, lançado apenas em maio de 2010. O primeiro instrumental foi um roteiro de perguntas sobre as ações sócio-educativas que estavam sendo desenvolvidas, tendo como referência o Plano Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a partir dos eixos: análise de situação, articulação e mobilização, prevenção, atendimento e protagonismo juvenil. O segundo instrumental foi de avaliação das ações desenvolvidas, contendo os pontos fortes, frágeis, impactos, desafios e dificuldades do projeto em cada cidade piloto.

Realização de Oficinas

Para discutir os instrumentais foi realizada uma oficina em Brasília nos dias 14, 15 e 16 de dezembro/2009 da qual participaram representantes das equipes de Natal, Recife, Fortaleza e Belém. Também participaram as equipes de Brasília, Salvador, a Equipe Técnica Central e o Presidente do CNI. Foram discutidos os pontos fortes e frágeis das etapas do Projeto, as dificuldades, os desafios e as sugestões para aperfeiçoamento do mesmo.

Nesta oficina, uma questão não consensual foi a escolaridade como um critério de seleção para a participação de adolescentes e jovens no Projeto ViraVida. Outras questões levantadas para reflexão e discussão foram: a inclusão no mercado de trabalho, o acompanhamento dos adolescentes e jovens e de suas famílias.

Estas questões foram discutidas em fevereiro, numa segunda oficina/encontro em Brasília, com a participação de representantes das equipes técnicas das quatro cidades piloto, onde foram definidos os critérios relativos à escolaridade para o processo de seleção; a elaboração do Plano de Acompanhamento e Atenção às famílias e o Plano de Inserção no Mercado de Trabalho. Nesta oficina, como subsídios para as equipes, foi convidada uma representante da Superintendência Regional do Trabalho para falar sobre o projeto “Jovem Aprendiz” e outras formas de inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

Elaboração do relatório final

Após a leitura e análise dos dois instrumentais e as contribuições das equipes piloto nas duas oficinas, realizadas em Brasília, foi possível construir uma versão preliminar do



Relatório de Validação, contendo uma primeira organização e sistematização dos resultados, impactos, os pontos fortes e frágeis, desafios e dificuldades apresentados na forma de indicadores.

Assim, para a elaboração deste relatório final foram utilizadas as informações levantadas e sistematizadas a partir das oficinas, visitas, reuniões, seminários e treinamento, produto de uma construção coletiva e participativa.

Para validar o Relatório Final da avaliação da metodologia do PVV, encaminhamos a versão preliminar para todas as equipes piloto e para a equipe técnica do Conselho Nacional para uma leitura crítica e envio de sugestões, a fim de possibilitar a conclusão do relatório final.

2.3. A EQUIPE DO PROJETO

Da fase piloto do Projeto ViraVida participaram aproximadamente 230 profissionais em âmbito nacional e local, representantes do SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e SESCOOP.

O processo de escolha desses profissionais teve como critérios: conhecimento sobre a temática da exploração sexual; a proatividade; experiência de trabalho com adolescentes e jovens em situação de violação de direitos; articulação com a Rede de Proteção e o Sistema de Garantia de Direitos. Entretanto, não foi possível contratar pessoal com todas estas características.

De acordo com as equipes, a maioria dos profissionais que fez parte do projeto na sua fase-piloto não conhecia a temática da exploração sexual e não havia trabalhado com o público-alvo do projeto. Superar esta situação constituiu-se em um desafio e no constante aprendizado na relação educador/educando.

Na perspectiva de formação da equipe, em especial dos docentes, foi feita uma apresentação do Projeto ViraVida, uma discussão sobre o perfil do público com o qual iria trabalhar, sobre exploração sexual e os fatores que determinam a inclusão de jovens e adolescentes nessa situação de violação de direitos.

Nos cursos foram trabalhados temas referentes ao desenvolvimento de competências educacionais e profissionais, processos pedagógicos, inclusão social, bem como a integração entre as equipes da educação continuada e profissional, objetivando um alinhamento dos conteúdos a serem trabalhados.

Os gestores do projeto foram orientados e treinados para acompanhar a execução dos cursos, pela interação entre discentes, docentes e técnicos, promovendo uma articulação das instituições promotoras da educação profissional, da educação continuada e das instituições



parceiras, buscando o fortalecimento das ações sócio-educativas, uma ambiência favorável ao desenvolvimento pleno do processo de ensino-aprendizagem e das relações interpessoais.

Foi possível perceber a boa comunicação entre os integrantes das equipes, tendo em vista a necessidade de uma ação interdisciplinar, fortalecendo a troca de experiências e de saberes.

É interessante ressaltar que embora as equipes tenham passado pelo mesmo treinamento e recebido as mesmas orientações, o desenvolvimento do PVV ocorreu de forma diferenciada, em função das particularidades e peculiaridades de cada localidade.

Dentro da Estrutura Hierárquica do Projeto ViraVida, a equipe local é subordinada à Gerência de Projetos Especiais ou à Gerência de Responsabilidade Social do SESI. São coordenados, nacionalmente, pelo Conselho Nacional do SESI.

Nas oficinas de avaliação as equipes pilotos apontaram as seguintes questões que precisam ser trabalhadas:

- ✓ Faltam de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais da área administrativa e outros, para completar o quadro nas cidades piloto, e em nível central, em especial para o processo de expansão;
- ✓ Número insuficiente de profissionais para o acompanhamento dos jovens e adolescentes e de suas famílias;
- ✓ Alta rotatividade dos docentes extra-quadro e da equipe técnica;
- ✓ Falta de capacitação continuada para professores e equipe técnica sobre a temática de ESCA, e sobre a metodologia utilizada no projeto.
- ✓ Implantação do projeto em algumas cidades piloto sem que a equipe estivesse formada e treinada devidamente;
- ✓ Monitoramento da gestão dos recursos financeiros oriundos do Projeto;
- ✓ Ampliação do projeto para outras cidades.
- ✓ Cerca de 30% dos profissionais não têm perfil para atender a clientela do projeto;
- ✓ Descumprimento às normas e procedimentos do Projeto;
- ✓ Dificuldade para trabalhar com a metodologia proposta;
- ✓ Resistência à quebra de paradigmas por parte de alguns colaboradores e docentes;
- ✓ Faltam profissionais especialistas na área de mercado para compor os Núcleos, visando à inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho;

RECOMENDAÇÕES:

Gerais



- ✓ Contratação imediata de profissionais para compor a Equipe Técnica Central, as equipes das cidades piloto e de ampliação, de acordo com a necessidade de cada cidade, de preferência, que tenha experiência com a pedagogia do projeto e o perfil dos adolescentes e jovens atendidos.
- ✓ Não iniciar nenhuma etapa do projeto sem que as equipes estejam completas e devidamente treinadas/capacitadas.
- ✓ Realizar Seminários/Encontros Técnicos de capacitação das equipes, semestralmente, de acordo com as necessidades de cada cidade piloto, com a participação de especialistas.
- ✓ As Coordenações Técnicas podem atuar como multiplicadores dos referenciais teóricos e metodológicos do Projeto junto a suas equipes.
- ✓ Realização de seminários de conscientização para os gestores e todos os funcionários que compõem os quadros das unidades do SENAI, onde funciona o projeto ViraVida.

Composição das equipes

- ✓ A composição das equipes, tanto em âmbito nacional, como local, devem ter uma coordenação política, técnica e administrativa;
- ✓ As equipes deverão ser multidisciplinares, com profissionais nas áreas de: Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia, Enfermagem, Antropologia, Administração e Mercado, preferencialmente com experiência em trabalho com adolescentes e jovens violados em seus direitos e com a pedagogia utilizada no PVV;
- ✓ Os estagiários também poderão ser estudantes universitários nas áreas de: Psicologia, Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia, Antropologia, Administração, Mercado;
- ✓ Nível médio completo com formação técnica nas áreas de administração e contabilidade;
- ✓ Quantidade: 01 Pedagogo, 01 Psicólogo, 01 Assistente Social, 01 Técnico administrativo e 01 profissional de nível técnico, ou de acordo com as peculiaridades de cada local.
- ✓ Comitê Gestor: deve ser composto por coordenadores técnico e administrativo e por outros técnicos como psicólogo, assistente social e representantes dos adolescentes e jovens. Fica a critério de cada cidade incluir outros profissionais.



Tem a função de: planejar, executar, acompanhar, monitorar e avaliar as ações pertinentes na sua área de atuação, bem como fazer as mobilizações e articulações necessárias; Mobilizar e articular com a Rede de Enfrentamento e do Sistema de Garantia de direitos; Coordenar as reuniões;

- ✓ Função da Coordenação Técnica: Coordenar o planejamento, execução e avaliação do Projeto; Representar o Projeto; Mediador das competências multidisciplinares; Articular e mobilizar com atores internos e externos; Mobilizar as equipes para projeção de ações e tomada de decisões; Implantação e acompanhamento do Comitê Gestor;
- ✓ Função da Coordenação Administrativa: Gerenciar as questões administrativas pertinentes para a operacionalização do Projeto; Participar do Núcleo de Mercado.



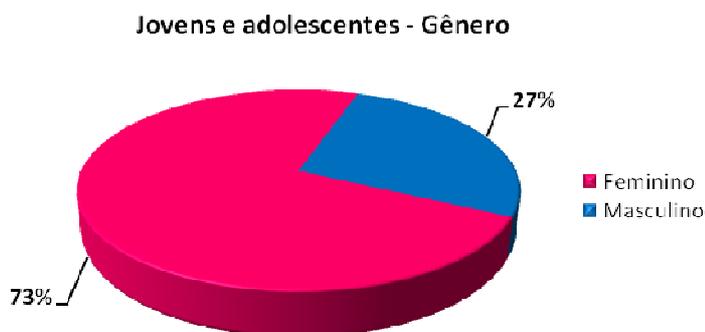
3. AVALIAÇÃO DO PROJETO VIRAVIDA (PVV)

Levando-se em conta o discutido nos capítulos anteriores, apresentam-se a seguir as dimensões (fases), cuja avaliação isolada e em conjunto produzirá a avaliação geral do piloto do PVV. O ponto de partida para esta avaliação é conhecer o perfil do público que foi atendido.

3.1. PERFIL DO ADOLESCENTE¹³/JOVEM¹⁴ ATENDIDO

O Projeto ViraVida atendeu na fase piloto 379 adolescentes e jovens, sendo 91 em Fortaleza, 98 em Recife, 101 em Natal e 89 em Belém. Desse total, 279 são do sexo feminino e 100 do sexo masculino, conforme mostra o Gráfico 1 .

Gráfico 1: Gênero



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Verifica-se, pela leitura do gráfico, que na fase piloto, o PVV atendeu a uma maioria absoluta de adolescentes e jovens do sexo feminino (279), o que equivale a cerca de 73% do público-alvo). A maioria é heterossexual, mas existem também, adolescentes e jovens com orientação homossexual, que representa aproximadamente, 10% da população atendida, dentre eles, homossexuais femininos e masculinos, bissexuais e travestis.

O Gráfico 2 ilustra a distribuição por idade dos 379 adolescentes e jovens atendidos pelo PVV. Do total da população atendida, cerca de 57% (216) eram adolescentes (na faixa etária de 15 a 18 anos) e aproximadamente 43% (163) eram jovens (faixa etária de 19 a 24 anos).

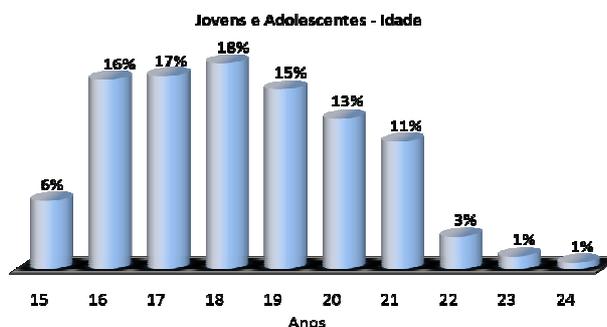
¹³ Adolescente é a pessoa que está na faixa etária entre 12 anos completos até 18 anos de idade (ECA, 1990).

¹⁴ Jovem é a pessoa de 19 a 29 anos (Pesquisa: “Juventude e integração sul-americana: Diálogos para construir a democracia regional”. IBASE e POLIS: 2009)



Isto demonstra que o PVV atendeu não apenas adolescentes, mas também jovens que apresentavam dificuldades em acessar o mercado de trabalho e estavam em situação de violação de direitos, em especial, em situação de ESCA.

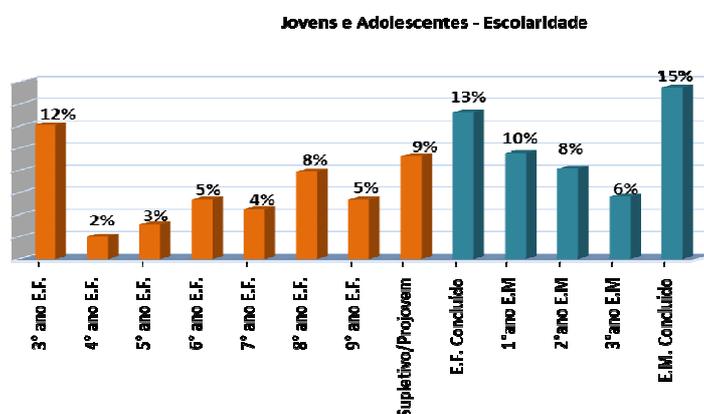
Gráfico 2: Idade



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Conforme os critérios de inserção estabelecidos na fase piloto, o público-alvo do PVV deveria ser formado por adolescentes e jovens de baixa escolaridade. Entretanto, os gráficos 3 e 4 mostram que 52% do público-alvo cursava o Ensino Médio, sendo que a menor escolaridade encontrada foi a da 3ª série (12%), de acordo com o gráfico abaixo.

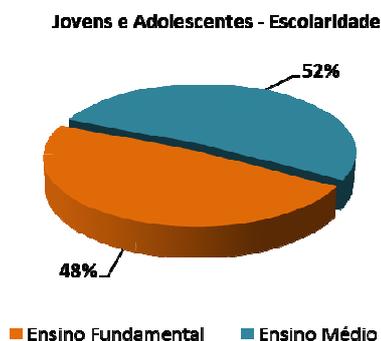
Gráfico 3: Adolescente e jovens X Série



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).



Gráfico 4: Escolaridade



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Conforme o gráfico acima, 52% dos A/J estavam no ensino médio, entretanto, segundo os profissionais do PVV, embora a escolaridade dos adolescentes e jovens não fosse tão baixa, havia uma defasagem entre a série cursada e o conhecimento adquirido. Por isso, foi necessário o reforço escolar para a maioria da clientela atendida porque não estava conseguindo acompanhar os cursos profissionalizantes.

Nos relatórios que serviram de fonte para esta avaliação, não foi informada a idade e a série de estudo dos adolescentes e jovens, por isso, não foi possível estabelecer uma relação entre idade e a série cursada – o que ajudaria a confirmar a defasagem idade/série. Contudo, é fundamental ressaltar que esta é realmente uma característica comum a esse tipo de clientela de acordo com o Plano Decenal dos Direitos dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011-2020).

Nem todos os relatórios indicaram a quantidade de adolescentes e jovens que abandonaram a escola e há quanto tempo. Informaram apenas que aproximadamente 90% retornaram à escola formal ao ingressarem no PVV. Não houve um acompanhamento dos adolescentes e jovens na escola para verificar o rendimento e a frequência escolar. Esses dados são importantes e devem ser considerados nos históricos dos adolescentes e jovens, pois servem para fazer o comparativo do nível de escolaridade quando entrou e quando saiu do projeto (se aumentou ou não o nível de escolaridade).

No futuro, a questão da escolaridade deverá ser trabalhada pelos pedagogos do PVV, em estreita parceria com as equipes das escolas em que os adolescentes e jovens venham a ser matriculados.

O Gráfico 5 mostra a situação financeira das famílias dos adolescentes e jovens e aponta que 61% destas, recebiam menos de um salário mínimo; 20%, recebiam um salário



mínimo; e 19% mais de um salário mínimo (são adolescentes e jovens provenientes de classes populares).

Gráfico 5: Situação Financeira (salário mínimo) das Famílias



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

No decorrer do PVV, a renda familiar aumentou, pois 80% dos adolescentes e jovens do projeto ajudaram suas famílias com os recursos da bolsa recebida. Além disso, os profissionais do PVV encaminharam muitas famílias para o Programa Bolsa-Família, o que também gerou aumento da renda. De acordo com os relatórios recebidos, somente a equipe de Fortaleza indicou os dados relativos a esta inclusão, revelando que, em agosto de 2008, 46,15% das famílias atendidas pelo PVV recebiam o Bolsa-Família, percentual que, em maio de 2009, havia aumentado para 69,23%.

Esses dados sobre a renda familiar - que não foram aprofundados na fase piloto - deverão ser trabalhados no Plano de Acompanhamento/Atenção às famílias, já em fase de elaboração e discussão pelas equipes do PVV da fase piloto e de ampliação.

A análise da Tabela 1, que caracteriza os vínculos familiares dos(as) adolescentes e jovens, aponta que apesar deles terem vivenciado situações de conflito, violência doméstica e uso de drogas na família, o índice de rompimento dos laços familiares é baixo. Considerando que dos 379 adolescentes e jovens que concluíram o curso, apenas 30 declararam estar “rompidos” com suas famílias (cerca de 8%), pode-se concluir que embora a maioria tenha saído de casa, não rompeu totalmente os laços familiares¹⁵ e quando estes adolescentes e

¹⁵ Vide as pesquisas “A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em Situação de Exploração Sexual na Rodovia e Setor Comercial Sul de Brasília (2008/2009) – Violes/SER/UnB – SEDH/PR, Mimeo, Brasília, 2010 e “Os Sete Sentimentos Capitais: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes” (2008).



jovens têm condições, buscam ajudar a família. Um exemplo disso é que 80% dos jovens da fase piloto ajudaram suas famílias com recursos da bolsa-auxílio.

Tabela 1: Caracterização dos Vínculos Familiares

CARACTERIZAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES	CAPITAIS			
	BELÉM (%)	FORTALEZA (%)	NATAL (%)	RECIFE (%)
Fragilizados/Relações conflituosas	70	69	50	38
Rompidos	10	05	06	09
Boas relações	30	26	44	54
Sofreram/Presenciaram violência domésticas	65	57	50	47
Dependência química na família	40	48	39	39
Utilizaram/utilizam substância psicoativa	80	58	67	57

Fonte: Levantamento realizado junto aos jovens das cidades piloto em fevereiro de 2010.

Este é um dado importante que deve ser considerado no Plano de Acompanhamento/Atenção às Famílias, e que pode auxiliar o trabalho das equipes do PVV, visando o restabelecimento dos vínculos familiares.

Outro aspecto importante que ajuda a compor o perfil dos adolescentes e jovens é referente ao *consumo de substância psicoativa* (drogadição). Neste contexto, os dados apontam que 70% afirmaram já ter consumido drogas ilícitas, enquanto cerca de 20% declararam ainda consumir tais drogas. Segundo as declarações, as drogas ilícitas mais consumidas são maconha, crack e loló. Por outro lado, aproximadamente 80% afirmaram fumar cigarro comum e ingerir bebida alcoólica, que são drogas lícitas.

Tendo em vista que para a replicação do PVV, é importante apresentar as características comportamentais dos adolescentes/jovens, visto que elas apontam para as competências profissionais que as equipes que trabalharão nas próximas etapas do projeto precisam ter/adquirir/aperfeiçoar. Ressalta-se, sem preocupação de quantificação absoluta e/ou por frequência, os seguintes tipos de comportamento/attitudes: agressividade; depressão; sexualidade exacerbada; tentativa de suicídio; exibicionismo; baixa auto-estima; indiferença; concorrência por liderança.

Outras características importantes que devem ser observadas são: adolescentes autores de ato infracional e jovens respondendo Processo Penal; trabalho doméstico (trabalho infantil); vítimas de abuso sexual; histórico de aborto e gravidez precoce; maternidade; situação de rua e de abrigo; e abandono escolar.



Estes dados referendam outros estudos e pesquisas¹⁶ que têm demonstrado que a clientela de projetos como o PVV apresenta um cotidiano marcado por violências associadas. Desta forma, a exploração sexual, o trabalho infantil/doméstico, o consumo abusivo de drogas (drogadição) e o pouco acesso às políticas públicas (educação, saúde e profissionalização, sobretudo) são situações que fazem parte da história de vida destes sujeitos sociais, seja no contexto familiar, de rua ou sócio-institucional.

Desta forma, é necessário trabalhar uma metodologia que fortaleça os direitos dos adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, baseados em processos participativos que potencializem a noção da trajetória do sujeito social e de seus interesses.

3.2. ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Tratando-se de um projeto que está fundamentado na garantia de direitos, a articulação e mobilização são estratégias fundamentais para o estabelecimento de parcerias, tendo como princípio a intersetorialidade em torno do atendimento - integral e integrado - pelas redes de serviços públicos, dos adolescentes e jovens em situação de exploração sexual e também de suas famílias.

O Conselho Nacional do SESI, na pessoa de seu presidente Jair Meneguelli, foi o articulador¹⁷ **em âmbito nacional e local** que desencadeou o processo de mobilização social¹⁸ em torno da implantação do Projeto ViraVida nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Belém.

Esse processo de mobilização consistiu na sensibilização, participação, formação de parcerias, articulação de esforços múltiplos e organização do coletivo de cidadãos para implementação do Projeto do ViraVida nas cidades-piloto. Foram envolvidas instituições governamentais, não governamentais, empresários, DRs do Sistema S, universidades, agências de cooperação internacional, conselhos e comitês de enfrentamento à ESCA, por meio da realização de visitas, reuniões, encontros, seminários, mesas redondas, conferências, dentre outros.

¹⁶ A Trajetória Social da Criança e do(a) Adolescente em situação de exploração sexual na Rodoviária e Setor Comercial Sul de Brasília. (2008/2009) – Violes/SER/UnB. PESTRAF *Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes*, Brasília: Ministério da Justiça/CECRJA (2000); *Metodologia de Intervenção Social e Artística*, Brasília: SEDH/VIOLES-UnB(2003); *CPMI da exploração sexual contra crianças e adolescentes*, Brasília: Câmara Legislativa (2004); *Matriz Intersetorial de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, Brasília: SEDH/VIOLES-UnB/Unicef (2004) - VIOLES/UnB; *Perfil dos Adolescentes que Morreram Cumprimento de Medidas Socioeducativas no DF*, Brasília: Escola Superior do Ministério Público/Comissão Nacional de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF/VIOLES-SER-UnB (2006); *Relatórios do Disque 100 Denúncia*, Brasília: SEDH (2007-2008).

¹⁷ Articulador é quem deve criar as condições necessárias para que a mobilização ocorra. Ele é o responsável pela condução das negociações que vão dar legitimidade política e social à construção da Rede de Proteção Social.

¹⁸ Mobilização social é a capacidade de convocar vontades, de envolver os cidadãos num processo coletivo de mudança social.



Em **âmbito nacional**, para a articulação e mobilização do Sistema S, foram realizados seminários visando ao estabelecimento de parcerias e convênios com as DRs para o desenvolvimento do PVV, de forma compartilhada e multidisciplinar (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SESCOOP e SESC). Essa parceria viabilizou a formação das equipes (gestoras e técnicas), viabilizando a implantação e implementação do ViraVida pelas unidades do SESI, em cada cidade-piloto.

Do ponto de vista da mobilização das instituições governamentais, em âmbito nacional e local, algumas dificuldades tiveram que ser enfrentadas, em especial, resistências de alguns gestores públicos (Ministérios, Secretarias e Rede de Serviços Públicos) e o funcionamento das redes de prestação de serviços de forma desarticulada e com pouca intersectorialidade.

Nesta direção, existe ainda um longo caminho a ser percorrido, tanto em **âmbito nacional** como local, para garantir, efetivamente, a eficácia das políticas públicas.

A articulação e mobilização com as agências de cooperação internacional (UNICEF, OIT) têm possibilitado uma visibilidade do PVV e a sua ampliação e participação de forma integrada com as ações que estas instituições desenvolvem, garantindo, assim, a sua legitimidade em nível internacional.

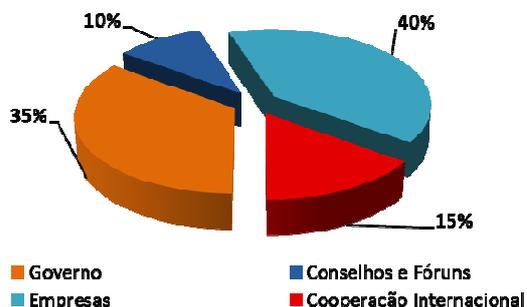
O processo político de articulação e mobilização realizado pelo Conselho Nacional do SESI tem sido contínuo, dinâmico e atingiu seu ápice com a realização do *Seminário Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Novas Estratégias de Enfrentamento*, em parceria com a SDH/PR, dando visibilidade e legitimidade ao ViraVida, enquanto um projeto do setor empresarial que se integra, efetivamente, à Rede de Enfrentamento à ESCA, buscando participar dos pactos federativos para a garantia e defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens.

No âmbito do mercado, o Conselho Nacional e os Departamentos Regionais do SESI têm se articulado com empresas governamentais, privadas, de capital misto para garantir a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens. Esse processo tem resultado na assinatura de convênios com Ministério do Trabalho, Bancos, entre outras, garantindo cotas de inserção dos mesmos em programas de aprendizagem, estágios remunerados e a empregabilidade em diferentes empresas da área da indústria e do comércio.

A potência deste processo de mobilização pode ser visualizada no Gráfico 06 e na Tabela 2, que ilustram as instituições envolvidas na implantação do projeto piloto da PVV.



Gráfico 6: Instituições articuladas e mobilizadas (nacional)



Fonte: Dados fornecidos pela equipe central (fevereiro/2010).

Tabela 2: Instituições conveniadas (12)

Sistema S	<ul style="list-style-type: none">• SESI• SENAI• SENAC• SESC• SEBRAE• SESCOOP
Empresas	<ul style="list-style-type: none">• Caixa Econômica Federal• Banco do Nordeste do Brasil• Abrinq
Cooperação Internacional	<ul style="list-style-type: none">• UNICEF• OIT
Universidades	<ul style="list-style-type: none">• VIOLES/SER/UnB• Universidade Federal do Ceará
Conselhos	<ul style="list-style-type: none">• Conselho Nacional de Justiça

Fonte: Dados fornecidos pela equipe técnica central (Fevereiro de 2010).

Obs.: é importante ressaltar que o processo de articulação e mobilização é dinâmico e permanente. Assim, a cada mês temos novas adesões ao projeto.

3.2.1. Articulação e mobilização em âmbito Local

Em **âmbito local**, o processo de articulação e mobilização, no primeiro momento, teve como objetivo implantar o PVV e integrar as unidades do Sistema S (SESI, SENAC, SENAI, SESC, SEBRAE, SESCOOP e outros) para a formação da equipe local (gestora e técnica¹⁹), considerando os cursos a serem ministrados e a questão da interdisciplinaridade.

Foram articulados e mobilizados setores do Governo Estadual e Prefeitura, (Secretarias de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública e outras), visando o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de atividades conjuntas e

¹⁹ Equipe Gestora varia de acordo com a cidade. Em geral, é composta por: Coordenação Estratégica, Coordenação Técnica; Coordenador Pedagógico; Psicóloga; Assistente Social; Analista Administrativo Financeiros; Agente Administrativo (Fortaleza). Em Natal este processo é desenvolvido pela Gerência de Responsabilidade Social, com o apoio de Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros. Em Recife, pela Gerência de Projetos, Coordenação Técnica (Psicóloga), Coordenação Pedagógica, Assistente Social e Administrativo. Em Belém, pela Gerente de Responsabilidade Social e Empresarial, com o apoio de Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos e Administrativo.



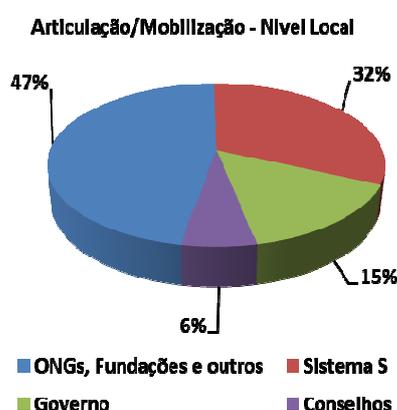
encaminhamento/acompanhamento dos adolescentes e jovens do Projeto e o atendimento dos mesmos pela rede de serviços públicos (saúde, odontologia, CAPs – Centro de Atendimento Psicossocial, abrigo, bolsa-família, redução de danos e moradia).

As ONGs vinculadas à Rede de Enfrentamento à Exploração Sexual foram articuladas e mobilizadas para estabelecimento de parcerias, visando à indicação dos adolescentes em situação de exploração sexual, bem como seu acompanhamento durante todo o projeto.

No âmbito do Sistema S, o processo de articulação e mobilização possibilitou uma integração das ações, experiências, conhecimentos, recursos técnicos, financeiros e humanos das diferentes unidades (SESI, SENAI, SENAC e SEBRAE) o que resultou na soma de esforços, saberes, técnicas e métodos para compreender a complexidade da situação de violação de direitos dos adolescentes e jovens do projeto e o fenômeno da exploração sexual, nas suas múltiplas dimensões (sociais, econômicas, culturais, jurídicas e etc.).

O Gráfico 07 mostra o resultado deste processo de articulação e mobilização em âmbito local, em termos de quantidade, e a Tabela 3 mostra quais as instituições envolvidas neste processo.

Gráfico 7: Articulação e mobilização, em âmbito local, total de 47 instituições



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Tabela 3: Instituições conveniadas nas capitais piloto (59)

EMPRESAS CONVENIADAS/PROJETO VIRAVIDA		
Fortaleza / CE 27	<ul style="list-style-type: none">Araucária IncorporaçõesBanco do BrasilBanco do NordesteCachaça ColonialCafeteria SinhazinhaCaixa Econômica FederalCemec	<ul style="list-style-type: none">CooperativaDilady – LingerieEIT – Empresa industrial TécnicaESI do Pão Eng. EnguiaESI EngenhariaJMV – ConstrutoraManhatam/ABC
		<ul style="list-style-type: none">Penna Sport WearPizza Hut;Programa 1º PassoRestaurante Pizza'sRestaurante SOHOSannyESI – Marketing



	<ul style="list-style-type: none">• Chaves S A.• Cocobambu	<ul style="list-style-type: none">• Panificadora Montmartre• Panevita	<ul style="list-style-type: none">• ESI – Nr Saúde• Unitextil
Natal / RN 5	<ul style="list-style-type: none">• Coteminas• Caixa Econômica Federal• Guararapes	<ul style="list-style-type: none">• Governo do Estado – Programa Primeira Chance• Supermercado Nordeste	
Recife / PE 24	<ul style="list-style-type: none">• Babilônia• Betuca Uniformes• Brilux• Caixa Econômica Federal• CEMEC• Edelson Cabeleireiro• Fator RH• Fórmula	<ul style="list-style-type: none">• Hotel Shelton• Industrias Reunidas• LG Inn Hotel• Netuno• Real Hospital Português• Recife Palace Hotel• Restaurante Julietto• Salão Heloiza	<ul style="list-style-type: none">• Schincariol• Seaway• SM Fardamentos• SP Alimentos• Tribos Street Wear• VIPAL – Plásticos• Zuppa Pizzaria e Restaurante
Belém / PA 3	<ul style="list-style-type: none">• Ná Figueiredo	<ul style="list-style-type: none">• Master	<ul style="list-style-type: none">• Bem Bordado

Fonte: Dados fornecidos pela equipe central (abril/2010).

Obs.: é importante ressaltar que o processo de articulação e mobilização para estabelecimento de parcerias e convênios é dinâmico e, a cada semana, o PVV vem agregando novos parceiros e firmando novos convênios para a inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

3.3. PROCESSO DE SELEÇÃO

A seleção neste projeto é compreendida com um processo que busca conhecer o perfil do(a) adolescente e jovem candidato(a), visando selecioná-lo(a) de acordo com critérios previamente estabelecidos e inseri-los nos cursos profissionalizantes.

O processo de seleção é composto de duas etapas: pré-seleção e a seleção propriamente dita (aplicação de testes e entrevistas).

3.3.1. Pré-seleção

Para a realização da pré-seleção dos adolescentes e jovens, a equipe gestora do ViraVida local, com o apoio da Equipe Técnica Central, se articulou e mobilizou com as instituições governamentais e não governamentais, indicadas como as mais atuantes no atendimento aos adolescentes e jovens violados sexualmente, pelo Programa de Enfrentamento à Exploração Sexual e pelo Comitê de Enfrentamento a Exploração Sexual. Assim, foi feito um mapeamento das instituições e realizadas visitas e reuniões para apresentação do projeto, dos critérios de seleção e planejamento das ações.

No caso em que as ONGs não conseguiam indicar adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, a alternativa da equipe do projeto foi a de realizar busca ativa, o que ocorreu em algumas cidades para o preenchimento das vagas.

O processo de seleção na fase piloto teve como critérios:

- ✓ *estar em situação de exploração sexual;*
- ✓ *faixa etária de 16 a 21 anos;*



- ✓ *baixa escolaridade (não é um fator de exclusão);*
- ✓ *provenientes de famílias de classes populares.*

O critério de seleção que causou a maior polêmica foi o da escolaridade, considerando que o perfil da clientela a ser atendida pelo projeto piloto, inicialmente, era de baixa escolaridade. Entretanto, os cursos oferecidos pelo Sistema S são para quem tem o ensino médio, e o mercado de trabalho também exige esse nível de escolaridade.

Desta forma, para aprofundar as discussões sobre a escolaridade como um critério de seleção para acesso ao Projeto Vira Vida, foi proposta a criação de um GT – Grupo de Trabalho, que se reuniu em fevereiro/2010 e chegou à seguinte conclusão: a escolaridade exigida para acesso ao Projeto Vira Vida é a 4ª série (concluída) e as dificuldades verificadas na abordagem pedagógica seriam trabalhadas por meio de reforço escolar.

Em Brasília, por exemplo, os adolescentes e jovens nesta situação foram inseridos no programa EJA – Educação para Jovens e Adultos que é desenvolvido em horário paralelo ao curso profissionalizante, mesmo que isto resulte em uma ampliação da carga horária.

3.3.2. Seleção

A seleção propriamente dita foi realizada por meio dos seguintes procedimentos: preenchimento de ficha com dados pessoais, testes, entrevistas, dinâmicas de grupo, além do desenvolvimento de estratégias metodológicas que possibilitassem a criação de vínculos entre os participantes.

Nesta perspectiva, foram realizadas dinâmicas de integração, por meio de trabalhos em grupos, e na última etapa do processo seletivo foi realizada uma semana de socialização, onde foram contempladas atividades integrativas para trabalhar as relações dos jovens entre si e com a equipe do projeto.

A meta proposta pelo PVV para a fase piloto era atender 400 adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, entretanto, foram selecionados e matriculados 422, sendo que depois houve evasão de 43, ou seja, aproximadamente 10%, conforme gráfico abaixo.



Gráfico 8: Seleção



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Outra questão a ser considerada foi o encaminhamento dos adolescentes e jovens pelas instituições parceiras (ONG's) porque muitas delas, sabedoras da oportunidade que o Projeto ViraVida representava para a clientela atendida, fizeram a indicação de adolescentes e jovens, mesmo sabendo que não tinham a escolaridade mínima exigida para acompanhamento dos cursos, eram analfabetos (cerca de 10%) e/ou estavam em situação grave de drogadição.

Neste sentido, o processo de encaminhamento de jovens e adolescentes para o projeto é muito importante a fim de evitar a “revitimização”, no momento da seleção. Na fase piloto, o processo de seleção demonstrou ser uma experiência complexa e que requer uma reflexão para o seu aperfeiçoamento, tendo em vista a proposta política de inclusão social do PVV.

O processo de seleção também tem sido objeto de preocupação das equipes do PVV, portanto, no processo de transformação para Programa, não se justifica a aplicação de testes, mesmo não sendo eliminatórios, e com finalidade de levantar informações relativas ao nível de conhecimento, habilidades e atitudes para subsidiar o planejamento das ações sócio educativas.

Portanto, para a inserção dos candidatos no programa, o processo de seleção deve observar as seguintes questões: (i) critérios previamente definidos; (ii) preparação das instituições parceiras para fazerem o encaminhamento; (iii) existência de um período de sondagem pedagógica dos candidatos (iii) existência de vagas.



Em caso de indicação de adolescentes e jovens ao PVV, que estão fora do perfil, fazer o encaminhamento dos mesmos para outros programas, como por exemplo, o Programa Mais Educação²⁰, do Ministério da Educação.

Nesta perspectiva, a equipe técnica do PVV, em âmbito local, deve identificar e se articular com as escolas que aderiram ao Programa Mais Educação²¹ para os devidos encaminhamentos.

Como resultado da oficina realizada em Brasília, em dezembro/09, para discutir sobre a escolaridade, foram definidos os seguintes critérios para a seleção de novas turmas na fase de ampliação do PVV:

- ✓ *Estar em situação de exploração sexual;*
- ✓ *Faixa etária de 16 a 21 anos de idade (ambos os sexos);*
- ✓ *Escolaridade mínima - primeira fase do ensino fundamental completa (4ª série);*
- ✓ *Vinculação a uma instituição – (Creas, escola, e ONGs) para que ele (a) possa ser encaminhado (a) com o respectivo histórico de vida;*
- ✓ *Dependência química restrita a níveis leve ou moderado (considerar o tipo de droga e a frequência de uso, relatado no histórico do adolescente/jovem).*

3.4. PROCESSO SÓCIO-EDUCATIVO

3.4.1. Cursos profissionalizantes

Os cursos ofertados têm como estratégia o desenvolvimento de competências profissionais básicas por meio de conhecimentos, habilidades e atitudes, necessários ao desempenho de atividades ou funções, segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho.

Estes fazem parte do portfólio do Sistema S, que exige idade mínima de 18 anos, dependendo da modalidade e escolaridade compatível com os requisitos do mercado de

²⁰ O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da educação integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelo Ministério da Educação (MEC), da Cultura (MINC), do Esporte (ME), do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Ciência e da Tecnologia (MCT), e também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escola-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos da educação pública.

²¹ O Programa Mais Educação promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores.



trabalho correspondente a cada ocupação. A de aprendizagem atende a partir de 14 anos. No caso do ViraVida, a faixa etária atendida foi de 16 a 21 anos.

Os cursos foram redesenhados de modo a atender, na medida do possível, tanto a demanda do mercado de trabalho, por profissionais capacitados, quanto ao perfil e expectativa dos adolescentes e jovens.

A baixa escolaridade dos participantes – que varia conforme a localidade – não foi tratada como critério de eliminação no processo de seleção dos alunos, mas dificultou a inserção no mercado de trabalho, bem como a certificação de muitos jovens e adolescentes.

Os cursos foram definidos com base no cruzamento das seguintes informações:

- ✓ Perfil e interesse dos candidatos demonstrado no processo seletivo;
- ✓ Demanda do mercado de trabalho, apontados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED, SINE;
- ✓ Pesquisas/estudos do mercado de trabalho elaborados pelas instituições formadoras e disponibilidade das mesmas.

Os cursos foram escolhidos por meio de entrevistas e aplicação de questionário; de reuniões com as organizações parceiras; e consulta de mercado. Os candidatos(as) tiveram a oportunidade de, além do curso de sua preferência, apontar também aqueles de médio e menor interesse.

Na maioria dos casos, os cursos escolhidos não foram os mesmos apontados como prioridade pelos jovens e adolescentes candidatos (ficha de inscrição), tendo em vista o interesse pelas profissões tais como: médico, policial, advogado, jogador de futebol. Desta forma, tiveram que se inscrever nos cursos de alto, médio e menor interesse. 70% foram encaminhados para os cursos de maior interesse e os 30%, que foram encaminhados para os cursos de médio/baixo interesse, no decorrer do projeto, depois foram remanejados para outros cursos.

Assim, a inclusão nos cursos teve como critério, adequar, na medida do possível, o interesse do candidato aos cursos disponibilizados pelo Sistema “S” e a demanda do mercado.

Desta forma, foram ofertados os seguintes cursos:

Tabela 4: Cursos ofertados x número de alunos x conclusão x início e término

PROJETO VIRA-VIDA – PILOTO FORTALEZA						
Curso	Executor	Mat. Inicial	Evasão	Concluído	Início	Término
Criação e Moda	SENAI	26	1	25	30/06/2008	27/03/2009
Produção de Eventos	SENAI	26	1	25	30/06/2008	27/03/2009
Auxiliar de Cozinha	SENAC	20	7	13	10/11/2008	11/02/2009
Costureiro Industrial em Moda Praia e Íntima	SENAI	19	5	14	10/11/2008	11/02/2009



Comunicação Digital	SENAI	19	5	14	10/11/2008	11/02/2009
TOTAL		110	19	91		

PROJETO VIRA-VIDA – PILOTO RECIFE

Curso	Executor	Mat. Inicial	Evasão	Concluído	Início	Término
Costureiro Industrial	SENAI	17	0	17	22/10/2008	04/11/2009
Assistente Laboratório	SENAI	16	0	16	22/10/2008	04/11/2009
Agente de Eventos	SENAC	26	1	25	22/10/2008	04/11/2009
Cabeleireiro-Maquizador	SENAC	20	5	15	22/10/2008	04/11/2009
Recepcionista G Saúde	SENAC	25	0	25	22/10/2008	04/11/2009
SUBTOTAL		104	6	98		

PROJETO VIRA-VIDA – PILOTO NATAL

Cursos	Executor	Mat. Inicial	Evasão	Concluído	Início	Término
Desenhista de Moda	SENAI	18	3	15	27/10/2008	20/11/2009
Desenhista de Moda	SENAI	18	0	18	12/02/2009	08/03/2010
Cabeleireiro	SENAC	18	3	15	03/11/2008	20/11/2009
Auxiliar Administrativo	SENAI	19	0	19	25/03/2009	16/04/2010
Auxiliar Administrativo	SENAI	19	0	19	25/03/2009	16/04/2010
Cozinheiro	SENAC	16	1	15	25/03/2009	28/02/2010
SUBTOTAL		108	7	101		

PROJETO VIRA-VIDA – PILOTO BELÉM

Curso	Executor	Mat. Inicial	Evasão	Concluído	Início	Término
Operador de Computador	SENAI	20	1	19	09/02/2009	05/03/2010
Costureira industrial	SENAI	20	3	17	09/02/2009	05/03/2010
Auxiliar Administrativo	SENAC	20	1	19	08/06/2009	21/05/2010
Auxiliar Administrativo	SENAC	20	1	19	08/06/2009	21/05/2010
Desenhista Gráfico	SENAI	20	5	15	08/06/2009	14/04/2010
SUBTOTAL		100	11	89		

Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

De acordo com a tabela acima, os cursos começaram em datas diferenciadas, o que significa dizer que houve um intervalo entre as turmas, o que serviu para refletir sobre os procedimentos de seleção, os próprios cursos e as experiências vivenciadas (ação/reflexão/intervenção).

A fase piloto teve início em Fortaleza com duas turmas em junho e mais três em novembro de 2008. Assim, a experiência adquirida ia servindo para a seleção de novas turmas e a realização dos próximos cursos, possibilitando o aprendizado e o aperfeiçoamento do projeto progressivamente e a replicação dessas experiências para outras cidades-piloto.

A equipe de Recife visitou o piloto de Fortaleza, por meio de sua coordenação estratégica e operacional, do gerente da Unidade do Ibura e da Coordenação Pedagógica. Também contou com a orientação técnica da equipe do CN do SESI. Recife foi a única cidade que iniciou todas as turmas de uma só vez.

Natal foi a terceira capital e começou com duas turmas em 2008 e quatro turmas no início de 2009. Também contou com a participação das equipes do Conselho Nacional do SESI e de Fortaleza para ajudar no processo de implantação, seleção e discussão de suas experiências.



Em Belém, começaram duas turmas em fevereiro de 2009 e três turmas em junho de 2009, onde a experiência de compartilhamento de conhecimento foi a mesma das outras capitais-piloto.

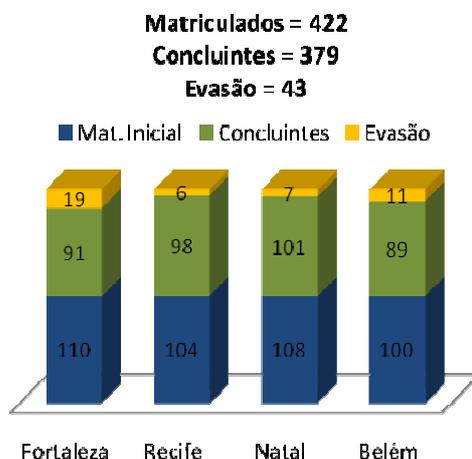
Em relação aos cursos, é importante salientar a flexibilidade da carga horária que foi aumentada (a maioria teve a duração de nove meses a um ano), levando em consideração as dificuldades dos alunos para acompanhar os cursos e dos professores em relação à clientela e à pedagogia utilizada. Além disso, as particularidades e peculiaridades de cada unidade do SESI onde foi implantado o Projeto.

Metas a serem atingidas pelos cursos:

- ✓ *Certificar no mínimo 90% dos alunos participantes dos cursos;*
- ✓ *Atingir no máximo 2% de evasão por curso realizado;*
- ✓ *Alcançar no mínimo 70% de aproveitamento escolar;*
- ✓ *Alcançar no mínimo 75% de assiduidade.*

3.4.2. Resultados dos cursos

Gráfico 9: Matriculados/Concluintes e Evasão



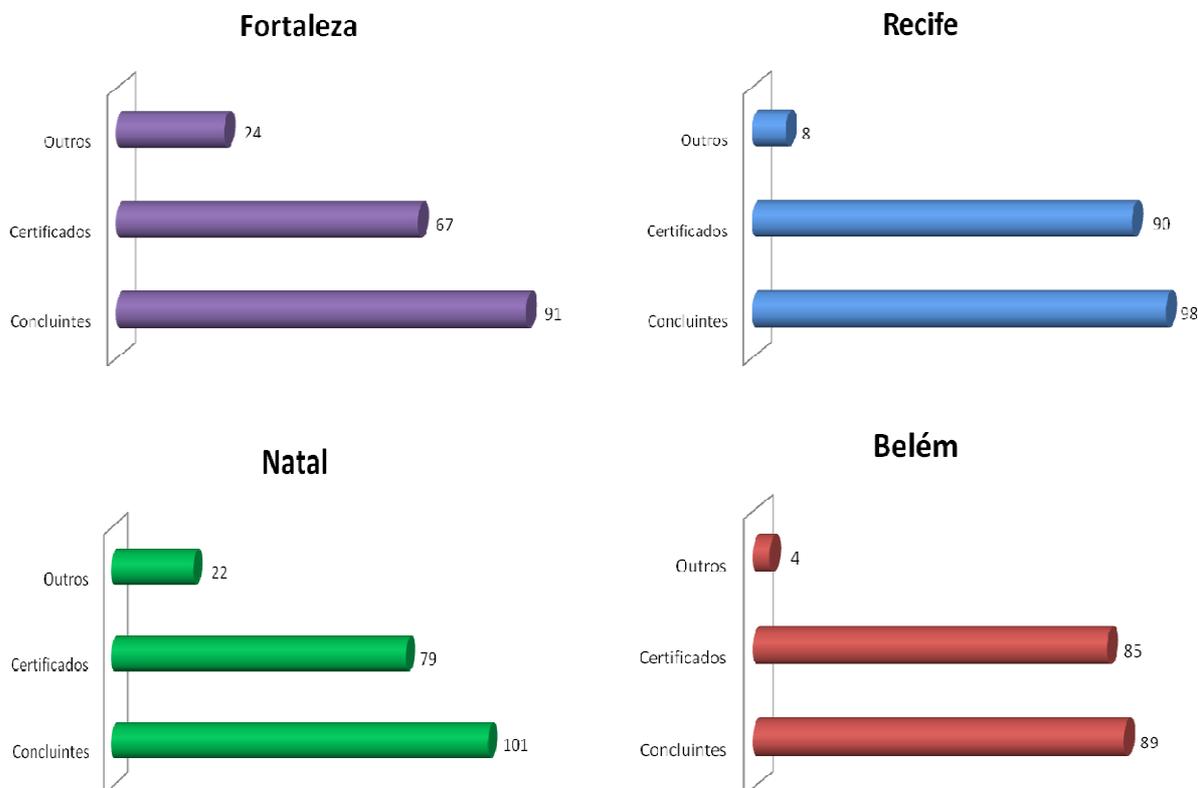
Fonte: Dados fornecidos pela equipe central (maio/2010).

O gráfico acima mostra a quantidade de adolescentes e jovens que concluíram os cursos em cada cidade piloto, ou seja, Fortaleza 91, Recife 98, Natal 101 e em Belém 89.

Os indicadores de aprovação foram: frequência, assiduidade, participação, rendimento escolar e competências adquiridas por cada modalidade de curso.



Gráfico 10: Concluintes x certificados x outros



Fonte: Dados fornecidos pela equipe central (outubro/2010).

Obs: Em Fortaleza, a categoria “outros” é referente aos jovens e adolescentes que foram encaminhados para tratamento de dependência química, que se mudaram, menor de 16 anos, que foram abrigados, gestantes e que retornaram à ESCA. Em Recife, além das mesmas situações apresentadas em Fortaleza, os adolescentes e jovens da categoria “outros” iniciaram o serviço militar e o pagamento da previdência social. Em Natal, os dados quantitativos fornecidos foram: 01 A/J em abrigo, 03 em situação de drogadição, 02 retornaram à ESCA, 07 estavam grávidas, 03 jovens estavam em serviço militar, 04 viajaram para outros Estados e 04 jovens demonstram desinteresse em entrar no mercado de trabalho para exercer uma profissão. Em Belém, as jovens serão incluídas, posteriormente ao período pós-natal e amamentação.

Analisando os gráficos acima, verifica-se que dos 379 concluintes, 321 foram certificados, o que corresponde aproximadamente 85% dos alunos, um pouco abaixo da meta prevista que era de 90%. Com relação as outras metas, todas foram atingidas.

De acordo com as oficinas de avaliação, os professores e técnicos fizeram as seguintes recomendações para os adolescentes que concluíram e não foram certificados:

- ✓ *Inclusão de jovens nas atividades culturais, esportivas e de lazer do sistema S;*
- ✓ *Desenvolvimento de estratégias para atender os alunos;*
- ✓ *Necessidade de pensar a continuidade da bolsa para os alunos não certificados;*
- ✓ *Acompanhamento dos mesmos até a inserção no mercado de trabalho, para não perder a vinculo e evitar o retorno à situação de exploração sexual;*



- ✓ *Reforço escolar de acordo com as suas necessidades;*
- ✓ *Elaboração de um plano de vida;*
- ✓ *Cooperativismo: preparar os jovens concluintes e não certificados, por meio da implantação de incubadoras.*

3.4.3. Educação Continuada

Muitos adolescentes e jovens já tinham abandonado a escola há algum tempo e apresentavam defasagem em relação à série/conhecimento, dificultando o acompanhamento dos cursos. Por isso, foram dadas aulas de reforço em todas as cidades-piloto cujo horário variou de acordo com as particularidades de cada cidade.

O módulo de Educação Continuada foi desenvolvido, por meio das aulas-reforço, paralelamente aos cursos profissionalizantes, visando à atualização de conhecimentos, ao reforço de aprendizagem e à articulação entre os saberes profissionais e escolares, nas áreas de português, matemática e cidadania.

Além das aulas de português, matemática e cidadania, foram realizadas campanhas/palestras de conscientização para formação complementar referente às questões: sexualidade, afetividade, exploração sexual, garantia de direitos, Lei Maria da Penha, gestão de orçamento familiar, cidadania e trabalho, dentre outros.

Os alunos do Projeto ViraVida foram encaminhados para o sistema escolar, a fim de continuar os estudos, visando o aumento da escolaridade. Muitos foram matriculados, entretanto, como não foi feito o acompanhamento desses adolescentes e jovens de forma sistemática, não se tem um número exato de quantos continuaram e concluíram os estudos na série matriculada.

Para trabalhar a questão do aumento da escolaridade, fator importante para o acompanhamento dos cursos profissionalizantes e a inserção no mercado de trabalho, faz-se necessário uma articulação e parceria do PVV com as escolas que funcionam próximas às unidades do SESI, onde funciona o projeto, para facilitar a matrícula, a frequência e o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, uma vez que a escolaridade, na avaliação da fase piloto, foi a questão mais polêmica e discutida, seja para a seleção, como para o desenvolvimento dos cursos ou a inserção no mercado de trabalho.

3.4.4. Atividades complementares

Participação dos adolescentes e jovens no processo de organização da proposta pedagógica, em Congressos, em Fóruns de debates sobre a exploração sexual, na manifestação



do Dia 18 de maio e Ação Global, visando ao fortalecimento da visão crítica e política dos mesmos.

Os adolescentes e jovens de Fortaleza, Recife e Natal participaram de ações complementares que foram recomendadas e não registradas na organização curricular, que em função de sua realidade e de demandas, foram integradas à proposta do Projeto ViraVida. Por exemplo: atividades recreativas (passeios) e artesanais, bem como outras atividades que fazem parte do currículo, como as artísticas, de esporte e de acompanhamento do conteúdo escolar.

No piloto Recife, foram desenvolvidas as seguintes atividades complementares: Oficina do SESINHO, participação no Casamento Coletivo, Ação Cidadania do SINDUSCON, Jogos Olímpicos do SESI, atividades de esporte e lazer (com o próprio SESI), visita técnicas: Livraria Cultura, Oficina de Francisco Brennand, Caminhada 18 de Maio com a participação dos 98 alunos, Compesa; visita ao “Espaço Ciência” na semana da água, Gestão do Orçamento Familiar, palestras diversas, Aulas com o Cozinha Brasil, palestra sobre drogas no SENAC da cidade de Vitória, Olimpíada do Conhecimento no SENAI da cidade de Caruaru, dentre outras.

Em Natal e Fortaleza, houve a participação de adolescentes e jovens nos debates sobre o PVV na Câmara dos Vereadores e Assembléia Legislativa e a inserção de representantes do ViraVida no Comitê Estadual de Enfrentamento à ESCA, compondo a Comissão de Adolescentes e Jovens, dentre outros.

Essas atividades possibilitaram o desenvolvimento das potencialidades dos educandos e contribuíram para os processos de desenvolvimento pessoal, visão crítica, promoção social e fortalecimento da auto-estima.

3.4.5. Processo pedagógico

Com relação à proposta pedagógica adotada para o desenvolvimento do processo educativo, os dados apresentados neste relatório foram obtidos por meio das visitas e dos relatórios das cidades piloto, que apontaram os princípios norteadores, alguns resultados e impactos (ver Matriz do Processo Educativo).

No treinamento das equipes para expansão do PVV, o observado foi que elas estão trabalhando com a pedagogia da inclusão social e profissional e a metodologia por competências.

Os referenciais teóricos/metodológicos são os de Paulo Freire e Antônio Carlos Gomes da Costa, que propõe práticas educativas inclusivas e libertadoras, fundadas na ética, no respeito à dignidade, e à própria autonomia do educando. Também foram fundamentados nas



teorias de Piaget (Construtivista) e Vygotsky, para quem o processo de transformação está ancorado nas relações sociais e na realidade cotidiana do aluno.

Nessa perspectiva, esta proposta pedagógica foi sendo exercitada, apreendida, vivenciada com a criação e término de cada turma, possibilitando a multiplicação da mesma para outros cursos e para outros estados, entretanto, essa proposta pedagógica ainda está sendo construída em todo o processo de implementação do projeto piloto, pelos técnicos, professores e alunos.

É importante que haja uma capacitação continuada para a discussão da proposta pedagógica, a fim de verificar como as equipes estão trabalhando os conteúdos programáticos, visando à capacitação das equipes e a sistematização do processo pedagógico.

3.4.6. Processo de atendimento integral

O ViraVida, além de promover a qualificação profissional e a educação continuada, também encaminha para a escola formal e realiza ações de atendimento²² integral aos adolescentes e jovens, por meio dos serviços que são ofertados pelo Sistema S e, quando não é possível, faz o encaminhamento para as redes de serviços públicos.

Assim, o processo de atendimento/acompanhamento dos jovens e adolescentes na fase piloto foi realizado por meio de abordagens individuais e com os familiares, ocorridas em casa ou na rua, para a construção de diagnósticos interativos que subsidiassem o atendimento deste segmento pelas redes sociais.

O 'atendimento individualizado' e/ou 'abordagem focada no sujeito' propiciou uma escuta qualificada que abriu espaço para a interação dos sujeitos atendidos pelo PVV com os operadores/profissionais do Projeto, permitindo o aprofundamento de questões relativas à vida pessoal e social.

Por meio destas estratégias, foi possível identificar que as principais demandas dos adolescentes e jovens foram: atendimento psicossocial, médico, oftalmológico e odontológico; tratamento para a drogadição; encaminhamento para abrigos; e viabilização de retorno ao convívio com as famílias.

Atendimento Odontológico

²² De acordo com o Plano Nacional, o atendimento deve ser realizado em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias - Relatório de Monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil – 2003/2004, Mimeo, Brasília/2007.



No campo da saúde bucal, o próprio Sistema S propiciou o atendimento viabilizando consultas; práticas de promoção e prevenção (higiene bucal, aplicação de flúor); e tratamentos de restauração dental, de exodontia e, em alguns casos, de endodontia (tratamento de canal). Apesar disto, determinados serviços odontológicos demandados pelos adolescente e jovens - próteses e implantes, por exemplo - não foram realizados pelo Sistema S.

Atendimento Psicológico

Nos casos em que houve necessidade de psicoterapia, em função da drogadição, os adolescentes e jovens foram encaminhados para serviços especializados: no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para os Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS/AD); para Centros de Apoio e Atendimento Psicológicos de Universidades; e para outras instituições que fazem esse tipo de atendimento nas diferentes cidades-piloto. Em Recife a equipe encaminhou até para atendimento particular. Também fez alguns encaminhamentos de familiares dos alunos (alcoolistas e usuários de outras drogas) para a rede pública.

Todas as equipes piloto ressaltaram que o maior problema para o enfrentamento do uso abusivo de substância psicoativa pelos jovens e adolescentes do PVV foi a “falta de retaguarda” por parte das redes de serviço público, e o despreparo da equipe. Segundo, eles, embora tenham recorrido inúmeras vezes aos serviços públicos (CAPS/AD), não tiveram respostas efetivas, constituindo-se na principal causa da evasão dos adolescentes e jovens do Projeto.

Em Recife, no processo de avaliação de aprendizagem dos alunos do piloto, foi identificado que duas jovens apresentavam problemas de aprendizagem e foram encaminhadas para uma investigação neuropsicológica. Em ambos os casos foi identificado problemas cognitivos, assim essas jovens foram encaminhadas para serem avaliadas por um médico de trabalho. Esse processo resultou no encaminhamento de uma jovem para a perícia do INSS, que recebeu benefício vitalício e no outro caso, foi verificada a possibilidade de inserção da jovem no mercado do trabalho através da ‘Lei de Cotas’.

Atendimento Geral de Saúde

Com o objetivo de terem suas condições de saúde avaliadas, os adolescentes e jovens foram inicialmente atendidos por um médico clínico geral do próprio Sistema S. Caso fosse diagnosticado a necessidade de encaminhamento dos adolescente/jovens para atendimento especializado, estes eram orientados a procurar os serviços públicos de saúde, entretanto, nem sempre eram atendidos.



Encaminhamento para emissão de documentos

Uma vez identificado que os adolescentes e jovens do projeto, apesar de já terem passado por diversas instituições e serviços do estado, tais como abrigos, internação, escolas e outras redes, muitos não apresentavam documentação básica de identificação, considerado como fundamental para o resgate da cidadania.

Desta forma, foram encaminhados para os serviços de segurança pública, visando à emissão dos seguintes documentos: identidade, CPF, alistamento militar, título de eleitor e carteira de trabalho.

Encaminhamento para a escola

Com relação aos adolescentes e jovens que foram matriculados nas escolas, logo após serem selecionados pelo Projeto ViraVida, o que aconteceu foi que, em não havendo uma parceria formalizada com as mesmas, o acompanhamento ocorreu de forma não sistemática, portanto, não se tem dados absolutos de quantos concluíram e foram promovidos de série.

Em geral, os atendimentos aos adolescentes e jovens foram precários, assim como o acompanhamento dos mesmos pelas equipes do PVV, não ocorrendo de forma sistemática por todas as equipes piloto, em função da falta de recursos humanos especializados, e/ou a falta de retaguarda dos serviços públicos, de acordo com os relatórios apresentados e os depoimentos dados nas oficinas.

Em alguns casos, como em Recife, quando duas alunas do projeto foram detidas, a equipe fez um acompanhamento sistemático às jovens, no presídio, às suas famílias, articulando-se com a Defensoria Pública, dentre outros, para a liberação das mesmas, o que resultou na liberação das jovens que voltaram para o projeto e concluíram os cursos.

Desta forma, se o PVV quer realizar o atendimento integral, de acordo com as demandas dos adolescentes e jovens, deverá se articular com as redes de proteção²³, entendendo que *“As redes são uma aliança de atores/forças num bloco de ação político e operacional (...). O foco do trabalho em redes não é um problema imediato, isolado, mas a articulação de sujeitos, atores, forças, para propiciar poder, recursos e dispositivos para a ação, auto-organização e a auto-reflexão do coletivo”*, visando a sua integração e intersectorialidade.

²³ Redes de Proteção são formas de articular, mobilizar e prestar atendimento qualificado, ampliado e legitimado aos processos de intervenções sociais que representam situações de vulnerabilidade e/ou risco social, ambiental e pessoal para a criança e o adolescente.



A concepção de Rede²⁴ permite que novos parceiros se agreguem, ampliando o espectro de instituições e, portanto, de alternativas de intervenção.

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que:

“A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios”. (ECA, Art, 86)

A organização de serviços na área da criança e do adolescente pressupõe uma rede que deve ter caráter municipal e descentralizado, pois este constitui um caminho importante para a superação da fragmentação e sobreposição na oferta de serviços e atenção no campo das políticas sociais, ou seja:

“A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.”

A intersetorialidade no campo das políticas públicas circunscreve-se no compartilhamento de conhecimentos e na reconstrução dos mesmos, com a integração das mais variadas áreas das ciências, bem como o compartilhamento de espaços decisórios e de planejamento.

Nesta direção, os gestores do ViraVida devem se articular em rede, em âmbito nacional e local, especialmente com as instituições dos setores de educação, saúde, assistência social, trabalho e segurança pública, uma vez que estão mais relacionados às demandas dos adolescentes e jovens do PVV, por meio da construção de uma **Matriz de Atendimento do PVV** contendo as ações, atividades e competências, na perspectiva de desenvolver um atendimento integral, mas sobretudo, articulado em redes de serviços integrados e intersetorializados.

3.4.7. Acompanhamento e atenção às famílias²⁵

De acordo com Holanda (2008), não é possível mudar a concepção de adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, sem intervir no cotidiano de suas famílias ou daqueles que eles consideram como entes familiares. Embora esteja havendo uma mudança de

²⁴ A Rede opera por meio de radical desconcentração de poder, e segundo Manuel Castells (1999), sua morfologia é fonte de drástica reorganização das relações de poder.

²⁵ Compreendendo a família como agente de socialização primária dos indivíduos, seus novos arranjos e referências, de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes e Convivência familiar e Comunitária (2007).



paradigma sobre a “família”, o que não poderá ser mudado é a compreensão de que ela é o lugar da afetividade, independente de como esteja formada.

Na fase piloto do projeto ViraVida, o acompanhamento das famílias não foi realizado como uma ação sistemática. Na maioria das vezes, só ocorreu quando havia uma necessidade explícita.

Segundo Glória Diógenes (2008:231), “acompanhar e desvendar percursos ajuda a perceber qual a importância da família e dos aspectos subjetivos que os influenciaram a participarem das redes organizadas de exploração”.

De acordo com a equipe de Fortaleza, as visitas domiciliares foram realizadas por técnicos do projeto e educador social da Instituição parceira, sendo esta última presença indispensável pelo fato de conhecer o território das comunidades, bem como, ter vínculo com esta, o que facilitou entrar neste espaço de forma segura.

Essas visitas tiveram o propósito de estreitar os laços relacionais com a família e conhecer seu universo “in loco”; identificar encaminhamentos necessários; perceber as redes sociais existente nas comunidades que pudessem assegurar aos membros da família o acesso aos direitos básicos como saúde, educação, segurança e etc.

Para realizar as visitas domiciliares, a Equipe de Fortaleza elaborou um roteiro, possibilitando a observação de aspectos relevantes como: condições de moradia, dados familiares, condições de saúde, convívio social e comunitário, incentivo da família em relação à participação do(a) aluno(a) no Projeto, expectativas, interações familiares, relacionamento com a comunidade, as redes sociais disponíveis e utilizadas e os recursos institucionais mais próximos.

Em Natal, a equipe técnica do Projeto Vira Vida, em consonância com o SUAS, estabeleceu uma parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, para realização do atendimento às famílias dos adolescentes e jovens do Projeto. Foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional do SESI e a Prefeitura Municipal de Natal.

O acompanhamento às famílias está sendo executado por meio dos serviços do CRAS e do CREAS, envolvendo 50 profissionais das áreas de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Direito e Educadores Sociais. Mensalmente, a coordenação do Projeto de Atenção às Famílias se reúne com os técnicos da SEMTAS para realização de monitoramento e avaliação das ações que estão sendo desenvolvidas.

Foi elaborado um Plano de Ação com as Famílias, o Planejamento das oficinas e o Planejamento das Ações de Acompanhamento, bem como os instrumentais que estão sendo



utilizados na entrevista social e no acompanhamento mensal das atividades do CRAS e do CREAS.

O CRAS realizou aproximadamente 50 visitas domiciliares, atendimentos psicossociais às famílias, aplicação de entrevista social e elaboração de relatório psicossocial, encaminhamentos para programas sociais e inserção em cursos profissionalizantes.

Através do CREAS, foram realizadas reuniões mensais com os pais dos jovens do Projeto, onde são desenvolvidas oficinas sobre temas como: família, adolescência e juventude, direitos humanos e cidadania, sexualidade, drogas, empregabilidade, dentre outros. Paralelamente a reunião com os pais, educadores sociais do CREAS realizam atividades lúdicas e educativas com as crianças que estão em companhia dos pais.

Os temas das oficinas que foram trabalhados com os pais foram os mesmos das oficinas desenvolvidas com os jovens, visando alcançar o objetivo do Projeto de Atenção às Famílias, que é a ressignificação dos vínculos familiares.

Em Recife, apesar das inúmeras dificuldades decorrentes da quantidade de alunos atendidos, foram realizadas visitas domiciliares para aproximadamente 30% dos adolescentes e jovens, com o objetivo de conhecer a dinâmica familiar, inclusive alguns alunos, cujo vínculo familiar e a situação dos conflitos familiares estavam ruins, receberam mais de uma visita.

Além da visita domiciliar, vários contatos telefônicos foram realizados, chamando a família para assumir o seu papel de proteção e cuidados, em especial com os adolescentes, que muitas vezes estavam pelas ruas, colaborando assim para a reinserção familiar. Em muitos casos, a própria família procurou a equipe do projeto para atendimento às demandas de seus filhos.

Houve casos, também, em que alguns alunos solicitaram ajuda do Projeto, no sentido de encaminhar pessoas da família para os CAP's, bem como para fornecer e facilitar o acesso ao Programa da Bolsa Família.

O trabalho de atendimento às famílias foi realizado em parceria com a instituição que encaminhou o adolescente e jovem para o Projeto.

Na inserção no mercado de trabalho, os adolescentes e jovens contaram com o apoio das famílias as quais ajudaram seus filhos em relação ao cumprimento do horário de trabalho, modo de se vestir, ou apoiando-os e incentivando-os para participarem do processo seletivo nas empresas.

Em função da precariedade do acompanhamento às famílias, recomendou-se a elaboração de um Plano de Acompanhamento/Atenção às Famílias e aos Adolescentes e Jovens do projeto ViraVida para a fase de expansão, o qual está em fase de finalização.



3.5. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O Projeto ViraVida, desde a sua concepção, teve como preocupação central a empregabilidade²⁶, enquanto trabalho remunerado e com vínculo empregatício, de acordo com a CLT, em consonância com as normas do Sistema S.

Para tanto, coube ao Presidente do Conselho Nacional do SESI - tanto em âmbito nacional como local – a responsabilidade de articulação e mobilização política, na busca ativa de parceiros para garantir a empregabilidade da clientela do PVV.

Apesar dos esforços, as equipes do PVV, em especial, de Fortaleza, Recife e Natal, após a conclusão das primeiras turmas, se depararam com a baixa oferta de empresas para receber os adolescentes e jovens. Isto fez com que as próprias equipes do PVV, em âmbito local, realizassem um “corpo a corpo”, buscando ativamente estabelecer parcerias, dentro do próprio Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE e SINE) e com outras empresas para a inserção da clientela do PVV no mercado formal de emprego, seja no setor industrial, comercial e/ou de serviços.

No processo de avaliação do PVV, ocorrido nas oficinas de dezembro e fevereiro, se discutiu, amplamente, as questões relacionadas à ‘empregabilidade’ e à ‘inserção no mercado de trabalho’, chegando a um consenso de que o PVV deveria trabalhar para a inserção no mercado de trabalho, por meio de outras formas que não fosse apenas a empregabilidade.

A compreensão dessa distinção faz-se necessária em função de que o PVV atende dois tipos de clientela: adolescentes, na faixa etária de 15 a 18 anos que, de acordo com o ECA, nos artigos 60-69 do capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente - ‘Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho’ - dentre outros aspectos, fala do respeito à condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial dos adolescentes, relacionando-a a capacitação profissional.

Segundo o ECA, os adolescentes têm que estar na escola, podendo realizar atividades laborais especiais que (i) não o impeçam de estudar; (ii) não o sobrecarreguem física e psicologicamente; e (iii) permitam-lhe realizar uma atividade de aprendizado profissional, na condição de ‘Aprendiz’. Desta forma, não podemos pensar em termos de emprego formal (CLT) para esses adolescentes, pois é contra a lei e poderia caracterizar-se como ‘trabalho infantil’.

²⁶ Empregabilidade: Qualidade de empregável. Que pode ser empregado. Diz-se de indivíduo que está apto a entrar e manter-se no mercado de trabalho, graças à adequada qualificação profissional.



Assim, para os adolescentes do projeto, a inserção no mercado de trabalho deve ocorrer por meio da garantia de cotas no Programa Jovem Aprendiz²⁷, estágios remunerados e experiências de empreendedorismo, cooperativismo e auto-gestão.

Por sua vez, o PVV também atende jovens na faixa etária de 18 a 21 anos e, para estes, a empregabilidade deve ser a meta, entretanto, eles também podem ser encaminhados para programas como Jovem Aprendiz (CLT, Art. 428, caput, parágrafo 1º) ou Primeiro Emprego, além, é claro, de poderem participar das experiências de empreendedorismo, cooperativismo e auto-gestão.

De acordo com Serviço Social da Indústria²⁸, o PVV, em sua fase piloto, tinha como meta a inserção de cerca de 60% dos alunos no mercado formal com vínculo empregatício e 40% em outras modalidades de trabalho, priorizando-se as competências técnicas do Sistema S.

Na oficina realizada em dezembro de 2009, foi levantada a questão da inserção da clientela atendida pelo PVV no mercado de trabalho, que deveria ser aprofundada em outra oficina (realizada em fevereiro de 2010). Nesta, foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelas equipes de Fortaleza, Recife e Natal para garantir a empregabilidade dos alunos que haviam concluído os cursos.

Para subsidiar a discussão dessa temática, foi convidada uma representante da Superintendência Regional do Trabalho (SRT), que falou sobre o Programa Jovem Aprendiz e orientou as equipes do piloto sobre a importância delas participarem dos fóruns que são realizados em suas cidades, pela SRT, para garantir, não só a empregabilidade, mas a inserção dos adolescentes e jovens no programa.

Nesta oficina, foram apresentadas todas as modalidades de inserção no mercado de trabalho das cidades piloto.

Em Fortaleza, por exemplo, a equipe trabalhou com várias formas de inserção como: emprego formal, jovem aprendiz, primeiro emprego, cooperativismo, estágio remunerado e, em especial, desenvolveu uma incubadora como forma de cooperativismo e auto-gestão.

A experiência da incubadora se originou da idéia de elevar os resultados de inserção dos egressos no mercado de trabalho, não só como trabalhador formal, mas como **empreendedores**.

Nesta perspectiva nasceu, no âmbito do SESI e SENAI, o projeto da incubadora, em consonância com o perfil dos participantes do projeto ViraVida, contemplando todas as

²⁷ É um programa criado a partir da atualização da CLT pelas leis nº 11.180/2005 e 11.788/2008, que prevê o ingresso, no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, os adolescentes e jovens na faixa etária de 14 a 24 anos.

²⁸ ViraVida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil / Serviço Social da Indústria – Brasília, p. 119, 2010.



características inerentes a este tipo de organização, em especial quanto a sua autonomia e de seus cooperados, objetivando realmente a adaptação do público-alvo às exigências do mercado, bem como o desenvolvimento de habilidades, competências e do espírito empreendedor, este último identificado no perfil da maioria dos participantes do ViraVida.

A definição das Consultorias e Metodologias adotadas foi realizada em parceria com SESI, SENAI, SESCOOP e SEBRAE. Neste processo, as Instituições tiveram que repensar e reconstruir a metodologia de implantação de cooperativas, pois diferente de outras cooperativas - que ao ser implantadas as pessoas já atuam na área e já sabem o caminho que percorrer -, os jovens do ViraVida traziam o conhecimento e a vontade de ter seu próprio negócio, mas não tinham a prática e estavam ainda construindo seu caminho profissional. Para facilitar a condução deste novo desafio, todos os técnicos do SESI, SENAI e SEBRAE envolvidos na implantação da incubadora passaram por uma formação de 20h/a em Cooperativismo ministrada pelo SESCOOP.

O processo de Incubação da cooperativa, tendo em vista o perfil do público, foi de 02 anos e contituiu-se em 04 etapas: 1) Pré-Incubação: desenvolvimento e acompanhamento dos participantes para organização e providências quanto aos recursos de infra-estrutura e funcionamento do empreendimento; 2) Incubação: consolidação do empreendimento com a produção e comercialização do produto; 3) Desincubação: processo de desvinculação da cooperativa incubada; 4) Pós-Incubação: assessoria à cooperativa graduada em sua nova localização, contribuindo para a auto-sustentabilidade e autonomia.

A Incubação da Cooperativa na área de Produção com jovens oriundos dos cursos do Projeto ViraVida, que tinham grande interesse de ter seu próprio negócio, teve início em 13 de julho de 2009, após a formação dos técnicos.

Nesse processo de Incubação, os cooperados tiveram consultorias nas áreas de Gestão de Cooperativa, Gestão Financeira, Desenvolvimento de Habilidades Técnicas, além de acompanhamento psicológico, realizado pelo Projeto ViraVida. Todas as consultorias foram definidas a partir de cronograma articulado entre as 04 instituições, tendo inclusive, consultorias ministradas em conjunto pelo SENAI, SESCOOP e SEBRAE (Por exemplo: Gestão Financeira, Construção do Plano de Negócio) e mensalmente é feita uma reunião de avaliação com a participação da Presidente da Cooperativa.

Foram nas Consultorias que os jovens cooperados definiram sua área de atuação (Fardamentos e Enxovais) e o nome da Cooperativa – CAXANGÁ. A riqueza deste processo é que além de um trabalho construído em conjunto com várias instituições, há o reconhecimento de que somos apenas facilitadores, mas quem construirá e definirá o caminho da cooperativa



são os próprios jovens. É incentivada a autonomia, o processo de escolha e decisão. Atualmente eles já têm seu Estatuto constituído, seu Regimento Interno (eles construíram em Assembléia suas próprias regras) e são eles que fazem a seleção dos novos cooperados.

A incubadora da Cooperativa possui 22 cooperados oriundos dos cursos do Projeto ViraVida: Criação e Moda, Produção de Eventos, Costura Industrial em Moda Praia e Íntima, Comunicação Digital e Auxiliar Administrativo/Recepção.

Todos os cooperados são jovens e recebem, mensalmente, o valor de R\$ 500,00 pago pelo CN do SESI. Este valor irá diminuindo de acordo com a produção e venda dos produtos. A incubadora é uma experiência de inserção no mercado de trabalho, pois, eles já iniciam a produção e venda de produtos, têm autonomia, decidem e planejam. Elegeram um Conselho Administrativo (presidente, tesoureira e secretária).

Impactos da incubadora:

- ✓ Aperfeiçoamento Técnico;
- ✓ Inovação do Sistema Cooperativista;
- ✓ Oportunidade para jovens oriundos de vários cursos do Projeto ViraVida;
- ✓ Fortalecimento do Trabalho Coletivo;
- ✓ Desenvolvimento da Autonomia e habilidade de gestão dos jovens;
- ✓ Fortalecimento da parceria entre as Instituições do Sistema S, com a entrada do SESCOOP.

A equipe de Fortaleza também buscou outras alternativas de geração de emprego, cadastrando os adolescentes e jovens no SINE, em canais de emprego na internet e nas instituições do Sistema S, como por exemplo, no Banco de Oportunidades do SENAC.

No piloto Recife foram desenvolvidas atividades, pelo Núcleo de Empregabilidade, visando o desenvolvimento das habilidades e competências dos jovens para inserção no mercado de trabalho. Foram realizadas oficinas sobre postura profissional para o trabalho e elaboração de currículo, palestras sobre segurança do trabalho, entrevistas individuais para avaliação e orientação sobre o perfil para emprego, visitas ao mercado de trabalho para maior conhecimento sobre o ambiente de trabalho para o qual estava sendo qualificado, dentre outras.

Em Recife, foi criado um Núcleo de Empregabilidade para planejar as ações e estratégias de inserção no mercado de trabalho, as atividades, inicialmente, ficaram sob a responsabilidade de uma única Técnica, que envidou todos os esforços para agilizar o referido processo.



Vale ressaltar que desde o início do processo de inserção no mercado de trabalho, o Núcleo de Empregabilidade vem enfrentando problemas no encaminhamento de jovens para ocupar vagas de emprego e muitos deles desistiram das vagas. A questão da permanência dos jovens no emprego é preocupante e por isso, foi autorizada pelo Conselho Nacional a contratação de uma psicóloga para acompanhar e orientar os jovens durante o período de adaptação no emprego. Esse trabalho tem o apoio dos gestores das empresas e acontece sistematicamente pelo período de seis meses. O referido profissional também realiza orientação e preparação dos jovens que irão participar dos processos seletivos.

Diante das dificuldades, as equipes gestoras do Projeto buscaram interagir com o SEBRAE e o SESCOOP a fim de viabilizar condições de empregabilidade e formação de cooperativas. Também o SESI, SENAI e SENAC se articularam com as empresas locais para dar agilidade ao processo de inserção no mercado de trabalho.

Em Natal, a equipe gestora do ViraVida estabeleceu uma parceria com o Governo do Estado do RN, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social- SETHAS e Sistema Nacional de Emprego- SINE.

Muitas visitas técnicas foram realizadas com diretorias de grandes empresas em todas as cidades, negociando a inclusão dos jovens e adolescentes nos processo seletivo das empresas.

Como resultado da reflexão sobre as modalidades de inserção no mercado de trabalho, foi firmado um convênio com o Ministério do Trabalho para garantir cotas para a clientela do PVV nas empresas que aderiram ao Programa Jovem Aprendiz e ao Primeiro Emprego. Também foi assinado um convênio com a Caixa Econômica Federal que se tornou grande parceiro do PVV para a inclusão dos adolescentes e jovens, assim como outras empresas governamentais e privadas.

Existe também uma proposta de elaboração de um Plano de Inserção no Mercado de Trabalho, que já está sendo construída, e deverá ser implementado pelos Núcleos de Mercado a serem criados em outras cidades piloto, além de Recife, enquanto uma ação de corresponsabilidade de todos.

A inserção de 100% dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, a curto e médio prazo, tem sido o grande desafio a ser superado pelas equipes do PVV, em âmbito nacional e local.

Neste sentido, é importante destacar o esforço, o compromisso e a determinação do Presidente do Conselho Nacional do SESI – Jair Meneguelli para cumprir as metas estabelecidas nessa fase piloto do PVV.



A Tabela 5 mostra que, dos 379 adolescentes e jovens que concluíram os cursos, 282 estão inseridos no mercado de trabalho, 48 estão em processo de inserção e 49 diz respeito a outras situações.

Tabela 5: Panorama geral da inserção no mercado de trabalho

PLANILHA PROJETO VIRAVIDA			
Concluintes	Inseridos	Processo de inserção	Outros
379	282	48	49

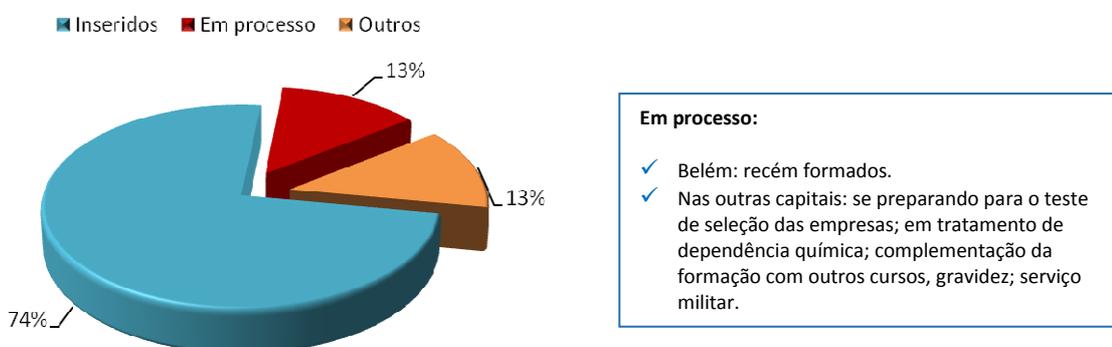
Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (outubro/2010).

Obs.: o item “outros” é correspondente a: viagem para outro Estado, servindo ao exército, benefício do INSS e desistência do emprego etc.

De acordo com o Gráfico 11, em termos percentuais, verifica-se que aproximadamente 74% foram inseridos no mercado de trabalho e cerca de 13% estão em processo de seleção/preparação e aproximadamente 13% são referentes a outros.

Estes resultados são considerados como indicadores de sucesso, em função das dificuldades enfrentadas nesta fase experimental do PVV.

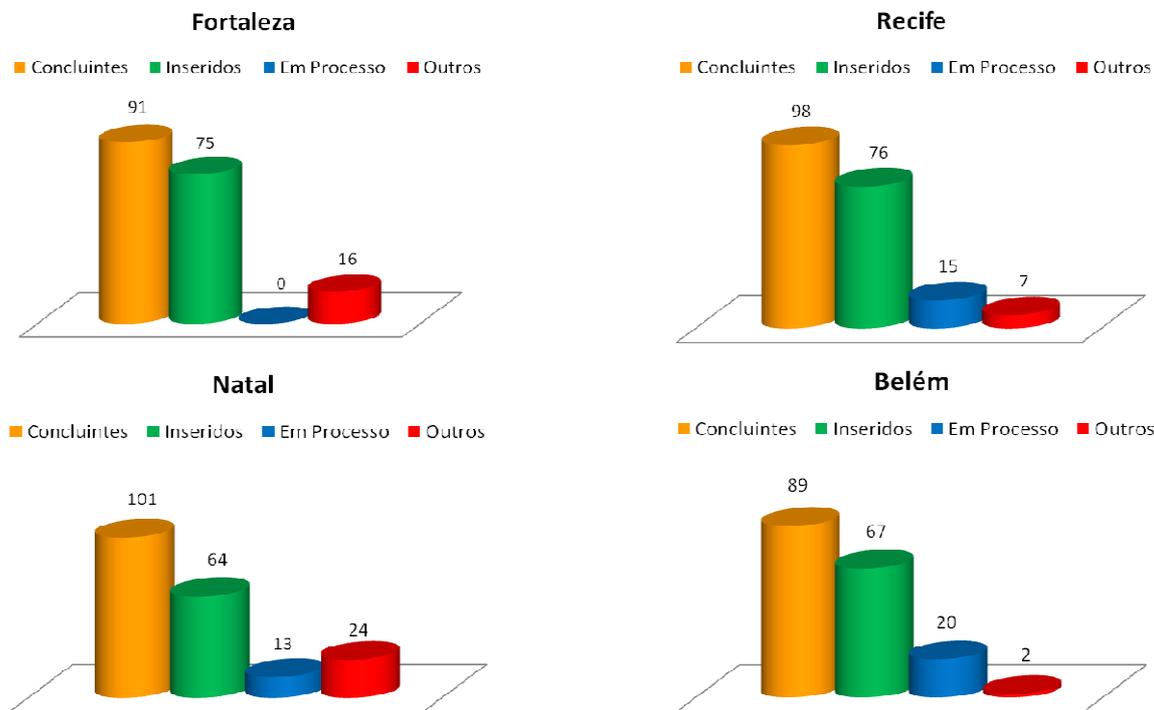
Gráfico 11: Panorama geral da inserção no mercado de trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (outubro/2010).



Gráfico 12: Inserção no mercado de trabalho por cidade



Fonte: dados fornecidos pela equipe técnica central (outubro/2010).

Obs.: no gráfico de Recife, “outros” significa: em viagem para o outro estado, servindo o exército, recebendo benefício do INSS e desistência do emprego.

Em Fortaleza, dos 91 concluintes (março de 2009), 75 foram inseridos no mercado de trabalho e 16 diz respeito a outros.

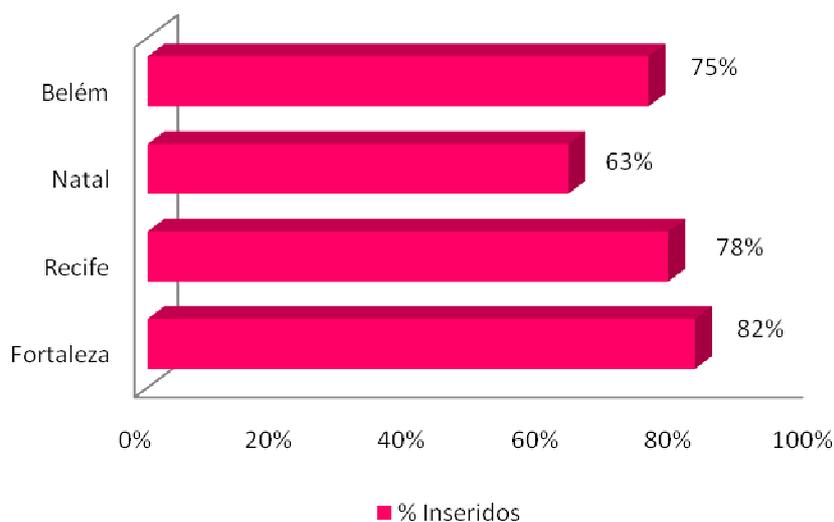
Em Recife, dos 98 concluintes (novembro de 2009), 76 foram inseridos no mercado de trabalho e 15 estão em processo de seleção/preparação e 07 diz respeito a outros.

Em Natal, dos 101 concluintes (abril de 2010), 64 foram inseridos no mercado de trabalho, 13 estão em processo seleção/preparação e 24 diz respeito a outros.

Em Belém, dos 89 concluintes (maio de 2010), 67 foram inseridos no mercado de trabalho e 20 estão em processo seleção/preparação e 02 diz respeito a outros.



Gráfico 13: Inserção no mercado de trabalho por capital



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (outubro/2010).

O Gráfico acima mostra a inserção no mercado de trabalho em termos de porcentagem para facilitar a visibilidade do processo.

É interessante observar que Fortaleza já inseriu, no mercado de trabalho, aproximadamente 82% da clientela atendida, após um ano da conclusão dos cursos; Recife inseriu 78%, no período de aproximadamente um ano; em Natal foram 63% inseridos após 6 meses; em Belém, 75% alunos foram inseridos em aproximadamente 06 meses.

Tabela 6: Tipos de inserção no mercado de trabalho por cidade-piloto X Quantidade de adolescentes/jovens

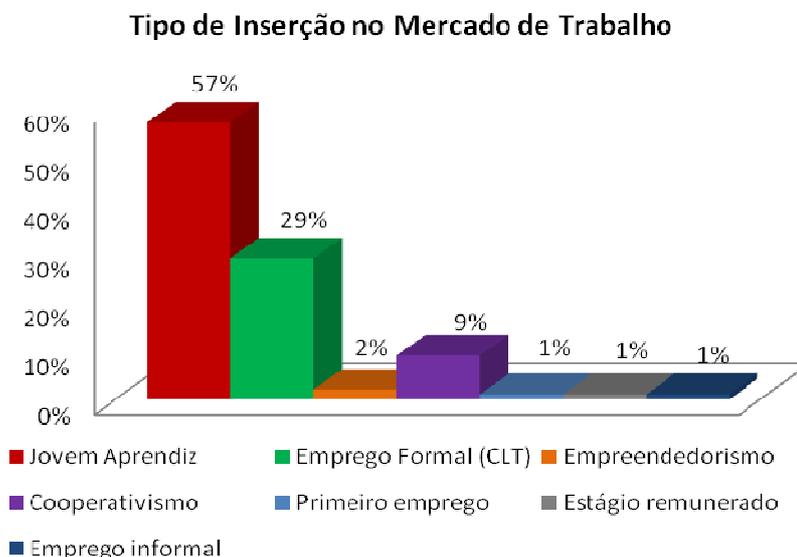
Tipos de inserção	Recife	Natal	Fortaleza	Belém	Total
Empreendedorismo	4	2	0	0	06
Emprego formal	29	26	2	23	80
Emprego informal	3	0	0	0	03
Jovem Aprendiz	42	28	48	40	158
Primeiro emprego	0	1	1	0	02
Cooperativismo	0	0	22	4	26
Estágio remunerado	0	0	2	0	02
Total Geral	76	64	75	67	282

Fonte: Dados fornecidos pela equipe técnica central (outubro/2010).

Observação 1: a inserção no mercado de trabalho é um processo dinâmico e todos os dias as equipes gestoras dos projetos, em nível nacional e local, estão se articulando com novas empresas, e governos, negociando a inserção de adolescentes e jovens no mercado.



Gráfico 14: Tipos de inserção no mercado de trabalho



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas de Fortaleza, Natal, Recife e Belém (maio/2010).

O gráfico acima mostra que, na fase piloto, a modalidade de trabalho que mais inseriu os jovens e adolescentes foi a de 'aprendiz', por meio do Programa Jovem Aprendiz (57%), seguida pela inserção de jovens no emprego formal (29%), experiências de cooperativismo (9%), empreendedorismo (2%), Primeiro Emprego (1%), Emprego Informal (1%) e Estágio Remunerado (1%).

A meta de empregabilidade dos jovens na fase piloto foi de 60% com carteira assinada e vínculo empregatício. Entretanto, na fase piloto, de acordo com o gráfico acima apenas 29% atingiram essa meta. A meta prevista para outras modalidades de trabalho foi de 40%, entretanto, na fase piloto esta meta foi extrapolada para 71%, o que é compreensível em função de que a maioria da clientela era de adolescentes.

Os gráficos mostram a inserção no mercado de trabalho, porém não se tem dados sobre a permanência dos adolescentes e jovens no mercado.

3.5.1. Atividades realizadas enquanto os alunos aguardavam a inserção no mercado de trabalho

Fortaleza

Os jovens comparecem ao Projeto 3 vezes por semana para desenvolverem as seguintes atividades:

- ✓ *Complementação dos conhecimentos básicos em português, matemática e cidadania com atividades práticas vivenciais;*



- ✓ *Módulo de Informática: editor de texto, planilha eletrônica, práticas de digitação (programa BrOffice). Havendo sempre a interdisciplinaridade com os conteúdos da Educação Continuada;*
- ✓ *Atividades Lúdicas Culturais (com visitas a museus, parque ecológico, instituições filantrópicas, entre outros);*
- ✓ *Atividades com o SESC: palestras sobre sexualidade, ação preventiva para o carnaval;*
- ✓ *Atividades com o SEBRAE: Posturas profissionais e preparação para processo seletivo;*
- ✓ *Os alunos continuam a receber ajuda de custo proporcional aos dias de atividade.*

Recife

- ✓ Reforço de matemática, português e introdução ao conhecimento de Inglês;
- ✓ Realização de oficinas sobre “Conquistando a Empregabilidade”, em parceria com o SENAI;
- ✓ Atividades de dinâmica de grupo sobre “Desenvolvimento Pessoal”, realizadas semanalmente;
- ✓ Acompanhamento individual de alguns jovens, às vezes também para psicoterapia;
- ✓ Realização de Curso Preparatório para os Correios com a participação de 17 alunos;
- ✓ Cursos oferecidos pelo SEBRAE: “Saber Empreender”, “Como Identificar Oportunidades”, “Atendimento ao Cliente”, “Administrando as Contas da Sua Empresa” e “Técnicas de Venda”;
- ✓ SENAC oferecerá cursos de curta duração (aperfeiçoamento) em “Marketing Pessoal”, “Oratória” e “Técnica em Vendas”;
- ✓ Os adolescentes e jovens estão recebendo R\$ 200,00 mensais, sendo descontadas as faltas.

Natal

Os jovens e adolescentes que concluíram os cursos profissionalizantes e que não foram inseridos no mercado de trabalho participaram de oficinas planejadas e executadas pela Equipe Técnica do Projeto Vira Vida, realizadas duas vezes por semana. Tais atividades visavam informar e discutir sobre o mercado de trabalho, bem como aprimorar aspectos das relações interpessoais, auxiliando assim, no desenvolvimento pessoal e profissional. As ações realizadas foram:

Oficinas abordando os seguintes temas



- ✓ A importância do currículo;
- ✓ Elaboração do currículo;
- ✓ Relações Interpessoais – conhecendo a si e ao outro;
- ✓ Problemas de comunicação;
- ✓ Tráfico de Seres Humanos;
- ✓ Sexualidade, enfatizando as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS;
- ✓ Métodos contraceptivos;
- ✓ Violência Doméstica;
- ✓ Violência Contra a Mulher;
- ✓ Violência Sexual;
- ✓ Direitos Humanos;
- ✓ Drogas;
- ✓ Estatuto da Criança e do Adolescente;
- ✓ Ética.

Nesse período, a equipe técnica também estabeleceu parcerias com instituições voltadas para o mercado de trabalho; permitindo que os jovens realizassem as seguintes ações:

- ✓ Participação dos jovens em oficinas sobre Postura Profissional e Entrevista de Emprego realizada pelo Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda, o qual é vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS).
- ✓ Participação na 1ª Feira do Trabalhador, promovido pela SEMTAS, na qual foram realizadas orientações para o emprego, palestras e cadastramento para emprego.
- ✓ Encaminhamento dos jovens ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) Estadual e Municipal;
- ✓ Encaminhamento dos jovens para o Banco de Oportunidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
- ✓ Inserção de jovens em cursos oferecidos pela SEMTAS, tais como: Operador de Micro, Inglês, Costura e Rotinas Administrativas; tendo em vista que algumas jovens manifestaram interesse em aprender outras funções. Destaca-se que a participação nesses cursos permitiu ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Durante esse período, em torno de 3 meses, os jovens receberam uma ajuda de custo. Ressaltando que os jovens que faltavam às atividades propostas pela Equipe tiveram uma redução na ajuda de custo, correspondente à ausência nas atividades.

Belém



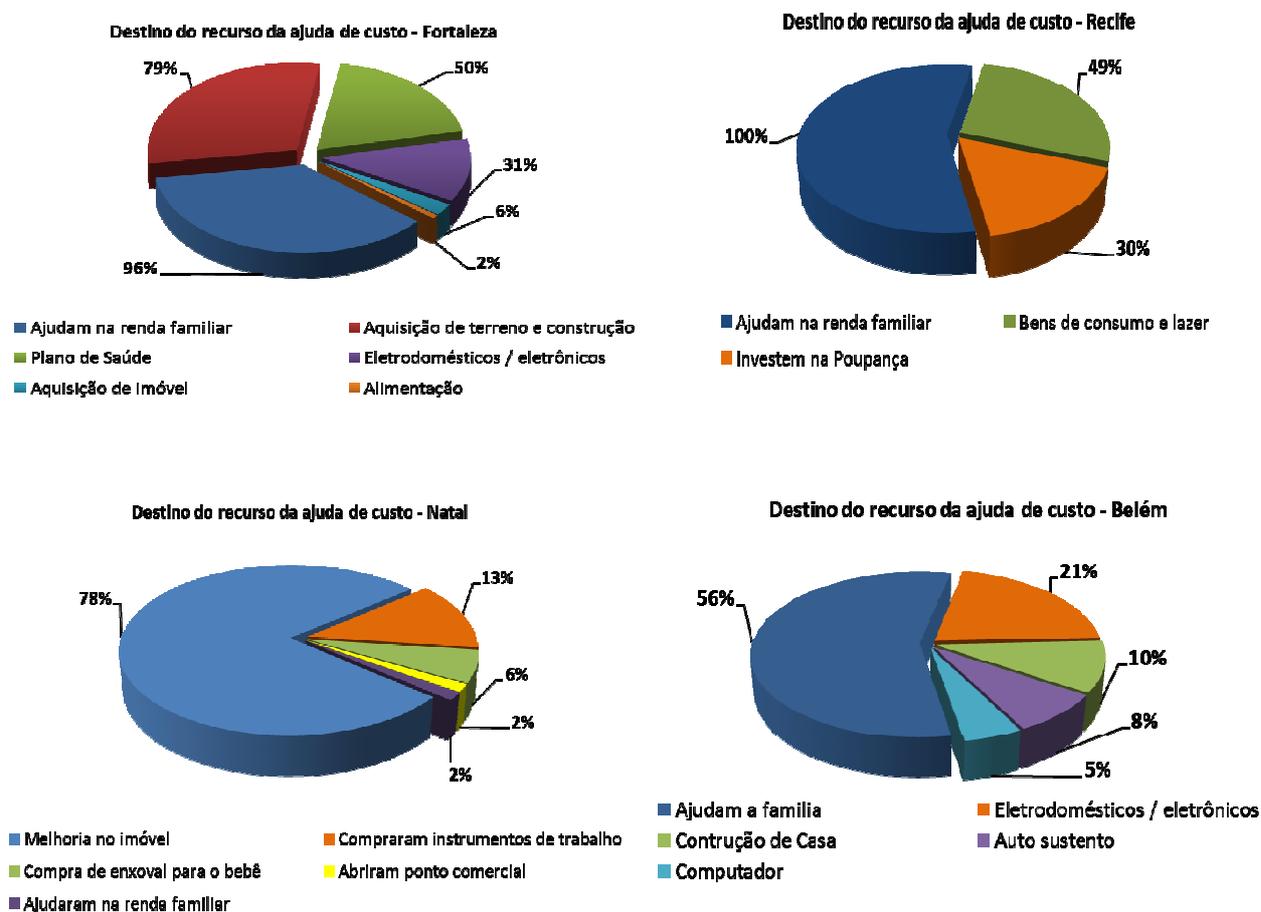
Os 11 jovens e adolescentes que concluíram o curso de Costura Industrial e não foram inseridos no mercado de trabalho, passaram por um processo de prática orientada, perfazendo um total de 4h/dia. Estes alunos continuaram recebendo ajuda de custo.

Os 20 alunos do curso de Operador de Computador que concluíram o curso, enquanto aguardam a inserção no mercado de trabalho, realizaram atividades esportivas oferecidas pelo SESI. Também receberam ajuda de custo.

3.5.2. Acompanhamento da utilização da bolsa

Foi feito um planejamento com os alunos de como utilizar os recursos da bolsa auxílio e um acompanhamento para observar a execução do mesmo. Os gráficos abaixo mostram como utilizaram os recursos da bolsa.

Gráfico 15: Como utilizaram a bolsa



Fonte: Dados fornecidos pelas equipes técnicas das capitais de

Fortaleza, Natal, Recife e Belém (fevereiro de 2010).

Os gráficos mostram que cerca de 80% dos adolescentes e jovens ajudaram a melhorar a renda familiar; houve uma melhoria significativa das condições de vida dos



adolescentes e jovens, que puderam comprar bens de consumo e imóveis, assim como utilizaram sua bolsa para melhorar os cuidados com o corpo e para o lazer.

Assim, a bolsa-auxílio ajudou nas despesas diárias e na reinserção familiar de alguns jovens e adolescentes.



4. CATEGORIAS E INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

VIRAVIDA

Prosseguindo com o processo avaliativo, busca-se, agora, apresentar uma série de indicadores mais diretamente ligados às categorias que referenciam este trabalho: Violação de Direitos, Oportunidade, Participação, Sociabilidade e Sustentabilidade.

Os indicadores utilizados são qualitativos e quantitativos de baixo e alto desempenho. Esses são indicadores gerais que buscam aferir em que medida o projeto se afastou ou se manteve alinhado a seus conceitos formadores. Isto é, as ações do projeto são coerentes com os conceitos que o projeto enuncia (coerência interna)?

O alto desempenho mostra que a coerência é elevada. Ao contrário, o baixo desempenho mostra que há incoerências.

4.1. VIOLAÇÕES DE DIREITOS

As violações de direitos se traduzem a partir de cenários de violências associadas, ferindo a proteção integral de adolescentes, conforme prevê o ECA/90 – Livro I, Parte Geral Título I e II, das Disposições Gerais e dos Direitos Fundamentais, respectivamente.

Quanto aos Jovens, estendemos a condição de sujeitos de direitos, sobretudo por entender que a transição da adolescência para juventude deve ser protegida independente da faixa etária, conforme inscreve a Constituição Brasileira de 1988.

a) Adolescentes e Jovens em Situação de Exploração Sexual

Indicador de alto desempenho

- ✓ Cerca de 85% dos jovens e adolescentes ao término dos curso haviam saído da situação de exploração sexual;

b) Adolescentes e jovens em situação de rua e abrigo

Indicador de baixo desempenho

- ✓ Não foram apontados números de adolescentes e jovens que: voltaram para casa; alugaram um espaço para morar; compraram imóveis e terrenos e estavam em situação de abrigo (em todas as cidades piloto).

c) Atendimento psicológico para os adolescentes e jovens em situação de drogadição

Indicador de baixo desempenho

- ✓ Falta de atendimento qualificado e especializado pela rede de serviços para os adolescentes e jovens do projeto que fazem uso abusivo de drogas, causando a



evasão de 45 (11%) do total (422) dos adolescentes e jovens do projeto (principal causa a drogadição);

d) Atendimento de saúde (médico e odontológico)

 **Indicador de baixo desempenho**

- ✓ Falta de retaguarda dos serviços de saúde para atendimento às demandas dos adolescentes e jovens do Projeto.

4.2. OPORTUNIDADES

Acesso aos direitos sociais, disponibilizados pelas políticas sociais, em âmbito público e privado, neste projeto relacionados: a escolaridade, profissionalização, inserção no mercado de trabalho, projetos de transferência de renda, acesso aos serviços de saúde, emissão de documentos, acesso aos serviços de cultura, esporte e lazer, em âmbito público e privado:

 **Indicador de alto desempenho (inclusão social)**

Escolaridade

- ✓ 89% dos adolescentes e jovens melhoraram o nível de conhecimento;
- ✓ Aproximadamente 90% dos adolescentes e jovens que freqüentaram os cursos retornaram à escola.

Profissionalização

- ✓ 85% dos adolescentes e jovens foram certificados (qualificação profissional);

Inserção no Mercado de Trabalho

- ✓ Dos 379 concluintes – 282 foram inseridos e 48 estão em processo de inserção;

Inscrição nos projetos de transferência de renda

- ✓ Aumento do número de famílias que receberam o auxílio “Bolsa Família” (em algumas cidades piloto).

Acesso aos serviços de saúde (física e mental)

- ✓ Acesso dos jovens e adolescentes aos serviços de saúde (médico; oftalmologista; dentista; e atendimento psicossocial – CAP’S).

Emissão de documentos

- ✓ 100% dos A/J tiveram os seguintes documentos emitidos: carteira de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho e segunda via da certidão de nascimento.

Acesso aos serviços de Cultura, Esporte e Lazer

- ✓ 100% dos A/J tiveram oportunidade freqüentar espaços de cultura, lazer e esporte dentro e fora do Sistema S.



Melhoria das condições de vida

- ✓ 89% dos adolescentes e jovens que ingressaram no Projeto ViraVida de alguma forma melhoraram suas condições de vida, pelo acesso à educação, à profissionalização, à bolsa auxílio, a saída da situação de exploração sexual, e a construção da cidadania.
- ✓ 80% dos adolescentes e jovens contribuíram com as despesas da família por meio do recurso das bolsas.
- ✓ Aquisição de bens duráveis, construção e reforma de casa.
- ✓ Acesso a uma alimentação mais saudável e equilibrada.

4.3. PARTICIPAÇÃO

Significa o exercício da expressão dos valores, necessidades e criatividade dos adolescentes e jovens, como sujeitos de mudanças de sua própria realidade, para rebater a idéia de “ator” e de “personagem”, muito comum quando se usa o termo protagonismo juvenil.

Nesta perspectiva, a participação é fundamental para o exercício da cidadania.

↳ Indicadores de alto desempenho

- ✓ Desenvolvimento da consciência crítica.
- ✓ Aumento da visão crítica e política;
- ✓ Aumento da noção de direitos;
- ✓ Aumento da consciência sobre a importância da participação na conquista de direitos e da autonomia.
- ✓ Aumento da participação dos jovens;
- ✓ Aumento da sociabilidade.

↳ Indicadores de baixo desempenho

- ✓ Falta de inserção de representantes dos jovens e adolescentes nos comitês gestores, nos núcleos de mercado e nos conselhos de classe.
- ✓ Não participação dos adolescentes e jovens como monitores.
- ✓ Não criação de fóruns de participação dos adolescentes e jovens para debater as questões relacionadas ao PVV, temas relacionados à violação de seus direitos e outros temas de seus interesses.
- ✓ Não realização de um Encontro Nacional com adolescentes e jovens do PVV para discutir e avaliar os impactos do PVV, visando a sua transformação em um programa.
- ✓ Não participação dos adolescentes e jovens na elaboração do Termo de Convivência.



4.4. SOCIABILIDADE

Emerge das relações entre os sujeitos no convívio com outros sujeitos, grupos e classes sociais, numa dada sociedade, fundamentada pela ética e pelo civilizatório. A sociabilidade permeia todas as outras categorias, refletindo-se em várias modalidades de ações de enfrentamento.

↳ Indicadores de alto desempenho

- ✓ Maior integração com o grupo.
- ✓ Disponibilidade de participar de trabalhos em grupo.
- ✓ Aumento do respeito e confiança para com os professores e uns com os outros.
- ✓ Redução do nível de agressividade.
- ✓ Aumento da capacidade de discernimento de direitos e deveres.
- ✓ Aumento da capacidade de desenvolver diálogos/comunicação.
- ✓ Aumento da auto-estima, auto-confiança e perspectiva de vida.
- ✓ Aumento do auto-conhecimento.
- ✓ Multiplicador dos benefícios do projeto.
- ✓ Melhor convivência familiar.
- ✓ Busca de estratégia para resolução de suas dificuldades.
- ✓ Expressão de sentimentos de forma mais espontânea.
- ✓ Maior respeito a regras e limites estabelecidos.
- ✓ Capacidade de demonstrar iniciativas positivas em relação a sua vida.
- ✓ Fortalecimento de valores de gênero, raça e etnia (para evitar discriminação e racismo).

4.5. SUSTENTABILIDADE

Neste projeto, a sustentabilidade é a capacidade que o adolescente e o jovem concluintes do PVV têm de se sustentar e se manter após sua saída do projeto, contribuindo para sua autonomia.

↳ Indicadores de alto desempenho

- ✓ Aumento da escolaridade e profissionalização.
- ✓ Inserção no mercado de trabalho.
- ✓ Gestão do orçamento pessoal e familiar.
- ✓ Desenvolvimento da autonomia financeira.
- ✓ Aumento da auto-estima, auto-confiança e perspectiva de vida.
- ✓ Construção de projetos de vida.
- ✓ Senso de responsabilidade.
- ✓ Desenvolvimento da consciência crítica.



- ✓ Fortalecimento de valores de gênero, raça e etnia (para evitar discriminação e racismo).
- ✓ Responsabilidade pessoal sobre a atividade sexual e reprodutiva.
- ✓ Capacidade de negociação e resolução de conflitos.
- ✓ Maior tolerância às frustrações.
- ✓ Aumento da persistência.
- ✓ Aumento do conhecimento sobre seus direitos e deveres.

Indicadores de baixo desempenho (comprometimento da sustentabilidade)

- ✓ Não acompanhamento dos adolescentes e jovens de forma sistemática pela equipe técnica, nos primeiros meses no mercado de trabalho, em todas as cidades-piloto, exceto em Fortaleza e em Recife, cujo acompanhamento inicial foi feito por uma técnica do projeto e depois, pela psicóloga do Núcleo de Mercado;
- ✓ Drogadição;
- ✓ Conflitos familiares;
- ✓ Outras violações de direitos.

4.6. ANÁLISE DOS INDICADORES DE BAIXO E ALTO DESEMPENHO

Esta análise tem como objetivo mostrar em que conceitos o projeto tem mais ou menos coerência.

Violação de Direitos: É importante ressaltar que, em relação à exploração sexual de adolescentes e jovens, o projeto apresenta um alto desempenho quando retirou 85% destes da situação de violação de direitos, resgatando a sua condição de sujeitos de direitos e atingindo seu objetivo de inclusão social (alta coerência).

Entretanto, se os adolescentes e jovens que foram inseridos no mercado de trabalho não tiverem acompanhamento da equipe técnica e qualificação apropriada, voltarão à situação de exploração sexual.

Quanto ao retorno à escola formal (90%), este representa um indicador de alto desempenho, porém não se tem dados absolutos de quantos adolescentes e jovens freqüentaram a escola e foram promovidos(as) de uma série para outra (aumento da escolaridade).

Com relação à situação de adolescentes e jovens de rua, que estavam vivendo em abrigos, não se tem informações registradas sobre o retorno às suas famílias ou formação de outros arranjos familiares (baixo desempenho/coerência).



A falta de retaguarda para o atendimento psicossocial, pela rede de serviços públicos, aos adolescentes e jovens que faziam uso abusivo de substâncias psicoativas foi o motivo de aproximadamente 10% das evasões do projeto ViraVida. A drogadição se constituiu no problema mais grave a ser enfrentado por todas as equipes piloto e para o qual não estavam preparados, constituindo-se em um indicador de baixo desempenho/coerência.

Portanto, que se observa em relação aos indicadores desta categoria é que o ViraVida apresentou baixo desempenho para a maioria deles, porque trabalhar essas violações de direito não era o objetivo do projeto, mas como estão associadas a ESCA, o PVV teve que atender as demandas dos adolescentes e jovens, entendendo que o enfrentamento dessas violações não pode ser feito exclusivamente pelo projeto, mas a partir de uma ação articulada e integrada das políticas públicas e de sua intersetorialidade para a garantia dos serviços a esta população, em todas as cidades piloto.

Oportunidade: o que se pode observar com relação a esta categoria é que o Projeto ViraVida só apresenta indicadores de alto desempenho, o que demonstra que o projeto, de fato, atingiu seu objetivo, que é o de criar oportunidades para viabilizar o acesso, a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida dos adolescentes e jovens do projeto e de suas famílias.

Sociabilidade: foi outra categoria em que o PVV só obteve indicadores de alto desempenho, o que demonstra o sucesso da proposta pedagógica desenvolvida pelo PVV.

Participação: embora o PVV tenha promovido a participação dos adolescentes e jovens (protagonismo juvenil) por meio das atividades complementares, foi observado que a maioria dos indicadores apresentados nesta categoria foi de baixo desempenho, embora algumas cidades piloto tenham proporcionado a inserção dos adolescentes e jovens em fóruns e comitês políticos, possibilitado a participação desses em espaços políticos como Câmaras Legislativas etc., o que promoveu, de certa forma, o desenvolvimento de uma consciência crítica. Entretanto, faz-se necessária a participação dos adolescentes e jovens em todas as instâncias de planejamento e decisão do PVV, para que, de fato, haja coerência entre teoria e prática (os princípios norteadores do PVV e a concepção metodológica com as práticas que são desenvolvidas) para possibilitar que esses adolescentes e jovens sejam sujeitos da construção de sua própria história.

Sustentabilidade: os indicadores desta categoria mostram que apesar de serem de alto desempenho, isto não garante sua permanência no mercado de trabalho. É necessária uma negociação com as empresas e acompanhamento desses adolescentes e jovens, pelo menos



seis meses, nas empresas em que estão atuando, para fortalecer essa nova condição de vida rumo à autonomia.

Assim, pela análise das categorias explicativas, podemos afirmar que existe coerência entre os resultados, em termos de alto desempenho, e os conceitos/princípios norteadores do projeto. As incoerências estão relacionadas aos indicadores de baixo desempenho que não dependem exclusivamente do projeto ViraVida, mas também das redes de políticas públicas.



5. MATRIZES DE INDICADORES ESTRATÉGICOS, RESULTADOS E IMPACTOS

Definida a coerência interna entre conceitos e práticas, parte-se para a coerência externa, ou seja, a adequação das ações aos objetivos do projeto.

Estamos fazendo isto por meio das matrizes e dos indicadores estratégicos. Os indicadores que têm resultados positivos apontam para as ações que têm que ser replicadas em outras cidades na fase de expansão do projeto, enquanto os resultados negativos apontam para o que tem que ser corrigido.

As matrizes a seguir apresentam os indicadores que são estratégicos para avaliar o PVV. A ênfase metodológica é a de apontar os resultados negativos (aqueles que precisam ser melhores trabalhados pelas equipes do PVV), e os resultados positivos (compreendendo-os como medidas de sucesso). Em seguida, procura-se identificar os efeitos destes sobre a realidade, isto é, seus impactos.

Assim, a metodologia do projeto é avaliada e validada por sua coerência interna e por sua coerência externa.



Tabela 7: Articulação e Mobilização (Nacional)

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(1) Mobilização de atores políticos nacionais	<ul style="list-style-type: none">✓ Quantidade de instituições articuladas e mobilizadas (20) e Instituições conveniadas (12);✓ Visibilidade do projeto Vira Vida no Sistema S junto à Rede de ESCA;✓ Implantação do projeto em 4 capitais: Fortaleza, Recife, Natal e Belém;✓ Expansão do projeto para cidades de Brasília, Salvador, Teresina, João Pessoa e Campina Grande✓ Parceria com a SEDH/PR para a realização de atividades conjuntas e expansão do PVV.✓ Inclusão do PVV na Rede de Enfrentamento da ESCA.✓ Parceria com o CONANDA, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério do Turismo.✓ Aumento contínuo de parcerias.✓ Envolvimento de aproximadamente 230 profissionais na fase piloto.	<ul style="list-style-type: none">✓ Dificuldade de estabelecer parcerias com os Ministérios da Educação e Saúde.✓ Desarticulação das políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal;✓ Baixa intersectorialidade das políticas para garantir o atendimento integral e integrado, nas áreas de saúde, educação, assistência social, emprego, dentre outras demandas dos adolescentes e jovens.	<ul style="list-style-type: none">✓ O ViraVida tornou-se uma referência de projeto que atua na educação e profissionalização de adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, para a inserção no mercado de trabalho;✓ Legitimidade e reconhecimento do Projeto ViraVida como uma iniciativa do setor empresarial para o enfrentamento da ESCA;✓ Fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Exploração Sexual com a entrada do setor empresarial.✓ Atendimento precário das demandas dos adolescentes e jovens do PVV nas áreas de saúde (médica, psicossocial, odontológica, etc) em todas as cidades piloto.



(2) Articulação com o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">✓ Assinatura de vários convênios com instituições governamentais e empresas públicas (Programa Jovem Aprendiz e Primeiro Emprego).✓ Inserção no mercado de trabalho de 57% (158) dos adolescentes e jovens no Programa Jovem Aprendiz.✓ Aumento no número de parcerias e convênios com empresas privadas.✓ 29% dos jovens conseguiram emprego formal (CLT)	<ul style="list-style-type: none">✓ Pouca articulação com instituições governamentais, empresas públicas e privadas, de capital misto, e do próprio Sistema S, para garantir, a curto prazo, a inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho.✓ Baixo envolvimento das DR's para inserção no mercado de trabalho em nível local.	<ul style="list-style-type: none">✓ Credibilidade na capacidade do PVV em inserir os adolescentes e jovens no mercado de trabalho.✓ Quando inseridos aumenta a auto-estima e a perspectiva de vida dos A/J.✓ Quando não inseridos no mercado de trabalho, gera insegurança.✓ Sentimento de frustração das equipes e dos alunos.
(3) Articulação internacional	<ul style="list-style-type: none">✓ Firmatura de convênios com a UNICEF e a OIT.	<ul style="list-style-type: none">✓ Baixa articulação com outras instituições internacionais.	<ul style="list-style-type: none">✓ Reconhecimento do PVV pelas Agências de Cooperação Internacional como um projeto do setor empresarial no enfrentamento da ESCA.

RECOMENDAÇÕES

- ▲ Apresentação do ViraVida, por meio da realização de seminários/encontros para dar visibilidade às ações do projeto, visando o estabelecimento de parcerias e a legitimidade do PVV junto ao: CONANDA; Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – SEDH-PR; Comitê Nacional de Enfrentamento a ESCA; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Juventude.
- ▲ Fazer um Pacto Federativo para garantir a participação dos Ministérios da Educação, Saúde, Assistência Social e do Trabalho
- ▲ Construção de uma Matriz Intersetorial com os principais Ministérios e suas respectivas Secretarias, definindo com Ações, Atividades, Competências, etc.
- ▲ Apresentação do projeto do ViraVida à imprensa (ANDI).
- ▲ Firmatura de convênios com instituições de cooperação internacional, visando cooperação técnica e política para implementação e ampliação do PVV em outros estados.
- ▲ Agendamento da questão da exploração sexual e seu enfrentamento pelo Sistema S, junto às centrais de trabalhadores e sindicatos em âmbito nacional e internacional.
- ▲ Realização de campanhas, em âmbito nacional e internacional, sobre a importância da participação do empresariado na prevenção da exploração sexual de crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista a realização da Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.
- ▲ Pactuar com as DRs do Sistema S, com formas de agilizar a inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho.



Tabela 8: Articulação e Mobilização (Local)

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(4) Mobilização de atores políticos locais	<ul style="list-style-type: none">✓ Quantidade de instituições articuladas = 47✓ Quantidade de instituições conveniadas, na fase piloto, nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Belém = 59✓ Visibilidade ao fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Sistema S local.✓ Visibilidade do projeto ViraVida junto às redes de enfrentamento da exploração sexual.✓ Visibilidade do PVV junto ao Legislativo, em algumas cidades piloto.✓ Aumento do número de instituições articuladas.	<ul style="list-style-type: none">✓ Baixa mobilização dos serviços públicos de saúde e assistência social;✓ Dificuldade de trabalhar em parceria com os setores do governo local para acompanhamento dos adolescentes e jovens e de suas famílias✓ Dificuldade em estabelecer parcerias com as secretarias de Educação, em todas as capitais, para garantir a inserção, a permanência e o acompanhamento dos adolescentes e jovens na escola, enquanto uma política universal e obrigatória.✓ Baixa articulação com o Sistema de Garantia de Direitos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Reconhecimento do ViraVida, no Sistema S, como um projeto de responsabilidade social;✓ Fortalecimento da rede de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes, em nível local.✓ Fragilidade das respostas dos serviços públicos nas áreas de saúde e assistência social, para atendimento integral e integrado aos adolescentes, jovens e suas famílias.✓ Baixo conhecimento do PVV no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos.
(5) Articulação com o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">✓ Inserção no mercado de trabalho de 51% (114) dos adolescentes e jovens no Programa Jovem Aprendiz.✓ Aumento no número de parcerias e convênios com empresas e programas de inserção no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">✓ Somente 28% (44) dos jovens conseguiram emprego formal.✓ Pouco envolvimento das DR's para inserção no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">✓ Credibilidade na capacidade do PVV em inserir os adolescentes e jovens no mercado de trabalho (sociedade, alunos e equipe).✓ Quando inseridos aumenta a auto-estima e a perspectiva de vida dos A/J.✓ Quando não inseridos no mercado de trabalho, gera insegurança.✓ Sentimento de frustração das equipes e dos alunos.



(6) Articulação com ONGs	<ul style="list-style-type: none">✓ Articulação com cerca de 25 ONGs (Fortaleza, Natal, Recife e Belém).✓ Indicação de aproximadamente 90% do total dos adolescentes e jovens selecionados e matriculados na fase piloto do PVV.✓ Visibilidade do PVV junto às ONGs que fazem parte da rede de enfrentamento à exploração sexual;✓ Aumento de parcerias com ONGs.	<ul style="list-style-type: none">✓ Dificuldade de diálogo/relacionamento com as ONGs em algumas cidades piloto	<ul style="list-style-type: none">✓ Encaminhamento dos adolescentes e jovens para o PVV;✓ Reconhecimento do PVV como uma oportunidade de melhoria de vida para os jovens e adolescentes violados sexualmente.
--------------------------	--	---	--

RECOMENDAÇÕES

- ⤴ Realização de seminários/encontro, anualmente, nas cidades onde foi implantado o ViraVida para reforçar/estabelecer parcerias/pactos com as Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Assistência Social, dentre outros, para o compartilhamento de responsabilidades, visando uma retaguarda para o ViraVida, em âmbito local.
- ⤴ Realização de oficinas de trabalho com os parceiros locais das áreas de: saúde, educação, assistência social, trabalho e segurança pública para elaboração de uma **Matriz de responsabilidades social**, contendo ações, atividades, competências e recursos para atendimento às demandas dos adolescentes e jovens PVV.
- ⤴ Que no processo de articulação e mobilização local, as equipes que ainda não participam dos Comitês de Enfrentamento a Exploração Sexual se integrem a esta rede e trabalhem também articulados com o Sistema de Garantia de Direito (Conselho Tutelar, Conselhos de Direitos e outros), para dar visibilidade ao projeto e facilitar os encaminhamentos;
- ⤴ Fortalecimento dos Comitês Gestores, definição/redefinição do seu papel para que trabalhem no sentido de dar visibilidade ao PVV dentro e fora do Sistema S, visando a sua legitimidade em âmbito local.
- ⤴ Inclusão de representantes dos adolescentes e jovens do PVV nos Comitês Gestores.
- ⤴ Organização e realização de encontros/oficinas semestrais, pelos Comitês Gestores, com o apoio dos Núcleos de Mercado e a participação das DRs do Sistema S, de especialistas na temática, representantes da Superintendência Regional do Trabalho e outros, para discutir e agilizar a inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho em todas as cidades do PVV.



Tabela 9: Processo de Seleção

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(7) Processo seletivo	<ul style="list-style-type: none">✓ Foram matriculados 422 adolescentes e jovens, quando a meta era de 400.✓ As equipes do piloto se transformaram em multiplicadores das experiências✓ Integração das equipes de diferentes cidades piloto ao participarem, conjuntamente, deste processo.	<ul style="list-style-type: none">✓ Falta de treinamento das instituições que indicam os adolescentes e jovens para o processo de seleção;✓ Falta de profissionais para compor a equipe técnica que realiza o processo de seleção (em algumas capitais).✓ Pouca experiência dos profissionais neste tipo de seleção.✓ Falta de preparo da equipe técnica local para selecionar adolescentes e jovens em situação exploração sexual e usuário de drogas.✓ Baixa articulação com outras instituições: escolas, CREAS, abrigos públicos para indicação de adolescentes e jovens violados sexualmente participarem do processo seletivo, visando à inclusão no PVV.✓ Realização de testes no processo seletivo.✓ Os testes de seleção foram realizados antes do treinamento das equipes locais.✓ Encaminhamento dos adolescentes e jovens fora do perfil/critérios pelas ONGs.✓ Falta de encaminhamento do A/J que não foram selecionados para outros Programas Governamentais (inclusão nas políticas sociais).	<p><u>Inseridos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Aumento da auto-estima✓ Perspectiva de vida✓ Aumento da auto-confiança <p><u>Sistema S:</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Fortalecimento do trabalho em equipe por meio do compartilhamento de conhecimento e experiências adquiridas.✓ Melhoria do processo seletivo, a partir de experiências vivenciadas na formação das turmas anteriores. <p><u>ONGs:</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Eficácia relativa tratando-se da clientela.✓ Revitimização dos adolescentes e jovens. <p><u>Não inseridos:</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Sentimento de exclusão✓ Perda de oportunidade✓ Permanência de A/J em situação de violação de direitos.



RECOMENDAÇÕES:

- ⤴ As equipes do ViraVida devem fortalecer/estreitar as parcerias não só com as ONGs, que atuam com a temática da exploração sexual, mas também com escolas, CREAS e abrigos públicos, para que façam a indicação de jovens e adolescentes ao projeto;
- ⤴ As ONGs e as outras instituições de encaminhamento deverão enviar, previamente, o histórico (considerando perfil, realidade socioeconômica, diagnóstico situacional do jovem, outros) com a trajetória de vida do adolescente e/ou do jovem para facilitar o processo de seleção, pela compreensão das violências e violação de direitos sofridas pelos mesmos (facilita o processo de identificação da exploração sexual e o uso de droga);
- ⤴ A equipe do projeto local deve realizar uma reunião com as instituições que encaminham adolescentes e jovens, com as famílias e adolescentes e jovens selecionados para falar sobre os cursos e o processo de profissionalização;
- ⤴ As instituições que fazem o encaminhamento de jovens e adolescentes para o projeto devem ser treinadas/capacitadas, pela equipe do Projeto local para fazer a seleção prévia, observando com muita atenção os critérios definidos pelo PVV, afim de evitar a revitimização dos mesmos (que o adolescente e o jovem sejam encaminhados para o teste de seleção e não sejam selecionados);
- ⤴ A equipe do projeto deve se articular com as instituições parceiras para a realização de busca ativa, quando for necessário, visando à indicação de adolescentes e jovens para participarem da seleção;
- ⤴ Acesso em tempo hábil aos históricos de vida dos adolescentes e jovens, pela equipe de aplicação dos testes de seleção, para análise dos mesmos;
- ⤴ Eliminação dos testes no processo de seleção, utilizar apenas os critérios



Tabela 10: Processo Educativo

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(8) Metodologia dos cursos	<ul style="list-style-type: none">✓ Proposta pedagógica de inclusão social e profissional e a metodologia por competências.✓ Conteúdos da educação continuada em consonância com o conteúdo programático que os alunos estavam estudando na área de profissionalização;✓ Planejamento das aulas motivando o entrosamento, a cooperação e o respeito mútuo;✓ Flexibilidade do Cronograma;✓ Conteúdos adaptados ao público;✓ Constante articulação pedagógica entre as instituições de ensino (Senai, Senac e Sesi);✓ Desenvolvimento prévio de uma sondagem de conhecimento;✓ Estabelecimento de vínculo com os participantes.	<ul style="list-style-type: none">✓ Pouca experiência em trabalhar com a pedagogia de inclusão social.✓ Não acompanhamento/monitoramento do processo pedagógico em todas as cidades piloto.	<ul style="list-style-type: none">✓ A metodologia ampliou a participação e possibilitou oportunidade aos adolescentes e jovens.✓ Melhoria no processo ensino-aprendizagem.✓ Educação para transformação, mudança e emancipação.
(9) Cursos Profissionalizantes	<ul style="list-style-type: none">✓ Elevada taxa de conclusão de cursos (89%);✓ Compreensão dos requisitos do mercado de trabalho;✓ Manuseio das ferramentas, instrumentos, equipamentos e da tecnologia da ocupação.✓ Participação nas atividades propostas	<ul style="list-style-type: none">✓ Compatibilização do interesse do aluno, com o curso ofertado e a demanda do mercado;✓ Cursos não atendem a todas as preferências de adolescentes e jovens;✓ O maquinário, ferramentas e equipamentos utilizados nos cursos estavam defasados em relação ao	<ul style="list-style-type: none">✓ Cerca de 85% dos adolescentes e jovens ao terminarem o curso tinham saído da situação de exploração sexual;✓ O público-alvo tornou-se capaz de executar tarefas exigidas pela ocupação profissional;✓ Mudança de comportamento, de forma



	<p>pelo Projeto;</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Capacidade de discernimento dos direitos e deveres;✓ Atendimento às regras do Contrato de Convivência;	<p>mercado.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Rotatividade dos docentes extra-quadro, e não-participação nas capacitações.✓ Atualização permanente dos cursos desenvolvidos com a demanda do mercado;	<p>positiva, em relação à família e a comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Elevação da auto-estima, observado nos cuidados com a auto-imagem;✓ Reação positiva diante dos conflitos;✓ Reconhecimento da importância de estudar.✓ Retorno de aproximadamente 90% dos alunos ao ensino regular. <p><u>Família</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Resignificação das formas de comunicação que passaram a ser baseadas no diálogo, na aceitação e no respeito;✓ Estreitamento dos laços afetivos com filhos;✓ Melhoria na qualidade de vida da família
(10) Aula-reforço	<ul style="list-style-type: none">✓ Facilidade de acompanhamento dos cursos profissionalizantes dos alunos que freqüentaram.	<ul style="list-style-type: none">✓ Horário das aulas de esforço;✓ Baixa freqüência.✓ Pedagogia utilizada nas aulas.✓ Falta de interesse dos alunos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Não participação da maioria dos adolescentes e jovens nas aulas-reforço em todas as cidades-piloto.✓ Melhoria no processo ensino-aprendizagem dos alunos que freqüentaram.
(11) Encaminhamento para a escola formal	<ul style="list-style-type: none">✓ 90% dos adolescentes e jovens que participaram dos cursos foram encaminhados.	<ul style="list-style-type: none">✓ Não houve acompanhamento dos adolescentes e jovens matriculados nas escolas para verificar se permaneceram e se foram promovidos de uma série para outra, em especial, dos adolescentes e	<p><u>Para quem freqüentou:</u></p> <ul style="list-style-type: none">✓ Aumento da escolaridade.✓ Melhoria do processo ensino-



		jovens que não tinham complementado o ensino fundamental (48%) - obrigatório.	aprendizagem.
(12) Atividades Complementares	<ul style="list-style-type: none">✓ Aumento da visão crítica e política;✓ Aumento da noção de direitos;✓ Aumento da consciência sobre a importância da participação na conquista de direitos e da autonomia.✓ Aumento da participação dos jovens;✓ Aumento da sociabilidade.	<ul style="list-style-type: none">✓ Baixa participação dos adolescentes nas escolhas das atividades complementares.✓ Falta de inserção de representantes dos jovens e adolescentes nos comitês gestores, nos núcleos de mercado e nos conselhos de classe.✓ Não participação dos adolescentes e jovens como monitores.✓ Não criação de fóruns de participação dos adolescentes e jovens para debater as questões relacionadas ao PVV, temas relacionados à violação de seus direitos e outros temas de seus interesses.✓ Não realização de um Encontro Nacional com adolescentes e jovens do PVV para discutir e avaliar os impactos do PVV, visando a sua transformação em um programa.✓ Não participação dos adolescentes e jovens na elaboração do Termo de Convivência	<ul style="list-style-type: none">✓ Fortalecimento da auto-estima✓ Desenvolvimento pessoal✓ Melhoria na sociabilidade✓ Protagonismo juvenil.

RECOMENDAÇÕES:

- ⤴ Ampliação da oferta de cursos do portfólio do Sistema S, considerando os interesses dos adolescentes e jovens;
- ⤴ Consulta ao mercado e negociação com as empresas antes de começar os cursos;
- ⤴ Empreendedorismo: considerar cursos que possibilitem a gestão do próprio negócio, observando o perfil do jovem e a realidade do mercado;
- ⤴ Cooperativismo: familiarizar os jovens concluintes e não certificados sobre o tema do cooperativismo, por meio da implantação de incubadoras;
- ⤴ Ampliação da carga horária de alguns cursos e da disciplina língua portuguesa na educação continuada (de 60 para 90 horas).
- ⤴ Reavaliar a pedagogia utilizada nas aulas de reforço e o horário das aulas;
- ⤴ Fazer parceria com as escolas, de preferência próximas ao local onde funciona o Projeto ViraVida para garantir a frequência dos adolescentes e jovens e facilitar a comunicação entre as equipes (projeto e escola).
- ⤴ No módulo de Cidadania enfatizar a importância do trabalho, das profissões e suas funções sociais.



- ⤴ Os pedagogos do PVV devem trabalhar com as escolas para garantir a frequência a promoção da escolaridade.
- ⤴ Realizar reuniões bimestrais de acompanhamento escolar com os pais e/ou responsáveis pelos alunos;
- ⤴ Realizar reuniões pedagógicas, mensalmente, com a equipe de professores e técnicos do projeto;
- ⤴ O planejamento deve ser integrado, multidisciplinar e semanal.
- ⤴ Realização de um encontro pedagógico, com todas as equipes do PVV, para verificar como as equipes estão trabalhando os conteúdos programáticos, visando a capacitação das equipes e a sistematização da pedagogia e da metodologia por competência.

Atividades complementares

- ⤴ Promover a participação dos jovens nas escolhas e organização das atividades complementares em todas as cidades do PVV.

Metodologia dos cursos

- ⤴ Todas as equipes do PVV devem seguir a orientação pedagógica que foi trabalhada no treinamento das equipes, antes de iniciar o projeto: Paulo Freire (Pedagogia da Inclusão), Piaget (Construtivista), Freinet e Antônio Carlos Gomes da Costa;
- ⤴ Desenvolvimento dos conteúdos programáticos por meio de palestras, workshops, encontros, feiras, eventos culturais, dinâmicas de grupo, etc;
- ⤴ Integração dos módulos profissionalizantes; educação continuada; cidadania e auto-gestão;
- ⤴ Capacitação contínua, por meio das coordenações pedagógicas, sobre como desenvolver os conteúdos programáticos a partir dos referenciais teóricos de Paulo Freire, Piaget a pedagogia inclusiva, recomendada nos treinamentos das equipes, no início dos cursos;
- ⤴ Aumentar a participação dos alunos, por meio da criatividade, do processo de escuta, da linguagem que utilizam, de seu conhecimento e de sua realidade;
- ⤴ As aulas precisam ser planejadas, por todas as equipes, de forma multidisciplinar e semanalmente, ou de acordo com as necessidades do aluno (flexibilidade do conteúdo e do cronograma);
- ⤴ Realização de atividades extra-classe (realização de visitas técnicas, de eventos, e aulas passeio).
- ⤴ Inclusão da coordenação pedagógica semanal para planejamento dos cursos.



Tabela 11: Inserção no Mercado de Trabalho

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(13) Inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none">✓ Inserção de 74% de adolescentes e jovens que concluíram, os cursos, no mercado de trabalho.✓ Em processo seletivo para inserção no mercado = 13%✓ Elaboração do Plano de inserção no mercado de trabalho✓ Criação dos Núcleos de mercado em algumas cidades-piloto.✓ Aumento contínuo de parcerias para a inserção no mercado de trabalho.	<ul style="list-style-type: none">✓ Baixa mobilização das empresas;✓ Desconhecimento do mercado e da especificidade de cada empresa, por parte das equipes piloto;✓ Não compatibilização do término do curso, com o período em que se inicia o processo seletivo das empresas;✓ Falta de pessoal qualificado na área de mercado para compor os Núcleos.✓ Baixo envolvimento das DR's para a inserção no mercado da clientela do PVV em âmbito local;✓ Acompanhamento dos jovens na empresas, após a contratação, em algumas cidades✓	<ul style="list-style-type: none">✓ Jovens Empregados: satisfação, insegurança e dificuldade de adaptação;✓ Jovens que aguardam a inserção: expectativa e insegurança.✓ Credibilidade do PVV junto aos alunos, a equipe e a sociedade.

RECOMENDAÇÕES:

Gerais

- ✦ Elaboração de um Plano de Inserção no Mercado de Trabalho dos adolescentes e jovens do Projeto ViraVida, com a participação de representantes das cidades piloto que atuam na inserção dos adolescentes e jovens no mercado e especialistas na temática. (objetivos, ações, metas, resultados, parcerias, equipes, responsabilidades, acompanhamento e avaliação, etc).
- ✦ Substituição do termo Empregabilidade por Inserção no Mercado de Trabalho, considerando que os jovens e adolescentes podem, pela via da profissionalização, conseguir emprego formal (CLT), mas também podem ser um empreendedor, podem trabalhar em cooperativas, serem inseridos no mercado pela aprendizagem, a exemplo do "Programa Jovem Aprendiz", ou outros programas ("Primeiro Emprego"); podem ainda ser contratados como estagiário (remunerado);
- ✦ Necessidade de maior envolvimento do Sistema S (SENAI, SENAC e SEBRAE), em todos os seus níveis, para promover a inserção no mercado;
- ✦ Criação de Núcleos, em cada DR, para implementação do Plano de Inserção no Mercado de Trabalho, a partir da experiência de Recife;
- ✦ Contratação de pessoas que entendam da área de mercado para composição dos Núcleos;
- ✦ Estabelecimento de parcerias com o Governo, em âmbito nacional e local, para garantir cotas para a inserção dos jovens e adolescentes do Projeto ViraVida, nas empresas que aderiram ao Programa Jovem Aprendiz e o Primeiro Emprego;



- ⤴ Encaminhamento dos adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos, para o Programa Jovem Aprendiz, uma vez que é mais difícil outras empresas aceitarem adolescentes nessa faixa etária;
- ⤴ Na elaboração do cronograma de execução dos cursos, levar em consideração o período de conclusão do mesmo, para não coincidir com as férias coletivas das empresas, o que poderia dificultar a inserção no mercado, imediatamente após a conclusão;
- ⤴ Participação das equipes gestoras, e das Equipes dos Núcleos de Mercado, nos fóruns realizados pelas Superintendências Regionais do Trabalho.

Adolescentes e Jovens certificados e não empregados

- ⤴ Encaminhamento dos adolescentes e jovens para o SEBRAE para desenvolver um trabalho sobre empreendedorismo;
- ⤴ Encaminhamento para o SESCOOP na perspectiva de criação de uma cooperativa;
- ⤴ Acompanhamento dos egressos;
- ⤴ Continuidade do pagamento da bolsa para os alunos que foram certificados e não foram inseridos no mercado de trabalho;
- ⤴ Reforço escolar aos alunos concluintes que ainda não foram empregados, para complementação de sua formação profissional e manutenção do vínculo.



Tabela 12: Processo de Atendimento Integral e Integrado

INDICADORES ESTRATÉGICOS	RESULTADOS POSITIVOS	RESULTADOS NEGATIVOS	IMPACTOS (EFEITOS DOS RESULTADOS)
(14) Atendimento/acompanhamento dos adolescentes e jovens	Atendimento de adolescentes e jovens nos serviços públicos		
	<ul style="list-style-type: none">✓ Emissão de documentos para 100% dos adolescentes do PVV em todas as capitais.	<ul style="list-style-type: none">✓ Baixo atendimento psicológico dos adolescentes em situação de drogadição em todas as cidades piloto.✓ Nem sempre os problemas de saúde detectados puderam ser atendidos pela rede.✓ Desarticulação das políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal;✓ Baixa intersetorialidade das políticas para garantir o atendimento integral e integrado, nas áreas de saúde, educação, assistência social, emprego, dentre outras demandas dos adolescentes e jovens.	<ul style="list-style-type: none">✓ Resgate da cidadania.✓ Melhora da auto-estima✓ Evasão de 11% dos adolescentes tendo como principal causa a drogadição.✓ Baixas condições de saúde dos A/J (concentração e freqüência).
	Atendimento no Sistema S		
	<ul style="list-style-type: none">✓ Diagnóstico de saúde de 100% dos adolescentes e jovens atendidos (médico/dentista/psicólogo);✓ Atendimento odontológico dos adolescentes do PVV em Fortaleza.✓ Atendimento nas áreas de esporte, cultura e lazer.	<ul style="list-style-type: none">✓ Não atendimento dos casos odontológicos mais graves.✓ O atendimento médico e odontológico não ocorreu em todas as cidades piloto da mesma forma	<ul style="list-style-type: none">✓ Melhoria das condições da saúde bucal dos adolescentes e jovens em algumas cidades do projeto.✓ Melhoria das condições da saúde física dos adolescentes e jovens em algumas cidades do projeto.✓ Não atendimento às demandas dos adolescentes e jovens do projeto de forma sistemática e em todas as cidades.✓ Bem-estar físico e mental.✓ Aumento da sociabilidade.



<p>(15) Acompanhamento familiar;</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Estabelecimento de parcerias com os CREAS, ONGs, dentre outras, em algumas cidades piloto (Ex: Natal e Fortaleza);✓ Acompanhamento das famílias em Fortaleza, Natal e Recife	<ul style="list-style-type: none">✓ Falta de pessoal especializado para fazer o acompanhamento das famílias (assistentes sociais), juntamente com as instituições parceiras;✓ Não estabelecimento de parceria com CREAS para realizar o atendimento em algumas cidades.✓ Dificuldade para reunir os pais (horário adequado);✓ Falta de recursos para custear as despesas para realização dos encontros, visitas domiciliares e etc;	<ul style="list-style-type: none">✓ Restabelecimento de vínculos familiares✓ Não há registro sobre as famílias dos A/J em todas as cidades piloto✓ Baixa participação dos pais no acompanhamento de seus filhos no PVV✓ Situação das relações familiares, do ponto de vista dos pais.✓ Conhecimento por parte das equipes sobre a real situação familiar dos alunos✓ Não encaminhamento das famílias para o Programa Bolsa-Família em todas as cidades-piloto.
--------------------------------------	---	--	---

RECOMENDAÇÕES:

Adolescentes e jovens

- ▲ Elaboração de um Plano de Atendimento/Acompanhamento dos Adolescentes e Jovens do PVV, com a participação de todas as equipes piloto, em consonância com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que poderá ser formulado junto com o da família;
- ▲ Contratação de técnicos nas áreas de Assistência Social, Psicologia, Educação, Trabalho, e Enfermagem para a implementação do Plano, em todas as cidades do PVV;
- ▲ Pactuação, por meio de parcerias e convênios com a rede de saúde local, para atendimento médico e psicológico aos adolescentes e jovens, em especial, em situação de drogadição (**Matriz de Responsabilidade Compartilhada**);
- ▲ Realização/ participação em campanhas para a criação de uma política nacional de redução de danos
- ▲ Pactuar com as DR's do Sistema S para ofertar mais serviços de saúde (médico, odontológico, etc), esporte, cultura, lazer.

Família

- ▲ Elaboração de um Plano de Atenção/Acompanhamento Familiar do PVV, em consonância com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, o qual deverá ser elaborado com a participação de todas as equipes piloto, contemplando todas as questões relativas às famílias, apontadas neste relatório;
- ▲ Realização de uma oficina/reunião para discutir o referido Plano e legitimá-lo, com a participação das equipes, especialistas na temática e parceiros envolvidos.



ANÁLISE DAS MATRIZES – INDICADORES ESTRATÉGICOS

Mobilização de atores políticos nacionais

O indicador estratégico de maior sucesso na fase piloto foi a Articulação e Mobilização dos atores governamentais, não governamentais e empresas privadas, em âmbito nacional e local, o que viabilizou a implantação e implementação do Projeto ViraVida em Fortaleza, Recife, Natal e Belém, bem como a integração das várias unidades do Sistema S, por meio de adesões ao projeto, possibilitando a interdisciplinaridade para a elaboração dos cursos e atividades complementares.

É importante ressaltar que este indicador é fundamental quando se trabalha com a promoção e garantia de direitos, uma vez que facilita o estabelecimento de parcerias e a assinatura de convênios entre os diferentes setores das políticas públicas para o atendimento às demandas dos adolescentes e jovens pelas redes de serviços, de forma intersetorializada.

Este indicador estratégico também foi fundamental para viabilizar a inserção de 74% dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, atingindo o objetivo do PVV.

Processo seletivo

Este indicador estratégico apresentou muitos resultados negativos e impactos que precisam ser trabalhados para a expansão do projeto, especialmente no que se refere à baixa escolaridade e à realização de teste, mesmo não sendo eliminatórias. Isso demonstra que há uma incoerência entre os princípios e conceitos do projeto e a prática de seleção.

O que se observou no processo de seleção foi que, por mais que seja eficiente, a sua eficácia é relativa, em função dos seguintes fatores: (i) complexidade que envolve estar em situação de exploração sexual; (ii) o curto tempo do processo seletivo; (iii) a baixa escolaridade, o analfabetismo e a forma de encaminhamento desses adolescentes pelas instituições parceiras.

Na fase piloto, o processo de seleção demonstrou ser uma experiência complexa (vide resultados negativos e seus impactos) e que requer uma reflexão para o seu aperfeiçoamento, tendo em vista a proposta política de inclusão social do PVV.

Com todas as dificuldades encontradas no processo de seleção, a meta do projeto foi atingida, pois 422 adolescentes e jovens foram matriculados, houve 43 evasões e 379 concluíram os cursos.



Processo educativo

O processo educativo possibilitou a qualificação profissional de 89% dos adolescentes e jovens matriculados nos cursos, o que demonstra ser este um indicador de sucesso, cumprindo assim o objetivo do projeto. Entretanto, faz-se necessário o encaminhamento e o acompanhamento dos adolescentes e jovens para a escola, de forma sistemática, como estratégia para aumentar a escolaridade e facilitar a inserção no mercado de trabalho. Faz-se necessário também, trabalhar os resultados negativos e evitar os seus impactos.

Atendimento integral e acompanhamento das famílias

Estes indicadores estratégicos apresentaram mais resultados negativos que positivos, o que indica que precisam ser melhor trabalhados para que de fato possa ser replicado na fase de expansão. É importante ressaltar que para melhorar estes indicadores, faz-se necessário um trabalho integrado com as políticas públicas locais de forma integral e intersectorializada, ou seja, sozinho o projeto ViraVida não dará conta de atender às demandas dos adolescentes e jovens em termos de saúde, educação, assistência social, dentre outros. A retaguarda dos serviços públicos é extremamente importante. Embora estes indicadores tenham apresentado mais aspectos negativos, conseguimos atingir os objetivos do projeto.

Inserção no mercado de trabalho

A inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, na fase piloto, ocorreu de forma lenta, em função das dificuldades enfrentadas na fase piloto, e somente em outubro deste ano é que atingimos a taxa de 74% de inserção (a maioria dos cursos terminou em fevereiro de 2010). Podemos afirmar que o objetivo foi atingido, entretanto, no processo de expansão é necessário que este indicador estratégico seja potencializado para que os adolescentes e jovens concluintes possam ser inseridos no mercado de trabalho em curto prazo. Para viabilizar este indicador estratégico, visando o atingimento do objetivo geral do PVV, faz-se necessário trabalhar os resultados negativos apresentados neste Relatório.



CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sua fase piloto o Projeto ViraVida atingiu seu objetivo ao criar oportunidades para que 379 adolescentes e jovens em situação de exploração sexual tivessem acesso à educação e à profissionalização para inserção no mercado de trabalho, alcançando 94% da meta estabelecida para a sua fase piloto (atender 400 adolescentes e jovens) nas cidades de Fortaleza, Recife, Natal e Belém. Destes, 74% foram inseridos no mercado de trabalho formal e 13% estão em processo de seleção nas empresas.

O acesso à educação, à profissionalização e à bolsa auxílio, promovido pelo ViraVida, resultou na retirada de 85% (oitenta e cinco por cento) dos 379 jovens e adolescentes conuintes, da situação de exploração sexual e promoveu a melhoria de suas condições de vida, beneficiando também suas famílias.

Podemos afirmar ainda que 100% dos jovens e adolescentes tiveram todos os seus documentos emitidos; 90% dos adolescentes e jovens retornaram para a escola formal; houve um aumento da capacidade de consumo de produtos de primeira necessidade, eletrodoméstico e tecnologias de comunicação; aumento do acesso aos serviços de saúde, habitação, cultura, esporte e lazer; fortalecimento dos vínculos familiares e convivência social; melhoria da auto-estima e aumento no processo de participação e sociabilidade.

Estes indicadores de sucesso demonstram que a gestão do Projeto ViraVida para o enfrentamento à exploração sexual de adolescentes e jovens utilizou estratégias eficientes, tais como: articulação e mobilização das redes de garantia de direitos e do mercado; o processo de seleção; processo sócio-educativo para a formação e qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho, de forma integrada no âmbito do Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SESCOOP) e em parceria com mais de 100 instituições (governamentais, não governamentais, empresas públicas e privadas, dentre outras).

O projeto em sua fase piloto agregou cerca de 230 profissionais de diferentes áreas do conhecimento (professores, gestores, psicólogos, assistentes sociais, administradores, pedagogos, outros), que atuaram diretamente/indiretamente com os adolescentes e jovens e foram responsáveis pelos indicadores de sucesso.

Analisando os indicadores estratégicos, o de maior sucesso foi a articulação e mobilização, que viabilizou a implantação e implementação do PVV nas quatro cidades piloto (Fortaleza, Recife, Natal e Belém) e a sua expansão para Brasília, Salvador, Teresina, João



Pessoa, Campina Grande, Curitiba e Foz do Iguaçu, possibilitando a qualificação profissional, a inserção no mercado de trabalho e o atendimento às demandas dos adolescente e jovens e suas famílias pelas redes de serviços públicos.

O processo de seleção foi bastante complexo e demonstrou que é uma etapa que vai exigir um método que possibilite entender a trajetória social dos adolescentes e jovens para estabelecer as estratégias de inclusão destes no projeto de formas a contemplar as demandas sociais deste segmento e motivá-lo a permanecer e participar com sucesso do processo de formação profissional e inclusão do mercado de trabalho.

Assim, no processo educativo, a participação dos adolescentes e jovens deve ser incorporada no cotidiano das ações do PVV (planejamento e decisão) para viabilizar a reorganização democrática dos interesses dos mesmos no processo de institucionalização dos seus direitos, para que haja uma coerência entre os princípios norteadores do projeto, suas concepções metodológicas e as práticas institucionais.

Outro aspecto desafiador da metodologia do PVV é construir uma pedagogia de atendimento junto aos adolescentes e jovens com trajetórias históricas de violações de direitos, população atípica se comparado com a clientela que usualmente o Sistema S atende. Entretanto, se as equipes do projeto se esforçarem para transformar suas práticas, a partir do reconhecimento de que os adolescentes e jovens do PVV são sujeitos de direitos, estarão inaugurando práticas inovadoras no contexto dos direitos humanos.

Neste sentido, uma questão importante é fortalecer os direitos de adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, baseados em processos participativos que potencializam a noção da trajetória do sujeito social e seus interesses dentro de uma instituição como o Sistema S.

Desta forma, as equipes do projeto, os adolescentes e jovens têm que girar em favor da troca de conhecimentos, baseados no diálogo democrático, construídos a partir de princípios e contratos revisitados pela urgência de não ausentar questões fundantes, que ajudem a compreender a complexidade que envolve trabalhar com esta clientela (LEAL, 2009).

No processo sócio-educativo um indicador que obteve resultados negativos foi o acompanhamento e monitoramento dos adolescentes e jovens que foram encaminhados para a escola formal, visando o aumento da escolaridade.



Assim, é preciso ter uma interlocução muito direta com a escola e com o mercado de trabalho. A margem de tolerância para a não-inserção dos adolescentes e jovens na escola e no mercado de trabalho deve ser muito pequena. Além dos aspectos que ressaltamos ao longo do relatório, o mais importante é que as possibilidades de inserção profissional sejam concretas, que possam realmente motivar os adolescentes e jovens e a própria equipe do projeto.

Isto significa que, antes de tudo, prospecção de mercado é o ponto principal. Se não houver isto, é um risco pensar em nacionalizar, visto que os adolescentes e jovens do PVV querem ser incluídos efetivamente no mercado de trabalho. Se isto não for levado em conta, não fará o menor sentido ampliar o Projeto para o País.

Considerando o exposto acima, a validação da metodologia do projeto ViraVida se dá pela compreensão da relação entre a teoria e prática (práxis) que embasa a coerência entre os princípios e conceitos metodológicos e a prática do referido projeto.

Desta forma, ao analisar os princípios, conceitos, processos e ações e relacioná-los aos objetivos do Projeto, observamos que houve coerência (interna) e que, de fato, contribuíram para que os mesmos fossem atingidos.

Ao analisar os indicadores estratégicos (processos) e as ações, verificamos em que medida eles contribuíram para que os objetivos fossem ou não atingidos, por meio do resultado dos indicadores (positivos ou negativos) e seus impactos – coerência externa.

Definida a coerência interna entre conceitos e práticas e a coerência externa, ou seja, a adequação das ações aos objetivos do projeto, temos a validação da metodologia do projeto ViraVida.

Ademais, a validação metodológica do ViraVida se deu a partir do conhecimento da realidade, que agrega à dimensão da política e da responsabilidade do poder público, o aperfeiçoamento de suas ações para o enfrentamento da exploração sexual de adolescentes e jovens.

Entretanto, para que haja a sua expansão e replicação para outras capitais e a sua efetiva transformação em um Programa Específico para o combate à exploração sexual de adolescentes e jovens, faz-se necessário trabalhar os resultados negativos (entendidos como questões que precisam ser resolvidas) de todos os indicadores estratégicos, em especial: a seleção, encaminhamento para a escola formal, a inserção no mercado de trabalho e o atendimento integral e integrado.



Assim, os desafios são muitos, mas acreditamos no potencial do Sistema “S”, em termos de infra-estrutura, tecnologia, conhecimento e, em especial, a sua vocação para a questão da aprendizagem e profissionalização; no esforço coletivo e preparo das equipes; na experiência adquirida na fase piloto do projeto e, sobretudo, na vontade política dos gestores das DRs para, efetivamente, consolidar o que foi construído até o momento, e dar oportunidade a outros adolescentes e jovens violados em seus direitos, de saírem dessa condição, rumo à construção de sua cidadania.

Portanto, **está validada a metodologia do PVV**, utilizada na fase piloto, considerando tudo o que foi analisado neste relatório.

Recomendações

- Realização de um Pacto com as Confederações do Comércio, da Indústria e com as DRs do Sistema S para garantir a inserção no mercado de trabalho, de jovens e adolescentes do PVV, esta deverá ser descentralizada e de responsabilidade compartilhada com as diferentes DRs onde funciona o PVV.
- Inserção do PVV no Plano Decenal da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011-2020) visando a sua integração com outros programas governamentais e a intersectorialidade com a Educação, Saúde, Assistência Social e do Trabalho.
- Na transformação do PVV em Programa específico de combate à exploração sexual de adolescentes e jovens, o processo seletivo não deve incluir a realização de testes. Portanto, *os critérios de seleção devem ser critérios para a inclusão* no referido Programa, que terá certamente o número de vagas ampliadas e preenchidas de acordo com esses critérios.
- Criação de mecanismos de registro, armazenamento e acesso às informações do PVV por meio da criação de um banco de dados (registro, organização e sistematização) que facilitará a democratização das informações e o intercâmbio de experiências.
- Compromisso político e técnico das diferentes DR's do Sistema S, viabilizando, não só a sua ampliação, mas também o aperfeiçoamento do Projeto onde já foi implantado, garantindo infra-estrutura e recursos financeiros e humanos e, sobretudo, a inserção dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho local.



- Realização de um trabalho de conscientização de todas as pessoas que atuam nas unidades do SESI, onde está implantado o PVV, para que vejam este projeto como uma ação de responsabilidade social e não discriminem os adolescentes e jovens, evitando revitimizá-los.
- Criação de um Fórum Nacional de Adolescentes e Jovens para acompanhamento/monitoramento do PVV.
- Criação de um Comitê Gestor em nível nacional e local.
- Monitoramento e acompanhamento do processo pedagógico para garantir a qualidade dos cursos profissionalizantes e o aperfeiçoamento da pedagogia de inclusão social.
- Os resultados negativos de todos os indicadores estratégicos deverão ser trabalhados, em especial: processo de seleção, inserção no mercado de trabalho, encaminhamento para a escola formal, atendimento integral e integrado.
- Participação dos adolescentes e jovens deve ser incorporada no cotidiano das ações, em todas as esferas e espaços do PVV.
- O processo de seleção deve observar as seguintes questões: preparação das instituições parceiras para fazerem o encaminhamento; existência de um período de sondagem pedagógica dos candidatos e existência de vagas.
- Construção de uma matriz intersetorial para pactuar uma retaguarda do PVV em âmbito nacional e local. Esta matriz intersetorial deverá envolver os programas de políticas públicas, em especial educação e saúde, assistência social, trabalho e segurança pública, para garantir o atendimento integral, integrado e intersetorializado aos adolescentes e jovens pelas redes de serviços.



FUTURO DO PROJETO

A intenção do Presidente do Conselho Nacional do SESI é transformar o Projeto ViraVida, a partir da validação da metodologia da fase piloto, em um Programa Específico de Enfrentamento da Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens, do Sistema S, integrado à Política Nacional de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e seu Plano Decenal (2011-2020) e também à Política Nacional de Juventude, para isso, faz-se necessário desenvolver as seguintes etapas:

- ↪ Apresentação e debate dos resultados da validação da metodologia da fase piloto do PVV;
- ↪ Em termos de estrutura²⁹, é fundamental ter recursos garantidos. Para ser um Programa Nacional, uma política pública, não dá para ter recursos para apenas 1 ano. Tem que ter para, no mínimo, 2 ou 3 anos (o ideal é que fosse ao longo de todo o novo governo federal, isto é, 4 anos) e para todos os municípios em que o projeto for implantado (inclusão no Plano Decenal para garantir recursos no Plano Plurianual);
- ↪ Se o Programa vai ser ampliado, é importante fazer isto em etapas. Iniciar tudo de uma vez pode causar muitos problemas. Assim, é preciso que se estabeleça um cronograma de implementação do Programa. Este cronograma deve ter como um de seus norteadores os lugares/cidades prioritários. Talvez, as cidades/Estados que aparecem nas rotas da PESTRAF/02 e os municípios apontados pela Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes/2004, que está sendo atualizada pelo Violes/SER/UnB com o apoio financeiro e técnico da SEDH/PR. Outro critério poderia ser o IDH/IBGE do município/cidade. O importante é descobrir o melhor critério, isto é, aquele que, conjugando o rigor metodológico e viabilidade política, é o mais exequível;
- ↪ Integração do Programa Específico de Enfrentamento à Exploração Sexual de Adolescentes e Jovens, do Sistema S, com o Programa de Enfrentamento de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da SEDH/PR; Programa Mais Educação, do MEC; Programa Bolsa Família, do MDS; Programa Jovem Aprendiz, do MTE; Programa DST/AIDS, do MS; viabilizando a intersectorialidade das políticas

²⁹ O SESI está presente nos 26 Estados e no Distrito Federal, somando 2.006 municípios atendidos.



públicas para o enfrentamento do fenômeno, de acordo com a Matriz Intersetorial 2010 – SEDH/PR, que está sendo elaborada pelo Violes/SER/UnB;

- ↪ Se um programa vai ser replicado e ampliado, é preciso que haja profissionais capacitados. Isto significa que é necessário pensar e montar equipes e trabalhar com elas por meio da educação permanente: formação, capacitação e qualificação ao longo de todo o projeto e não apenas um ‘treino’ alguns dias antes do trabalho efetivamente começar;
- ↪ A Coordenação do Programa tem que ser muito bem pensada, em especial, no que se refere à centralização ou descentralização do poder decisório e financeiro. Essa Coordenação tem que estar muito bem definida e muito bem explicitada para todos os atores;
- ↪ A avaliação do Programa deve ser pensada a partir do momento em que se tome a decisão de replicá-lo/expandi-lo. Monitoramento e avaliação são etapas intrínsecas das políticas públicas e devem ser pensadas desde o momento em que elas são formuladas. A avaliação participativa e que incorpora monitoramento, pode apontar, praticamente ‘em tempo real’, problemas a serem corrigidos na hora e deve ser priorizada;
- ↪ As metas do projeto devem ser precisas, levando em consideração as realidades locais. Sem metas definidas, vai ser difícil saber se o PVV, ao se tornar um programa, terá ou não sucesso.
- ↪ Promover a intersectorialidade das políticas públicas.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto Lei nº 2.848/1940. Código Penal, 1940. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf, acessado em: 12/04/2010.
- BRASIL. Lei nº 8069/1990. Estatuto da Criança e Adolescente, 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm, acessado em: 12/04/2010.
- BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento de Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2002. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf, acessado em: 12/04/2010.
- BRASIL. Programa Jovem Aprendiz. Disponível em: <http://jovemaprendiz.org/>, acessado em: 12/04/2010.
- Cardoso RLS, 2000. Elementos para Garantia de uma Gestão Transparente: avaliação e utilização de indicadores. In: CIDE, 2000. I Seminário Fluminense de Indicadores. CIDE: Rio de Janeiro.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da Costa. Pedagogia da presença. 2ª Ed. Belo Horizonte: Modus Faciende, 2001.
- DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação de como ignorar, em vez de enfrentar problemas. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- DIÓGENES, Glória (ORG). Os sete sentimentos Capitais: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. São Paulo: Anna Blume, 2008.
- DIÓGENES, Glória (ORG). ViraVida: uma virada na vida de meninos e meninas do Brasil / Serviço Nacional da Indústria. Brasília, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa – 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOLANDA, Camila. Desvendando as Histórias Familiares: o Sentido da Família e seu Lugar na Rede de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. In: DIÓGENES, Glória (ORG). Os sete sentimentos Capitais: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. São Paulo: Anna Blume, 2008.
- IBASE e POLIS. Pesquisa: “Juventude e integração sul-americana: Diálogos para construir a democracia regional”. IBASE - Ibase Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais: 2009. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/resumo_pesquisa.pdf, acessada em 12/04/2010.
- LEAL, M. F. P. Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Brasília: Thezauros, 1998.



LEAL, Maria Lúcia Pinto. A invisibilidade da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes na esfera pública brasileira.

LEAL, M. L. P. (Org.); LEAL, M. F. P. (Org.). Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, 2002.

LEAL, M. L. P. (Org.); LEAL, M. F. P. (Org.). Estudo Analítico do Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil-ESCCA (Período 1996-2004). Brasília, 2005.

LEAL, M. L. P. A Mobilização das OnGs para o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil, 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2001.

LEAL, M. L. P. *Perfil dos Adolescentes que Morreram Cumprimento de Medidas Socioeducativas no DF*, Brasília: Escola Superior do Ministério Público/Comissão Nacional de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF/VIOLES-SER-UnB, 2006, MIMÉO.

LEAL, M. L. P. Pesquisa sobre “A trajetória Social de Crianças e Adolescentes Explorados Sexualmente na Rodoviária e Setor Comercial Sul de Brasília”. Brasília, 2009, MIMÉO.

LEAL, M. L. P. Violência Infra-Familiar e Redes de Investigação e Informação. Série I Estudos Documentos, Lisboa, p. 3-19, 2000.

LEAL, M. L.P.; CESAR, M. A. Os caminhos da mobilização para o enfrentamento da ESCA: despolitização e resistência, 2008. Disponível em: <http://www.violes.unb.br/artigos/Os%20caminhos%20da%20mobilizacao%20para%20o%20enfrentamento%20da%20ESCA%20despolitizacao%20e%20resistencia.pdf>, acessado em: 12/04/2010.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. Políticas intersectoriais integradas. Rio de Janeiro, 2008.

MOREIRA, Marcelo Rasga; BODSTEIN, Regina. Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Sociais. Rio de Janeiro, 2009.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Manual da aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. 4ª Ed. Brasília: MTE, SIT, SPPE, ASCOM, 2009.

PRVL – Programa de Redução da Violência Letal. Índice de homicídios na Adolescência. Brasília: SEDH/PR, UNICEF, LAV/UER, 2009.

REVISTA Educação. História da Pedagogia. São Paulo: Editora Segmento, 2010.

Secretaria de Direitos Humanos. Direitos humanos de crianças e adolescentes – 20 anos de Estatuto. Distrito Federal, 2010.

Serviço Social da Indústria. Orientações pedagógicas para a inclusão social e profissional do educando – aplicada ao projeto ViraVida. Brasília, 2010.



Sessions G, 2001. Avaliação em HIV/AIDS: Uma Perspectiva Internacional. In: Coleção ABIA - Fundamentos da Avaliação, nº 2. Rio de Janeiro: ABIA.

URSINI, Tarcila Reis e BRUNO, Giuliana Ortega. A gestão para a responsabilidade social e o desenvolvimento responsável. Disponível em: http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/RevistaFAT03_ethos.pdf, acessado em: 07/03/2010.

Sites Visitados

Confederação Nacional da Indústria

<http://www.cni.org.br/>

Direitos da Criança

<http://www.direitosdacrianca.org.br/temas-prioritarios/8a-conferencia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/principios-de-uma-politica-nacional>

Documento do III Congresso Mundial

<http://iiicongressomundial.net/index.php>

LOPES, Márcia Helena Carvalho. Artigo Políticas Intersetoriais Integradas – Violes.

<http://www.violes.unb.br/>

Observatório da Criança

<http://www.obscriancaeadolescente.org.br/>

Política Nacional de Juventude

<http://www.juventude.gov.br/>

Programa Jovem Aprendiz

<http://www.mte.gov.br>

Programa Mais Educação

http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12372&option=com_content&view=article

ViraVida

<http://www.viravida.com.br/>



ANEXOS



ANEXO I – EMPRESAS EMPREGADORAS

Natal:

Guararapes,
Coteminas,
CAIXA,
Supermercado Nordeste
Governo do Estado - Programa Primeira Chance

Recife:

Brilux,
Fórmula,
CAIXA,
Laboratório Exército
Betuca,
Tribo,
Seaway,
Fator RH,
Babilônia,
SM Fardamentos,
Edelson Cabeleireiro,
Salão Heloiza,
Netuno,

Fortaleza:

Côco
Bambu,
Pizza Hut,
Restaurante SOHO,
Panificadora Montmartre,
Penna Sport Wear,
EIT
Empresa industrial Técnica – EIT
Caixa Econômica Federal;
Banco do Brasil;
Banco do Nordeste

Obs: Belém não tem empresas conveniadas ainda porque os cursos estão em processo de conclusão



ANEXO II - INSTITUIÇÕES ARTICULADAS E MOBILIZADAS EM NÍVEL NACIONAL

Relação de Instituições com as quais o Conselho Nacional do SESI fez contato, apresentando o Projeto Viravida e na sequência, as Instituições com as quais o SESI firmou Convênio ou Termo de Cooperação Técnica.

Contatos realizados no período de 2008 a 2009

Governo

Ministério do Turismo,
Ministério da Educação,
Ministério da Saúde,
Ministério do Desenvolvimento Social,
Ministério da Justiça,
Conselho Nacional de Justiça,
Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República,
Procuradoria Geral da República,

Conselhos e Fóruns

Conselho Nacional de Turismo
Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Empresas contactadas

Abrinque,
Infraero,
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos(ECT)
Banco do Brasil,
Banco Central,
Caixa Econômica Federal,
Petrobrás,
Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH).

Instituições de Cooperação Internacional

Unicef,
Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Instituições Conveniadas/Termo de Cooperação Técnica

Sistema S

SESI, SENAI, SENAC, SESC, SEBRAE, SESCOOP.

Empresas conveniadas

Caixa Econômica Federal (CEF),
Banco do Nordeste do Brasil (BNB),
Conselho Nacional de Justiça,
Abrinque.

Universidades

Violes/SER/UnB



ANEXO III - INSTITUIÇÕES ARTICULADAS E MOBILIZADAS EM NÍVEL LOCAL (CAPITAIS)

FORTALEZA

Governo

Prefeitura;
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (Governo do Estado);
Advocacia Geral da União

Sistema S

Sistema S: SESI, SENAI/SEBRAE/SENAC/SESCOOP

ONG/ fundações/ outros

Associação Barraca da Amizade;
Associação Maria Mãe da Vida;
Panificadora MonMartre
Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI;
Associação das Prostitutas do Ceará – APROCE
Sociedade da Redenção

Conselho

Conselho Nova Vida – CONVIDA;

Universidade

Universidade Federal do Ceará

NATAL

Prefeitura

Semtas/Creas/CRAS ;
Projovem Urbano

Governo Estadual

Sethas/Secretaria Estadual/SINE/Primeiro Emprego

Sistema S

Sistema S: SESI/SENAI/SENAC/SEBRAE

ONG/ fundações/ outros

CEDECA Casa Renascer;
Canto Jovem.

Conselhos

Conselhos Tutelares;
Comdica.

RECIFE

Governo

Prefeitura da Cidade do Recife - PCR (IASC e CERCA);

Sistema S

Sistema S:SESI; SENAC; SENAI; SEBRAE

ONG/ fundações/ outros

Casa de Passagem;
Coletivo Mulher Vida;



Casa Menina Mulher;
Centro de Revitalização e Valorização da Vida – CRVV;

Universidades

Conselhos

BELÉM

Sistema S: SENAC/ SESI/ SENAI

Governo:

Secretaria Municipal de Ananindeua;
Defensoria Pública da União – DPU;

Conselhos

Conselho Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;

ONG/ fundações/ outros

Gempac;
Fundação Papa João XXIII - Funpapa;
Igreja Batista;
Moprom;
Cedeca-Emaús;
Caraparu;
Funcap;
Vila da Barca.

Universidades



ANEXO IV - RELAÇÃO DAS EQUIPES QUE PARTICIPARAM DO PVV NA FASE PILOTO

Equipe Central

Cleude Gomes
Eliane Lopes de Noronha Campos
Maria do Carmo Silveira
Marisa Lourenço



Fortaleza

Relação Equipe Escolar		
Nome	Área de Atuação	Instituição
Maria Oirta	Coord. Estratégica ViraVida	SESI/SENAI
Catarina Borges Sabino	Coord. Técnica ViraVida	SESI
Antônio Elísio Celestino	Coord. Pedagógico	SESI
Isabel Cristina da Silva Teixeira	Psicóloga	SESI
Alexsandra Braga	Psicóloga	SESI
Vitor da Cunha Silveira	Analista Financeiro	SESI
Ariadna Oliveira Campos	Agente Administrativo	SESI
Jeane Mary da Silva Américo	Gestão	SENAI/AABM
Rita Maria dos Reis Oliveira	Estilismo e Consultoria Cooperativa	SENAI/AABM
Maria Ieda dos Santos Almeida	Vestuário/Confecção	SENAI/AABM
Larissa Krissia Oliveira de Souza	Costura	SENAI/AABM
Maria Ronize Vieira Silva	Oficina de Costura	SENAI/AABM
Aline e Silva Moraes	Oficina de Costura	SENAI/AABM
Margarida Maria de Medeiros	Costura	SENAI/AABM
Raquel Carvalho Santos	Design de Moda	SENAI/AABM
Cristina Rejane Feitosa Silva	Design de Moda	SENAI/AABM
Ana Maria Souza Araújo	Confecção	SENAI/AABM
Zenilda Rodrigues Mesquita	Costura/Transversais	SENAI/AABM
Gláucia Maria Alves de Mendonça	Educação Profissional/Coord. Pedagógica	SENAI/AABM
Waydson Martins Ferreira	Docente/MPI	SENAI/AABM
Marcos Henrique Costa de Oliveira	Docente/MPI	SENAI/AABM
Valnice Moreira de Lima	Educação Profissional/Coord. Pedagógica	SENAI/AABM
Idalécio de Brito Feitosa	Docente/MPI	SENAI/AABM
Rosineuda de Freitas Pereira	Design de Moda	SENAI/AABM
Luciene Nobre e Silva	MPI	SENAI/AABM
Marta Maria Carneiro Craveiro	Bazar	SENAI/AABM
Cecília Chrystine Peixoto Alves	Criação e Moda	SENAI/AABM
Tatiana Holanda Magalhães	Criação e Moda	SENAI/AABM
Sônia Maria Guilherme	Costura e Modelagem	SENAI/AABM
Paulo Hyder	Consultor/Cooperativa	SENAI/AABM
Maria Cristiane Luna	Consultor/Cooperativa	SENAI/AABM
Francisca Roseli de Alcântara	NIT/Cooperativa	SENAI/AABM
Raimundo Façanha	Gestão	SENAI/AUA
Conceição Pontes	Coord. Pedagógico	SENAI/AUA



Vitor Alencar	Docente/Com. Dig. E Assist. Adm.	SENAI/AUA
Rosvlane Mara Cavalcante Figueiredo	Design Gráfico	SENAI/AUA
Kátia Bezerra	Atendimento Secretaria	SENAI/AUA
Cildo	Arte Educador	SESI/Parangaba
Paulo Roberto	Arte Educador	SESI/Parangaba
Maria Andréia Pereira de Araújo Alves	Educação/Coord. Pedagógica	SESI/Parangaba
Maria Renata Cavalcante da Silva	Educação/Professora	SESI/Parangaba
Ana Kelly Ferreira Fernandes	Educação/Professora	SESI/Parangaba
Ana Maria Bezerra	Educação/Professora	SESI/Parangaba
Anderson Liberalino Machado	Educação/Professor	SESI/Parangaba
Caroline Alves	Gestão	SENAC
Damaris Amaro Barros	Educação/Coord. Pedagógica	SENAC
Ana Célia Leandro Vieira	Educação/Professora	SENAC
Inês de Souza Montenegro	Educação/Professora	SENAC
Pedro Emílio Fagundes	Educação/Monitor	SENAC
Erasmô Firmino do Nascimento Júnior	Educação/Professor	SENAC
Alencar	Docente/Aux. Adm.	SENAC
Mônica Arruda	Gestão	SEBRAE
Iandra	Docente/Autogestão	SEBRAE
Luciano	Docente/Autogestão	SEBRAE
Charles	Docente/Cooperativa	SEBRAE
Maria Alves	Docente/Cooperativa	SEBRAE
Marcelo Coelho	Consultor/Cooperativa	SEBRAE
Rose Pontes	Docente/Cooperativa	SEBRAE
Ilana Maria de Oliveira Maciel	Docente/Gestão Pedagógica	SESCOOP
Kátia Araújo Ribeiro	Capacitadora	SESCOOP
Ana Virgínia Gadelha Coelho	Técnica de 113Planejamento e Controle	SESCOOP
André Luiz Moreira Fontenelle	Assessor Jurídico	SESCOOP
José Aparecido dos Santos	Superintendente	SESCOOP
Clóris Violeta	Capacitadora	SESCOOP
Orlando Filho	Setor jurídico	SESCOOP
Rose Inês Gissoni Moura Araújo	Capacitadora	SESCOOP
Gorete Pinheiro	Gestão	SESC
Lidiane Dantas	Técnica Prog. Educação e Saúde	SESC
Cristiane Rodrigues	Técnica Prog. Educação e Saúde	SESC

Total de Participantes: 69



Recife

Relação Equipe Escolar			
Nome	Área de Atuação	Formação	Instituição
Cláudia Maria de Souza Costa	Professora de Direitos Humanos	Psicologia/Ciências Sociais	SESI
Amanda C. Vasconcelos	Professora de Eventos		SENAC
Maria Eudénice de Souza Calumby	Professora do Curso de Recepção		SENAC
Clézia de Azevedo Bezerra	Coordenadora Pedagógica		SENAI
Edna Moura de O. Peixoto	Coordenadora Pedagógica		SENAI
Carolina de Albuquerque Cavalcanti	Psicóloga do Núcleo de Empregabilidade	Psicologia	SESI
Michael Groerke	Gerente de Projetos		SESI
Fabiano José de Castro	Professor de Matemática	Licent. Plena Matemática	SESI
Giselle Soares da Rocha	Psicóloga do Projeto	Psicologia	SESI
Gislenne Assis de Araújo	Pedagoga	Pedagogia	SESI
Givanilda Honório Silva	Professora do Curso de Laboratório	Química	SENAI
Jéssica Barbosa Dantas	Coordenadora Pedagógica		SENAC
Josilene Soares da Silva	Assistente Social	Serviço Social	SENAC
Leandro de Castro Pereira	Professor de Matemática	Licent. Plena Matemática	SESI
Luzinete Ferreira de Alcântara	Professora do Curso de Cabeleireira	Ensino Médio	SENAC
Marcela Souza e Silva	Professora de Português	Licent. Letras	SESI
Mary Luce dos Santos Tavares	Supervisora Pedagógica		SENAC
Marlene Nogueira dos Santos	Supervisora Pedagógica		SENAC
Maria de Fátima da Silva	Professora do Curso de Eventos	Pedagogia	SENAC
Maria do Carmo Araújo Silva	Professora de Português	Licent. Letras	SESI
Maria José da Silva Andrade	Coordenação do Núcleo de Empregabilidade	Serviço Social	SESI
Maria José da Silva Pereira	Professora do Curso de Costura	Pedagogia/Téc. Design	SENAI
Mônica Quinta d'Able Silva	Coordenação do Projeto	Psicologia	SESI
Queite Diniz dos Santos	Professora de Direitos Humanos	Licent. Letras/Inglês	SESI
Rejane Souza França	Professora do Curso de Eventos	Secretariado	SENAC
Romildo Mendes dos Santos	Professora do Curso de Recepção		SENAC
Rosângela Maria do Nascimento	Professora do Curso de Recepção	Licent. Biologia	SENAC
Rossana de Oliveira França	Assistente Administrativo	Pedagogia (Cursando)	SESI
Sharlene Ramos dos Santos	Professora de Educação Continuada		
Paulo Henrique de Sena Cordeiro	Professor de Educação Continuada		
Geórgia Paula de Araújo Lima	Professora de Educação Continuada		

Total de Participantes: 31



Belém

Equipe Escolar		
Nome	Área de Atuação	Instituição
Cacilda Gisele Pegado	Gerente de Responsabilidade Social e Empresarial	Equipe técnica
Jane Farias Ferreira	Técnica Pedagógica	Equipe técnica
Denise Nobre Pontes Diniz	Psicológica	Equipe técnica
Jaime da Silva Motta Neto	Administrativo	
Izana Araújo Figueiredo	Assistente Social	Equipe técnica
Maria Lídia Paixão	Estagiária Pedagogia	Equipe técnica
Izaías Lins de Araújo Júnior	Profissionalizante – Operador de Computador	SENAI
Josilene do Socorro Reis Garcez	Profissionalizante – Costureiro Industrial	SENAI
Izaías Lins de Araújo Júnior	Profissionalizante – Desenhista de Produto Gráfico	SENAI
Franclen Neves	Instrutor	SENAI
Maria Dorotéia Pereira Guedes	Profissionalizante – Aux. Adm. C. ênfase em Recepção	SENAC
Jaciara Corrêa	Professora	SENAC
Eveline Benevides	Professora	SENAC
Fernando Pinheiro	Professor	SENAC
Andréa Soares	Professora	SENAC
Giovani Nazareno	Professor	SENAC
Henrique Fontel	Professor	SENAC
Madalena Gomes	Professora	SENAC
Rosilene Soares Miranda Carneiro	Profissionalizante – Aux. Adm. C. ênfase em Recepção	SENAC
Maria Luísa Andrade	Professora	SENAC
Sandra Veloso	Professora	SENAC
Inês Valle	Professora	SENAC
Alene da Silva	Professora	SENAC
Isabel Uliana	Professora	SEBRAE
Nancy Salim	Professora	SEBRAE
Sandra Maribendo	Professora	SEBRAE
Raimunda Macias	Professora	SEBRAE
João Rubens	Professor	SEBRAE
Marta Reis	Professora	SEBRAE
Laura Machado	Professora	SEBRAE
Sandra Delgado	Professora	SEBRAE
Regilda Patrício	Professora	SEBRAE
Regina Dantas	Professora	SEBRAE
Maria Francinete da Silva Titan	Formação Continuada – Matemática	SESI
Ruth Coutinho	Professora Educação Continuada	SESI



Maria do Perpétuo Socorro Brito Freire	Formação Continuada – Português	SESI
Alaine Martins da Silva	Formação Continuada – Matemática	SESI
Bernadete de Lourdes Martins de Jesus	Formação Continuada – Cidadania	SESI
Sônia do Socorro da Silva Tapajós	Formação Continuada – Português	SESI
Total de Participantes: 39		



Natal

Equipe Escolar			
Nome	Área de Atuação	Formação	Instituição
Gilson de Medeiros Costa	Coordenação	Assistência Social	SESI
Rosana Mireille B. S. Soares	Assistente Social	Assistência Social	SESI
Adriana Dias de Araújo	Psicóloga	Psicologia	SESI
Nathalie Silva Freire	Pedagoga	Pedagogia	SESI
Abdalla Soares Souza Irineu	Pedagoga	Pedagogia	SESI
Lara Varella de Assis	Psicóloga	Psicologia	SESI
Catherine Laboure de Souza	Pedagoga	Pedagogia	SESI
Cléia Lourdes Silva	Coordenadora da Educação Continuada	Pedagogia	SESI
Carolina Cândido do Amaral	Assessoria Pedagógica	História	SESI
Gercléide Gomes da Silva	Professora de Português	Letras	SESI
Noêmia Iva de Azevedo Chavarria	Professora de Português	Letras	SESI
Emanoel Cândido do Amaral	Professor de Ética e Cidadania	Comunicação Social	SESI
Regina Lúcia Tarquínio de Albuquerque	Professora de Matemática	Matemática	SESI
Emanoel Seabra dos Santos	Professor de Matemática	Matemática	SESI
Margarida Maria Oliveira da Silva	Gerente Executiva do Programa de Educação		SESI
Waldenice Maria Cardoso	Direção	Assistência Social	SENAI
Pedro Vilela Cidi Júnior	Vice Diretor	Publicidade	SENAI
Ednaldo Araújo dos Santos	Professor	Técnico de Montagem	SENAI
Rejane Katarina Nascimento de Souza	Professora	Técnica em Vestuário	SENAI
Regina Celi Nunes de Carvalho dos Anjos	Professora	Tecnóloga em Moda	SENAI
Isaac Alves Bandeira	Professor	Engenharia da Produção	SENAI
Josemar Ferreira de Macedo Júnior	Professor	Turismo	SENAI
Késia Carina de Oliveira Souto	Professora	Engenharia Têxtil	SENAI
Leila Karina Gomes Serra	Supervisora Pedagógica	Pedagogia	SENAI
Geíza Cristina de Carvalho Revoredo	Supervisora Pedagógica	Letras	SENAI
Elieni Matias de Almeida	Coordenação Pedagógica	Pedagogia	SENAI
Dóris de Moura Lisboa	Professora de Estilismo	Estilismo	SENAI
Tomaz Bezerra			SENAI
Amanda Rosa	Professora de Estilismo	Estilismo	SENAI
Maria Cristina Batista Bezerra			SENAI
Reginaldo Luna			SENAI
Wilson Tônico			SENAI
Cidma Madik			SENAI
Arnóbio Bezerra			SENAI
Tereza Cristina			SENAI



Maria do Socorro Oliveira			SENAI
Luzimar Xavier	Professora de Modelagem	Modelista	SENAI
Maria de Fátima Soares	Professora de Modelagem	Modelismo	SENAI
Yuji Nakamura	Professor de Corel Draw	Design Gráfico	SENAI
José Ferreira de Melo Neto	Diretor Superintendente		SEBRAE
Antônio Carlos Teixeira Liberato	Coordenador de Educação	Pedagogia	SEBRAE
Flávia Ribeiro Alves Bahia	Trainee de Educação e Tecnologia	Psicologia	SEBRAE
Sarita Sesano	Instrutora de Empreendedorismo	Psicologia	SEBRAE
Maria de Fátima Medeiros Resende	Instrutora	Pedagogia	SEBRAE
Venâncio Freitas de Queiroz Neto	Instrutor	Sociologia	SEBRAE
Ionara Cortez Bezerra de Paiva	Instrutora	Economia	SEBRAE
Aires Miriam de Oliveira Vidal	Instrutora	Administração	SEBRAE
Ednélvia Custódio Maia Correia	Instrutora	Pedagogia	SEBRAE
Miriam Silveira Campos	Assessora Pedagógica	Pedagogia	SENAC
Elizabete Couto	Coordenadora Técnica de Imagem Pessoal		SENAC
Eliane Nascimento	Coordenadora Pedagógica		SENAC
Waleska Araújo	Assistente Pedagógica	Pedagogia	SENAC
Patrícia Carla	Assistente Administrativa		SENAC
Mônica Costa	Gerente do Hotel Escola	Turismo	SENAC
Daniela Aragão Correia Granja	Professora Nutrição e Dietética	Nutrição	SENAC
Marco Antônio de Santana Lima	Professor de Gastronomia	Cozinheiro	SENAC
Michell Jairo Vieira da Silva	Professor de Ética, Qualidade e Relação Interp.	Turismo	SENAC
Wagna Mendes	Pedagoga	Pedagogia	SENAC
Maria Rejane Barbosa Terto	Professora de Imagem Pessoal	Cabeleireira	SENAC
Vânia Castelois Martins	Professora de Saúde da Beleza e Cosmetologia	Química	SENAC
Ádria Barbosa Fernandes Costa	Profa. Ética e Qualid. na Prestação de Serviço	Psicologia	SENAC
Maria José	Professora		SENAC
Djalma Ferreira	Professor		SENAC

Total de Participantes: 63



ANEXO V – INSTRUMENTAIS

PROJETO VIRAVIDA

Roteiro para avaliação da metodologia utilizada na 1ª Etapa do Projeto (Instrumental)

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO:

Nome da Instituição:

Localidade:

Código Postal:

Região:

Número de Telefone:

Número de Fax:

E-mail:

INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO:

Nome do Projeto:

Prazo de Execução:

Data de Início e Término do Projeto:

Número de Adolescentes atendidos:

Número de Profissionais que atuam no Projeto:

Coordenador ou Responsável pelo Projeto:

Formação:

Número de Telefone:

E-mail:

Qual o valor do orçamento previsto para execução do Projeto na sua localidade?

I - CONCEPÇÃO DO PROJETO:

1. Qual a motivação para a realização do Projeto?
2. Quais são os paradigmas que fundamentam o Projeto?
3. Quais foram os conceitos utilizados no Projeto? (exploração sexual, violência sexual, tráfico de pessoas, redes, intersetorialidade, políticas públicas)
4. O referencial teórico utilizado atende a necessidade do projeto?
5. Quase os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes para o desenvolvimento que o Projeto trabalha?



6. Articulação e mobilização (relacionar o processo e as instituições parceiras com as suas respectivas responsabilidades)
7. Prevenção (educação formal)?
8. Atendimento (cursos profissionalizantes)
9. Quais os objetivos geral do projeto?
10. E os específicos?

II - PÚBLICO-ALVO/PERFIL

1. Quem é o público-alvo do projeto?
2. Idade
3. Sexo
4. Orientação sexual
5. Situação de exploração sexual
6. Aspectos socioeconômicos
7. Escolaridade
8. Mora com a família (se não, com quem mora e onde)

III – PROCESSO DE ARTICULAÇÃO/MOBILIZAÇÃO DOS PARCEIROS

1. Relacionar as instituições que participam do projeto em nível local
2. Listar as responsabilidades de cada parceiro

IV - EQUIPE

1. Qual o número de integrantes da equipe?
2. Qual a formação dos integrantes?
3. A equipe já possuía alguma experiência em Projetos como este?
4. A equipe foi composta observando a multidisciplinaridade?
5. Existe uma estrutura organizacional hierarquizada específica para o desenvolvimento do Projeto?
6. Foi realizado algum treinamento da equipe?
7. Se a resposta for positiva, o mesmo estava alinhado com o Projeto ou com as práticas de gerenciamento normalmente adotados pela Instituição?
8. Quanto tempo durou o treinamento?
9. Quais foram os conteúdos trabalhados?
10. Existe uma boa comunicação entre os integrantes da equipe?



11. E em relação ao público-alvo, existe um bom relacionamento?

V - METODOLOGIA

1. Como foi construída a metodologia do projeto?
2. Qual é metodologia utilizada para orientar o desenvolvimento do Projeto?
3. Na metodologia foi previsto algum processo para criação de vínculos com os participantes/beneficiários do Projeto?

VI - SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DOS CURSOS

1. Quais foram os critérios adotados para a seleção dos participantes do Projeto? (listar critérios)
2. Em que consistiu o processo de seleção?
3. Foi feito um teste de seleção para a participação nos cursos? Foram entrevistados?
4. No que consistia este teste? Quais os conteúdos?
5. Considerando o perfil da clientela atendida pelo projeto, você acha que a aplicação do teste é necessária e condizente com a situação em que se encontram os adolescentes? Sim, não e por quê?
6. Em sua opinião, como poderia ser feito este processo de seleção?

VII – CURSOS OFERECIDOS

1. Os cursos são os mesmos oferecidos pelo “Sistema S” ou foram desenvolvidos para atender especificamente ao público-alvo do projeto?
2. Quais os objetivos, conteúdos e a metodologia utilizada nos cursos?
3. Os cursos selecionados são compatíveis com o interesse e o perfil da clientela?
4. Os adolescentes participaram do processo de escolha do curso?
5. Qual a quantidade de adolescentes por curso?
6. Os cursos oferecidos atendem as demandas do mercado?
7. Foi realizado um estudo do território para verificar se tais cursos se adequam a realidade vivida pelo público-alvo?
8. Como é o processo de monitoramento/avaliação dos cursos (mensal ou semanal)?

VIII – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Quais as atividades complementares realizadas pelo projeto?



2. Existe algum tipo de acompanhamento psicológico em relação aos adolescentes participantes do projeto?
3. Os alunos possuem acompanhamento médico?

XI - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

1. Qual é o cronograma de execução do Projeto?
2. O cronograma contempla todas as etapas? Inclusive as atividades complementares?
3. O tempo destinado a cada etapa é adequado?

X - METAS

1. Considerando o perfil da clientela atendida pelo projeto quais foram as metas estabelecidas para serem alcançadas:
 - Curto
 - Médio
 - Longo prazo?

XI – RESULTADOS – PREVISTOS/ALCANÇADOS

A - Em relação aos Cursos:

1. Quantos alunos foram aprovados nos cursos?
2. Qual o índice de evasão dos cursos?
3. Os resultados previstos nos cursos foram alcançados? Sim/Não Por quê?
4. Foram obtidos alguns resultados não previstos? Quais?
5. Existe alguma política de inserção dos participantes no mercado de trabalho? Quantos adolescentes já foram inseridos no mercado? Justifique

B - Em relação aos Adolescentes:

1. Qual o grau de efetiva participação?
2. Qual o grau de sociabilidade com os membros da equipe e os colegas de curso?
3. Os adolescentes melhoram o nível de formação e informação ao final do curso?
4. Os alunos têm apresentado bom desempenho nas disciplinas ministradas?
5. Qual foi o grau de freqüência às aulas? Por quê? Justifique
6. Os alunos são pontuais às aulas? Por quê? Justifique
7. Os alunos procuram estabelecer relação entre o conteúdo abordado na disciplina e outros conteúdos ou fatos já conhecido?



8. Foi observado alguma mudança de comportamento ao final do curso?
9. Foi apresentado algum projeto, plano de trabalho/negócios, ou mesmo expectativas e sonhos de futuro pelos adolescentes ao final do curso?
10. Relacione outros resultados

XII - AVALIAÇÃO

- A - Processo (atuação da equipe técnica e dos adolescentes)
- B - Resultados (indicadores de aproveitamento)
- C - Impacto do Projeto no âmbito institucional, da equipe, do adolescente e da família.

XIII - INDICADORES

1. Quais foram os indicadores utilizados? (Quali-Quant)
2. Os indicadores permitem orientar a formulação e a implementação de um programa ou política neste âmbito?
3. Existem indicadores externos que foram considerados?

XIV - FUTURO DO PROJETO: DESAFIOS E DIFICULDADES

1. Quais as principais dificuldades enfrentadas na realização desta 1ª etapa?
2. Quais os desafios a serem enfrentados?
3. Quais os desdobramentos do projeto?
4. Citar os encaminhamentos políticos e técnicos que deverão ser realizados após o término do projeto em cada cidade?

XV - ORÇAMENTO

4. O crédito orçamentário é suficiente para o cumprimento das metas estipuladas?
5. A programação financeira é adequada à execução do Projeto? Como foram divididos os recursos humanos, financeiros e materiais em relação ao orçamento?
6. O recurso orçamentário foi suficiente para a contratação de uma equipe devidamente qualificada e em número suficiente para atender as demandas do Projeto?
7. Os recursos materiais para implementação do Projeto estão sendo suficientes?
8. A infra-estrutura disponível é adequada par implementação do programa?
9. Existe uma estrutura rígida em relação ao orçamento previsto ou o mesmo pode ser remanejado caso seja verificada maior demanda para determinada área que em outras?



10. No orçamento destinado ao Projeto estava previsto algum tipo de auxílio financeiro, vale transporte, e alimentação para os adolescentes? E para as famílias?